



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO**

FABRÍCIO FONTES DE SOUZA

**OS IMPACTOS EXPERIENCIADOS PELAS MULHERES NEGRAS NA
TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS: UM ESTUDO NA UFPB DURANTE A
PANDEMIA DE COVID-19**

**JOÃO PESSOA - PB
2023**

FABRÍCIO FONTES DE SOUZA

**OS IMPACTOS EXPERIENCIADOS PELAS MULHERES NEGRAS NA
TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS: UM ESTUDO NA UFPB DURANTE A
PANDEMIA DE COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses.

Coorientadora: Prof.^a Dr^a. Valeria Machado Rufino.

**João Pessoa - PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729i Souza, Fabrício Fontes de.

Os impactos experienciados pelas mulheres negras na terceirização de serviços : um estudo na UFPB durante a pandemia de covid-19 / Fabrício Fontes de Souza. - João Pessoa, 2023.

181 f.

Orientação: Jaldes Reis de Meneses.

Coorientação: Valeria Machado Rufino.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Condições de emprego. 2. Precarização do trabalho. 3. Mulheres negras. 4. Pandemia de covid-19.
I. Meneses, Jaldes Reis de. II. Rufino, Valeria Machado. III. Título.

UFPB/BC

CDU 349.22(043)

FABRÍCIO FONTES DE SOUZA

**OS IMPACTOS EXPERIENCIADOS PELAS MULHERES NEGRAS NA
TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS: UM ESTUDO NA UFPB DURANTE A
PANDEMIA DE COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social.

Dissertação defendida e aprovada em 31 de outubro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr Jaldes Reis de Meneses
Presidente da Banca
(Universidade Federal da Paraíba)

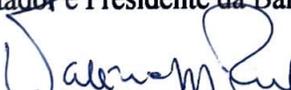
Prof.^a Dr^a. Valeria Machado Rufino
Membro externo ao Programa
(Universidade Federal da Paraíba)

Prof. Dr. Emanuel Luiz Pereira da Silva
Membro Interno
(Universidade Federal da Paraíba)

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DO ALUNO FABRÍCIO FONTES DE SOUZA. Aos 31 dias de outubro de 2023 (31/10/2023), às 14:h00min, no Google Meet - UFPB, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores **JALDES REIS DE MENESES** (Orientador e Presidente da Banca), **EMANUEL LUIZ PEREIRA DA SILVA** (Examinador Interno - UFPB), **VALERIA MACHADO RUFINO** (Examinadora Externa - UFPB), com o objetivo de proceder à arguição do aluno sobre sua Dissertação intitulada: **“A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER NEGRA NA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS: UM ESTUDO NA UFPB DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19”**, requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Abrindo a sessão pública, o Prof. Dr. **JALDES REIS DE MENESES**, convidou os membros à comporem a Banca Examinadora. A seguir foi concedida a palavra ao aluno **FABRÍCIO FONTES DE SOUZA**, para apresentar uma síntese de sua Dissertação em 30 (trinta) minutos. Concluída a exposição oral apresentada pelo aluno e procedida à arguição pertinente ao trabalho final, a Banca Examinadora se reuniu para deliberar sobre o conceito a ser atribuído à Dissertação em exame. O presidente da Banca Examinadora Prof. Dr. **JALDES REIS DE MENESES** comunica ao mestrando, à Banca e os presentes que por decisão unânime da Banca Examinadora da Dissertação em julgamento obteve o conceito Aprovado..... Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 31 de Outubro de 2023.

Banca Examinadora


Prof. Dr. **JALDES REIS DE MENESES**
(Orientador e Presidente da Banca - UFPB)


VALÉRIA MACHADO RUFINO
Profª. Dra. (Co-orientadora – UFPB)


EMANUEL LUIZ PEREIRA DA SILVA
Prof. Dr. (Examinador Interno - UFPB)

Dedico esta dissertação aos meus amados ancestrais, cujas vidas e legados moldaram a minha própria jornada. Suas histórias, valores e sacrifícios são a base sobre a qual construí o conhecimento que agora compartilho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos que contribuíram para a realização desta dissertação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Ao Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses, meu orientador, expresso minha gratidão pela orientação, onde sempre encontramos conciliação, entendimento e objetividade nas etapas que se apresentavam ao longo desta jornada acadêmica.

À Prof.^a Dr.^a Valeria Machado Rufino, minha coorientadora, expresso minha sincera gratidão pela inestimável contribuição e pela orientação cuidadosa que apontou caminhos técnicos, proporcionando direcionamentos cruciais para as formalizações no campo da pesquisa, fundamentais para a condução deste trabalho.

Ao Prof.^a Dr. Emanuel Luiz Pereira da Silva, membro interno do corpo docente da pós-graduação, agradeço pela participação e contribuição significativa à qualidade deste estudo.

Quero expressar meu especial agradecimento a Lucas Passos Tomaz, pelo apoio inestimável, paciência incansável, amor dedicado e pela caminhada compartilhada ao longo desta trajetória acadêmica.

Às participantes desta pesquisa, que generosamente compartilharam suas vivências.

A todas e a todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, meu muito obrigado.

Fabício.

*Uma negra e uma criança nos braços
solitária na floresta de concreto e aço*

(Negro Drama, Racionais MC's).

RESUMO

A precarização do trabalho das mulheres negras na pandemia de COVID-19 é o tema central desta dissertação. A análise sobre o tema investigado manifesta-se a partir das perspectivas das trabalhadoras na terceirização de serviços, durante as atividades laborais executadas na Universidade Federal da Paraíba, sob o lapso temporal entre os anos de 2020 a 2021. O presente estudo de caso propôs desvelar os impactos experienciados no trabalho por um grupo de mulheres negras no contexto de pandemia. A pesquisa contextualiza o mundo do trabalho, abordando a terceirização de serviços, a superexploração da trabalhadora e a gestão da morte, acentuados pela crise da COVID-19, destacando as implicações das questões étnico-raciais e de gênero. Para isso, buscou-se apontar a atuação político-administrativa da instituição pública, que esteve sob a gestão intervencionista alinhada ao governo Bolsonaro, em relação aos critérios de biossegurança do trabalho no combate ao Coronavírus para esse público. Além disso, a pesquisa discute a relação entre a precarização do trabalho e a necropolítica, onde o Estado lida seletivamente com a vida e a morte da população. Esta pesquisa tem como percurso filosófico do Feminismo Materialista. A revisão teórica orienta-se pelas concepções de autores relacionados às metamorfoses no mundo do trabalho, que oportunizam a discussão de como, particularmente, as questões de gênero, os atravessamentos identitários e experiências dos corpos negros femininos impactam a vida das trabalhadoras na estrutura de poder capitalista. O caráter teórico-metodológico dispôs da abordagem exploratória qualitativa, contando com a técnica de observação direta intensiva e utilizando entrevistas semiestruturadas aplicadas no ambiente de trabalho das interlocutoras, no campus I da UFPB. Como ferramenta secundária, utilizamos a pesquisa documental com o levantamento de arquivos públicos e notícias veiculadas pela mídia acerca do tema. A análise das informações coletadas é realizada pelo método de pesquisa social através da abordagem da análise de conteúdo temática de Minayo. Como resultado, confirmou-se que a terceirização de serviços no setor público durante a pandemia da COVID-19 potencializou a precarização do trabalho feminino, especialmente das mulheres negras. Tais impactos sofridos pelas trabalhadoras tem origem na desorganização, insalubridade e difíceis condições de trabalho. A Política de Gestão Institucional da UFPB promoveu a normalização da morte, sobretudo das trabalhadoras da terceirização.

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Mulheres negras. Pandemia de COVID-19.

ABSTRACT

The precariousness of black women's work in the COVID-19 pandemic is the central theme of this dissertation. The analysis of the topic investigated is based on the perspectives of female workers in the outsourcing of services, during the work activities carried out at the Federal University of Paraíba, between 2020 and 2021. This case study set out to reveal the impacts experienced at work by a group of black women in the context of the pandemic. The research contextualizes the world of work, addressing the outsourcing of services, the overexploitation of workers and the management of death, accentuated by the COVID-19 crisis, highlighting the implications of ethnic-racial and gender issues. To this end, we sought to point out the political-administrative performance of the public institution, which was under the interventionist management aligned with the Bolsonaro government, in relation to the biosafety criteria of work in the fight against coronavirus for this public. In addition, the research discusses the relationship between job insecurity and necropolitics, where the state selectively deals with the life and death of the population. This research is based on the philosophical path of Materialist Feminism. The theoretical review is guided by the conceptions of authors related to the metamorphosis of the world of work, which provides an opportunity to discuss how, in particular, gender issues, identity and the experiences of black female bodies impact on the lives of female workers in the capitalist power structure. The theoretical-methodological approach used a qualitative exploratory approach, relying on the technique of intensive direct observation and using semi-structured interviews applied in the work environment of the interlocutors, on campus I at UFPB. As a secondary tool, we used documentary research with a survey of public archives and media reports on the subject. The information collected was analyzed using Minayo's thematic content analysis approach to social research. As a result, it was confirmed that the outsourcing of services in the public sector during the COVID-19 pandemic has increased the precariousness of women's work, especially black women. The impacts suffered by female workers stem from disorganization, unhealthiness and difficult working conditions. UFPB's Institutional Management Policy has promoted the normalization of death, especially of female outsourcing workers.

Keywords: Precarization of work. Black women. COVID-19 pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Áreas mapeadas para aplicação das entrevistas.....	36
Figura 02 – Cartazes de Sinalização de Segurança.....	101
Figura 03 – Nomeação do reitor da UFPB.....	104
Figura 04 – Manifestações contra a intervenção na UFPB.....	105
Figura 05 – Quarto de residente sendo reformado.....	138
Figura 06 – Móveis de residente deteriorados.....	139
Figura 07 – Corredor com poeira da reforma.....	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do número e nomes de Centros de Ensino da UFPB.....	32
Tabela 2 – Áreas mapeadas na UFPB.....	33
Tabela 3 – Plano de Observação do fluxo de trabalhadoras terceirizadas na UFPB.....	34
Tabela 4 – Escala de percepção do fluxo.....	35
Tabela 5 – Quantitativo de funcionários da empresa JMT Serviços.....	36
Tabela 6 – Requisitos que não satisfazem os parâmetros estabelecidos pela pesquisa.....	37
Tabela 7 - Distribuição de trabalhadoras por setores da UFPB.....	38
Tabela 8 – Classificação raça/etnia de trabalhadoras terceirizadas da UFPB...	39
Tabela 9 – Traços das colaboradoras da pesquisa.....	40
Tabela 10 – Informações relativas às mulheres entrevistadas na UFPB-2020/2021.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFPB	Sindicato dos Professores da Universidade Federal da Paraíba
ASSUFRGS	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CAGED	Novo Cadastro Geral de Empregados
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CI	Centro de Informática
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CCM	Centro de Ciências Médicas
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Arte
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
CT	Centro de Tecnologia
CFESS	Código de Ética Profissional do Serviço Social
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CoMu	Comitê de Políticas para Mulheres
Consepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consuni	Conselho Universitário
COVID-19	Coronavírus SARS-CoV-2
CRAS	Centro de Referência em Atenção à Saúde
EPIs	Equipamento de Proteção Individual
ETS	Escola Técnica de Saúde
Fapesq	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Institutos Federais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Labimec Computacional	Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional

Lacen-PB	Laboratório Central da Paraíba
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MET	Ministério do Trabalho e Emprego
MP	Medida Provisória
MTP/MS	Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PVD	Planos de Desligamento Voluntário
PU	Prefeitura Universitária da Universidade Federal da Paraíba
Reamcav Doméstica	Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica
RT-PCR	Transcrição reversa seguida de reação em cadeia da polimerase
RUMF	Residência Universitária Masculina e Feminina
Semesp	Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SES	Secretaria de Estado da Saúde
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SODS	Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior
SSI	Superintendência de Segurança Institucional
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
1.1.1 Delineamento de pesquisa.....	27
1.1.2 Situando o campo.....	32
1.1.3 O público-alvo.....	36
1.1.4 Os desafios no registro da pesquisa.....	44
1.1.5 Dos aspectos éticos.....	45
2 A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO: UM OLHAR SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19	46
2.1 UM PANORAMA DO MUNDO DO TRABALHO: VELHOS DILEMAS E NOVOS REVESES.....	47
2.2 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE RELAÇÕES DE GÊNERO: A MULHER COMO ALVO DA MORTE NA PANDEMIA.....	55
2.3 A REPRODUÇÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO FEMININO: DEBATE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE VALOR.....	63
3 NOVAS EVIDÊNCIAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PANDEMIA	70
3.1 A EXPLORAÇÃO DAS TRABALHADORAS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO.....	71
3.2 ANALISANDO A PRECARIZAÇÃO E A GESTÃO DA MORTE NO TRABALHO PANDÊMICO.....	79
3.3 O TRABALHO NO SETOR PÚBLICO: DA SERVIDÃO A DESCARTABILIDADE DAS TRABALHADORAS.....	86
4 A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DE PANDEMIA	92

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS PLANOS DE BIOSSEGURANÇA DA COVID-19.....	92
4.2 O DOSSIÊ DA INTERVENÇÃO NA UFPB.....	102
4.3 A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA: QUEM RESPONDERÁ PELAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS?	108
5 AS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UFPB.....	110
5.1 APRESENTANDO AS COLABORADORAS DO ESTUDO:.....	110
5.2 OS IMPACTOS VIVENCIADOS PELAS TERCEIRIZADAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.....	119
5.2.1 Reflexos físicos, emocionais e psicológicos.....	120
5.2.2 Os desdobramentos de precárias estruturas.....	126
5.2.3 As condições laborais e organizacionais.....	133
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICE.....	171
ANEXOS.....	173

1 INTRODUÇÃO

No mundo do trabalho sob o sistema capitalista dependente vigente no Brasil, são destinadas às mulheres negras situações precárias para a execução de suas ocupações (Magali et al., 2023). O III Plano Nacional de Política para as Mulheres (2013 – 2015) identifica as particularidades da posição ocupada por mulheres negras no ambiente laboral, enfrentando condições de trabalho desfavoráveis, recebimento de salários baixos, sendo as mais afetadas pelo desemprego e informalidade, resultando na ausência de proteção social (Santos et al., 2022).

A pandemia de COVID-19, iniciada na China no final de 2019 (OMS, 2020), repercutiu na atual crise civilizatória, sanitária e humanitária, posto que o desequilíbrio social e a luta pela sobrevivência redefiniram o mundo do trabalho contemporâneo. Este cenário de emergência pública trouxe a desestabilidade do processo emancipatório do trabalhador brasileiro na dinâmica do capital, desvelando-se na maior ameaça à vida humana para manter estabilizada a economia mundial, onde a precarização do trabalho ocasiona repercussões negativas à classe trabalhadora.

A figura do trabalhador e da trabalhadora, como aponta Antunes & Druck (2013), enfrenta a degradação a partir da retirada de seus direitos. Atravessamos uma nova etapa com o desmonte das condições de trabalho na contemporaneidade, à medida que ele se reconfigura, desvelando as consequências da informalidade e precarização.

As atuais redefinições no mundo do trabalho geradas pela crise pandêmica promoveram iminentes riscos de vida aos trabalhadores. Com bases nos estudos sobre a disparidade na distribuição de empregos e rendimentos durante a pandemia de COVID-19, José Caldas e Ana Cantante (2020) entendem a crise pandêmica como amplificadora das desigualdades e desproteção social que vulnerabiliza algumas categorias laborais face ao desemprego nesse contexto.

Visto que a realidade de países emergentes afetados, como os da América Latina, delineia territórios específicos de maior impacto a algumas populações, mas permite a reflexão sobre as variáveis étnico-raciais e de gênero na escolha dos alvos da morte neste circuito.

A desigualdade social na América Latina decorre do desenvolvimento tardio do capitalismo e das influências coloniais. Isso ocasionou a disparidade na repartição de renda, oportunidades de trabalho, bens, serviços e recursos produtivos. A região enfrenta persistentes níveis de pobreza e miséria, agravados durante crises e recessões. Com a pandemia da COVID-19, milhões de pessoas na América Latina enfrentam impactos significativos na pobreza, agravando ainda mais a desigualdade social, especialmente para populações mais vulneráveis em termos de raça, gênero, orientação sexual, status de imigração e classe econômica, que sofrem exclusão social e discriminação (Quinzani, 2020).

Para Amoras & Pontes (2020), com a chegada a pandemia de COVID-19, muitos territórios de colonização europeia na América enfrentaram as incertezas na questão social e o receio de perder a vida. As periferias das cidades testemunharam a descartabilidade de corpos negros e o aprofundamento da desigualdade sociosexual.

Analisando as informações levantadas no censo de 2022, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, é calculado que aproximadamente 56% da população brasileira se identifica como preta e parda. Esse grupo é predominantemente constituído por mulheres, representando 52%, muitas das quais residem em áreas periféricas urbanas, com 81,6% assumindo o papel de chefes de família.

Na pandemia, milhares de mulheres foram atingidas desproporcionalmente em todas as esferas, com destaque para aquelas de origem negra. Elas enfrentaram desafios como desemprego, falta de renda, participação em atividades informais, sobrecarga de trabalho não remunerado, aumento das violências, impactos na saúde mental e dificuldade de acesso aos serviços básicos (Marasciulo, 2021). Em relação as políticas públicas e benefícios sociais, a demora no pagamento, as regras para permanência, o bloqueio e/ou desligamento do programa Auxílio Brasil, dificultaram para famílias em situação de pobreza extrema (G1, 2022).

¹ Características étnico-raciais da população: classificações e identidades; indicadores Sociais das Mulheres no Brasil; Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Inobstante, a política governamental, desde 2018, está em um enclave ideológico da extrema-direita, com a manifestação do ódio às mulheres, pessoas negras, pobres e moradores das favelas e periferias. Trata-se de uma estratégia de destruição “entrando no Estado, que foi sendo privatizado por dentro. Esta é a tragédia maior que estamos vivendo sob o governo neoliberal e autocrático de Bolsonaro” (Antunes, 2022, p. 03).

O avanço das ideias neoliberais desencadeou alterações significativas no mundo do trabalho, afetando diversos setores e gerando desregulamentações. Esse cenário impulsionou um processo de reestruturação produtiva do capital, resultando na precarização das condições laborais. Tal precarização é evidenciada pelo aumento expressivo da terceirização e pela flexibilização das relações sociais no âmbito profissional (Da Silva, De Vargas, 2022).

Portanto, esta pesquisa se debruçará sobre o tema a *precarização do trabalho da mulher negra no contexto de pandemia*, que está relacionada à proteção das trabalhadoras de serviços essenciais no setor público. Assim, o interesse pela temática, à priori, decorre da necessidade de contribuir para os estudos do mundo do trabalho e seus desdobramentos na pandemia: *terceirização de serviços, a exploração do trabalho e a gestão da morte*. Com base nisso, fornecerá novas abordagens sobre como as trabalhadoras foram afetadas pela crise da COVID-19.

Segundo dados do PNAC Covid-19/IBGE quanto a informalidade nas relações de trabalho cerca de 37,2% dos ocupados afetados eram predominantemente da população negra e encontravam-se nessa condição em maio de 2020. Os dados indicam que a participação de mulheres negras ativas no mercado de trabalho de maio a junho de 2020 diminuiu de 21.020 para 20.598 milhões. Durante esse mesmo período, constatou-se que a taxa de desocupação é mais alta entre "Mulheres negras" (17,6%), seguida por "Homens negros" (12,7%). Os grupos "Mulheres brancas" (13,0%) e "Homens brancos" (9,5%) têm taxas mais baixas. O alto índice de precarização expõe os trabalhadores a riscos mais acentuados, devido à natureza escassa que regulamentava as atividades laborais, à limitada acessibilidade de seguridade social, bem como à maior instabilidade nos rendimentos e fragilidade nas relações laborais (Silva, Silva, 2020).

Com base nos microdados da PNADC/IBGE, entre o primeiro trimestre de 2020 e 2021, a população de mulheres negras empregadas sofreu uma queda expressiva de 11,5%, a maior entre quatro grupos analisados (Homens Brancos e Amarelos: -1,3%; Homens negros: -6,6%; Mulheres Brancas/Amarelas: -7,0%). Esse declínio contribuiu para elevar a taxa de desemprego para 22,1% no primeiro trimestre de 2021. No entanto, no primeiro trimestre de 2022, todos os grupos recuperaram os níveis observados no mesmo período de 2020, sendo que as mulheres negras registraram o menor crescimento no período, atingindo 1,6% (Feijó, 2022).

Em 2018, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que é a fonte mais recente de dados sobre terceirização, revelou que entre 73,7% e 78% das mulheres negras no Brasil estavam associadas à terceirização de serviços. Esses números indicam que esse grupo representa predominantemente perfis que se encontram em condições de subalternidade (Coutinho, 2020).

Posto isso, a abordagem sobre o tema investigado manifesta-se das perspectivas de mulheres negras no cotidiano do trabalho terceirizado no setor público. Durante a pandemia de COVID-19, observou-se a não interrupção dos serviços essenciais, diversas precarizações e vulnerabilidades enfrentadas pelas trabalhadoras terceirizadas nas instituições públicas, em especial, na universidade, onde será desenvolvido este estudo.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), alguns trabalhadores terceirizados enfrentaram condições instáveis, caracterizada por redução salarial e aumento da carga de trabalho, além do risco iminente de demissões. Com as dispensas e o acréscimo na demanda de serviço, os profissionais de limpeza, frequentemente desprovidos de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), acabam muitas vezes privados de refeições (Sintufrij, 2020).

Na região Centro-Oeste, organizações que fornecem serviços de segurança e limpeza à Universidade Federal de Goiás (UFG) dispensaram trabalhadores, alegando que a responsabilidade pela possível recontração recairia sobre a universidade. Alguns funcionários de limpeza permanecem em atividade para garantir o recebimento do vale-alimentação, enquanto outros foram liberados para cumprir o isolamento social, recebendo uma remuneração reduzida (Semblano, Albuquerque, 2020).

A reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) surpreendeu os trabalhadores terceirizados ao convocá-los de volta ao trabalho por meio do WhatsApp, mesmo em um momento em que a pandemia de COVID-19 estava em alerta vermelho em Porto Alegre, indicando uma ocupação crítica dos leitos de UTI. Apesar da suspensão das atividades presenciais pela UFRGS, não havia justificativa aparente para o retorno dos trabalhadores terceirizados. O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ASSUFRGS) repudiou a abordagem autoritária da instituição, que convocou os trabalhadores sem comunicar a Gerência de Serviços Terceirizados (Assufrgs, 2020).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) houve a tentativa da reitoria de se eximir de responsabilidades não a isenta do comprometimento com a vida desses trabalhadores que representaram um grupo de elevado risco e alta circulação dentro da universidade, sendo que muitos deles são idosos e residem em bairros distantes, dependendo de dois ou mais ônibus para alcançar os campi. Além disso, enfrentaram baixos salários, resultando em uma alimentação com baixa densidade nutricional. Além de tolerar passivamente uma forma de trabalho precária e mal remunerada, principalmente para trabalhadores mulheres e negros (Faísca, 2020).

Há de se perguntar o *porquê* realizar o estudo na universidade? Pode-se afirmar que o interesse se deu pelo processo de intervenção das reitorias, ocorrido nas instituições de ensino superior do Brasil desde o início do mandato de Jair Bolsonaro na presidência da república (2018 – 2022). Embora a lista tríplice democrática prevista pela Constituição Federal de 1988, que institui a autonomia universitária, não foi suficiente para impedir a escolha autoritária de representantes a reitores alinhados ao projeto político bolsonarista, desvalidando a consulta pública e os conselhos universitários.

Importante destacar que as intervenções são reflexos de raízes profundas de um país forjado pelo colonialismo cultural, mergulhado na ditadura militar-empresarial e sedimentado pelo conservadorismo autoritário, patriarcado e o racismo. Por isso, não se trata de um fenômeno recente, isolado e restrito aos territórios das Universidades Federais, Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS). No entanto, quando a política de intervenção bolsonarista adentra nas instituições de ensino, compreende-se que

o caráter ultraneoliberal avançou na desestruturação dos direitos humanos e sociais nesse espaço.

Em razão da pandemia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou que a classe trabalhadora, sem distinções, realizasse o isolamento social diante do cenário de ameaça do vírus. Os órgãos públicos interromperam as atividades presenciais, as adaptando para o sistema remoto. Todavia, os trabalhadores terceirizados tiveram que seguir enfrentando a jornada de trabalho presencial.

Tendo em vista, que o foco deste estudo são as trabalhadoras, considere que, no contexto do trabalho, a medida em que as instituições mantêm as agentes da terceirização, predominantemente negras, expostas à contaminação pelo Coronavírus, ocorre a prática da seletividade feminina, a violência de gênero e o racismo estrutural.

Entre os possíveis perigos de contaminação e o trabalho insalubre das trabalhadoras na pandemia, emergiu o seguinte questionamento: *quais os impactos sofridos pelas mulheres negras no trabalho terceirizado na Universidade Federal da Paraíba durante a pandemia de COVID-19?* Portanto, como hipótese, destaca-se que as trabalhadoras terceirizadas, ao serem condicionadas ao trabalho para atender às exigências da gestão político-administrativa da instituição, tiveram suas vidas ameaçadas pela pandemia.

A política de morte adotada contra esse grupo específico em meio à pandemia é o braço da Necropolítica. Conforme Mbembe (2018), as configurações contemporâneas que subjagam a vida à influência da morte alteram de maneira profunda as interações entre resistência, sacrifício e terror. Atentamos para as corporalidades femininas e as identidades raciais de mulheres não-brancas, diretamente atingidas sob novos territórios, preparados tecnologicamente para exterminá-las.

Essa investigação inspira na teoria do feminismo materialista, que amplia a análise da condição da mulher no contexto do capitalismo. Para Delphy (1975), o "feminismo materialista" trata-se de uma apropriação seletiva de elementos do marxismo. Segundo ela, essa abordagem incorpora análises marxistas do capitalismo e adota a concepção de que na história humana há uma presença constante de grupos cujos interesses são antagônicos, resultantes da exploração.

A portado por esse pensamento, é relevante para a compreensão da precarização do trabalho e suas interseções ao analisar a perspectiva da divisão socioracial do trabalho e as questões de gênero. Isso ocorre ao levar em consideração o objeto de estudo e as vulnerabilidades às quais as trabalhadoras foram submetidas durante a pandemia do Coronavírus.

Assim sendo, o propósito desta pesquisa é desvelar os impactos experienciados pelas mulheres negras na pandemia a partir das atividades laborais desempenhadas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Outrossim, compõem os objetivos específicos: apontar os critérios de biossegurança do trabalho utilizados na prevenção, proteção e minimização dos riscos causados pelo Coronavírus; Discutir as obrigações da administração pública nas relações de trabalho terceirizado; e, constatar os danos/riscos suportados pelas trabalhadoras terceirizadas nas vivências laborais na pandemia de COVID-19, no período de 2020 a 2021.

Ademais, para subsidiar a revisão teórica, priorizamos produções sobre estudos de gênero, étnico-raciais e das relações de poder, potencializando o uso da perspectiva interseccional com enfoque no trabalho feminino que se conectam com a decorrência da precarização do trabalho operacionalizada pela gestão da morte no contexto da COVID-19.

Para isso, foram consultados autores como: Lélia Gonzalez (2020), Susan Ferguson (2017), Silvia Federici (2017), Marilda Iamamoto (2018), Marcelo Carcanholo (2008), Ricardo Antunes (2022), Graça Druck (2017), Kabengele Munanga (2019), Bell Hooks (2019), Angela Davis (2016), Elisabeth Rago (2004), Karl Marx (2013), Osvaldo Coggiola (2009), Achille Mbembe (2018), dentre outros.

Na sequência, apresento o desenvolvimento da investigação. Assim, com a introdução, a dissertação se organiza em cinco capítulos, cuja organização didática é uma estratégia argumentativa, tendo em vista que os elementos discursivos são complementares.

O segundo capítulo, intitulado **A terceirização do trabalho: um olhar sobre a pandemia de COVID-19**, visa traçar um panorama do mundo do trabalho neste período. Desta forma, será importante expor os velhos dilemas, iniciados ainda na pré-pandemia com a Lei da Terceirização, decretada em 2018, por Michel Temer, e intensificada com a Reforma Administrativa (PEC

32/2020), proposta pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que permitiu um crescimento de 564% na contratação de novos terceirizados no Brasil, somados aos novos reveses, o surgimento de novas categorias profissionais, o país submerso a uma desorientação política e a crise econômica como desdobramentos de uma pandemia mundial. Em seguida, a partir desse cenário, verifica-se a necessidade de afunilar a discussão em torno da divisão sociosexual e racial do trabalho, presumindo as determinações e as estratégias de coexistências de mulheres negras impactadas pela questão social, reafirmando-as como alvos da política da morte na pandemia. Discutiremos o trabalho feminino e a sua importância na esfera produtiva do capital para compreender o precariado.

O terceiro capítulo, **“Novas evidências da precarização do trabalho na pandemia”** exploraremos a precarização do trabalho durante a pandemia no Brasil, abordando as mudanças nos serviços essenciais e a exploração da mulher no mercado de trabalho. Analisaremos novas formas de precarização, como a influência da globalização, das grandes corporações, da financeirização e das mudanças tecnológicas. Destacaremos a relação entre precarização e a gestão da morte na COVID-19, além de examinar as condições desafiadoras enfrentadas pelas trabalhadoras terceirizadas no setor público.

A partir do quarto capítulo, **“A organização da gestão pública no contexto de pandemia”** ressaltamos os planos de biossegurança do trabalho utilizados pela UFPB na prevenção e combate ao Coronavírus e as contradições na operacionalização dessa logística, as quais apontam múltiplas fragilidades. Destacamos a emblemática relação do serviço público com as prestadoras de serviços terceirizados no que confere a aplicabilidade das responsabilidades e obrigações com as trabalhadoras. E por fim, evidenciamos o “Dossiê da Intervenção na UFPB” que denuncia o identitarismo e os ataques antidemocráticos da gestão 2020/2024 a toda comunidade acadêmica, incluindo os trabalhadores terceirizados da instituição, o documento foi organizado por parte da administração universitária e movimentos de defesa da universidade pública.

No quinto capítulo, nomeado **“As trabalhadoras terceirizadas no cotidiano de trabalho”**, buscamos desvelar os impactos sofridos pelas mulheres negras no trabalho terceirizado durante pandemia de COVID-19 na

UFPB. Apontamos os riscos emergenciais vivenciados pelas trabalhadoras, assim como, os desafios decorrentes desse processo.

Já nas considerações finais, encontram-se as observações obtidas durante o processo da investigação realizada à volta do objetivo central deste trabalho. Além disso, revisita-se a questão norteadora da pesquisa, apresentando as reflexões alcançadas no interior do fenômeno estudado.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando a natureza desta investigação, que se configura como um estudo de caso, que consiste em uma forma de estruturar dados sociais, preservando a singularidade do objeto social analisado (Goode, Hatt, 1969), a utilização da abordagem qualitativa foi essencial para atender aos objetivos estabelecidos.

Segundo Godoy (1995), “o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos” (Godoy,1995, p. 21). Para o autor “o fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (Godoy,1995, p. 21). Para que isso se concretize “vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno” (Godoy,1995, p. 21).

No âmbito da diversidade que permeia os métodos e instrumentos da pesquisa qualitativa, alguns se revelaram pertinentes para o presente estudo:

- a. *Observação direta*: Nesta fonte de informações, estão vinculados à habilidade de registrar eventos em tempo real, ao mesmo tempo que abordam diretamente o contexto do ocorrido (Yin, 2005).
- b. *Observação participante*: Proporciona uma maior aptidão para reconhecer comportamentos e motivos pessoais, dado que o pesquisador está imerso no contexto (Maffezzolli, Boehs, 2008).

- c. *Diário de campo*: O registro de observações viabiliza a historicização e documentação do cotidiano, permite a análise dos eventos, sugerindo narrar as experiências de um ambiente (Lourau, 1993).
- d. *Entrevistas semiestruturadas*: A abordagem implica que o pesquisador segue um roteiro de perguntas, sem se restringir rigidamente a um questionário predefinido (De Castro, De Oliveira, 2022).
- e. *Pesquisa documental*: A utilização de documentos “possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Sá Silva et al., p. 02).

Por meio dessa trajetória de procedimentos e técnicas, tornou-se imperativo dar início a um processo de revelação das indagações presentes. Primeiramente, é importante ressaltar que a escolha da observação direta é justificada pelo desafio que os participantes enfrentam ao comunicar verbalmente suas vivências cotidianas e práticas. Para compreender qual o âmbito que estava inserida a pesquisa, a técnica de coleta de dados desempenhou um papel crucial no delineamento do estudo.

A seguir, a observação participante contribuiu para a compreensão das dinâmicas do ambiente investigado, mediante diálogos informais com as trabalhadoras terceirizadas. Isso permitiu a identificação dos principais locais de suas atividades laborais, bem como a compreensão da organização das funções e dos fluxos de trabalho.

Conseqüentemente as informações coletadas foram sendo registradas no diário de campo, auxiliando a sistematizar os dados empíricos, proporcionando a base necessária para a análise dos fenômenos. Neste momento, procurou-se organizar, estruturar e compreender os diversos significados extraídos das informações coletadas, além de identificar distintas descobertas empíricas, buscando padrões, variações e semelhanças.

Por fim, nossa principal ferramenta foi a entrevista semiestruturada com um roteiro semiaberto e a análise dos documentos técnicos institucionais e portais midiáticos. As entrevistas foram conduzidas entre 1º de junho e 10 de dezembro de 2022, utilizando uma linguagem acessível e variando entre 20 a 40 minutos

de duração. Realizaram-se 16 entrevistas individuais, de modo voluntário por abordagens espontâneas com as trabalhadoras terceirizadas, sendo conduzidas presencialmente no ambiente de trabalho, durante os intervalos de descanso. As declarações das entrevistadas foram registradas, digitalmente armazenadas, transcritas e apresentadas no trabalho final por meio de citações, sem revelar suas identidades. Os resultados podem ser divulgados no âmbito científico.

As entrevistadas receberam orientações sobre a pesquisa antes de assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A Resolução CNS nº 466 de 2012 define

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE como o “documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar” (BRASIL, 2012, p.01).

É crucial ressaltar que para se referir as trabalhadoras será utilizado nomes fictícios, devido à possibilidade de as mulheres entrevistadas manterem vínculo empregatício com a empresa prestadora de serviços e continuarem a trabalhar na instituição. Essa medida visa prevenir eventuais prejuízos para as entrevistadas. Após a condução das entrevistas, os dados obtidos foram organizados e digitalizados.

Para a realização da análise dos dados coletados, utilizou-se o método de pesquisa social pela abordagem de Minayo. A investigação social é um esforço intelectual que dá sentido e intenção às ações e construções dos indivíduos, grupos e sociedades (Minayo (2001).

Como metodologia empregaremos a abordagem de análise de conteúdo. Segundo Minayo (2001) existe várias formas de análise de conteúdo: lexical, expressão, relações, temática e anunciação. Nessa pesquisa trabalhamos com a temática que se trata de uma redução de dados que são categorizados, sistematizados e reconstruídos afim de capturar os principais conceitos dentro do conjunto de dados. A análise temática descobre unidades que comunica a presença de sentidos para o objeto analisado. De acordo com a autora essa estratégia realiza-se em três fases:

I- Pré-análise: organização do material, bem como as transcrições dos dados e leitura dinâmica;

II- Sondagem do material: codificação do material, classificação em categorias e redefinição dos temas;

III-Discussão dos resultados: as informações organizadas em unidades recebem destaque conceitual alinhadas aos temas

A técnica aplicada trata-se de análises dos depoimentos a partir das entrevistas realizadas com 16 trabalhadoras terceirizadas. O tratamento dos dados se dá pela categorização, inferência, interpretação e descrição das informações coletadas. Essa estratégia confere às interlocutoras o papel de destaque, legitima a sua representatividade e as relações estabelecidas na realidade investigada, assim como, confirmar ou não a pressuposição levantada no início da pesquisa (Minayo, 2001).

1.1.1 Delineamento de pesquisa

A proposta inicial estava centrada na vulnerabilidade institucional da terceirização do trabalho, com atenção especial para o plano de preservação da vida dos trabalhadores terceirizados. A motivação para conduzir esse estudo surgiu a partir de observações diretas feitas durante o primeiro ano da pandemia da COVID-19.

Segundo a publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 20, de 18 de junho de 2020, o Ministério do Trabalho e Previdência estabelece as medidas para prevenção, controle e redução dos riscos de transmissão do Coronavírus (COVID-19) em ambientes de trabalho, com as modificações introduzidas pela Portaria Interministerial MTP/MS Nº 14, de 20 de janeiro de 2022. Neste documento, são identificadas medidas abrangentes de biossegurança, permitindo que empresas e instituições estabeleçam padrões de cuidado para seus colaboradores.

Nesse contexto é preciso mencionar a relação existente entre a instituição contratante, UFPB, e a prestadora de serviços JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda, empresa responsável pela contratação das trabalhadoras terceirizadas, entre 2017 e 2022. Buscamos estabelecer um diálogo com a

empresa *JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda* para melhor compreender a relação estabelecida com a UFPB, examinar a logística estabelecida na pandemia. Os responsáveis pelo escritório em João Pessoa afirmam que seguiram as orientações de biossegurança da UFPB.

Durante algumas visitas realizadas à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), observei um elevado número de trabalhadoras de Serviços Gerais na instituição, a qual estava com o funcionamento reduzido devido às medidas de segurança recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar a contaminação pelo vírus SARS-CoV-2.

Percebi, conforme ilustram os diversos indicadores de trabalho, que a maioria das mulheres que continuavam suas atividades no espaço institucional eram negras. Outro aspecto intrigante foi que as trabalhadoras, em particular, não podiam aderir ao isolamento social. Isso, suscitou reflexões e originou o propósito de investigar *A precarização do trabalho de mulheres negras na pandemia da COVID-19*.

No cotidiano profissional, é possível constatar empiricamente que as mulheres enfrentam diversos desafios no mercado de trabalho, que vão desde salários baixos e posições precárias até discriminação na contratação. Além disso, há a necessidade de conciliar o trabalho com os cuidados com os filhos e as responsabilidades domésticas, tradicionalmente atribuídas a elas (Sanchez e Gebrim, 2023, p. 98-99). O que transcorre no Brasil transcende a mera discriminação efetiva, no domínio das representações mentais sociais que se fortalecem e perpetuam de maneiras diversas, evidencia-se um racismo cultural. Esse fenômeno conduz tanto aqueles que perpetraram quanto aqueles que sofrem e naturalizam que as mulheres negras especificadamente assumam papéis sociais depreciados no contexto da sociedade economicamente ativa (Gonzales, 2018).

Assim, elaborei o pré-projeto de pesquisa e submeti-o ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB). O projeto de mestrado, selecionado em 2021, está vinculado ao referido programa para a condução da pesquisa.

No que tange ao trabalho de campo, as primeiras aproximações ao cotidiano das trabalhadoras ocorreram no período de maio a novembro de 2021. Apresentei-me como estudante de mestrado da instituição, justificando a

necessidade de cumprir compromissos acadêmicos inadiáveis. Assim, equiparei minha presença à mesma importância das prestadoras de serviços terceirizadas. Essa familiaridade com elas no ambiente propiciou a abertura para o diálogo e uma escuta atenta.

Progressivamente, reconheci diversas características organizacionais, tais como a dinâmica dos horários, a distribuição de setores, a disponibilidade de trabalhadoras para funções de Serviços Gerais, e as modalidades de mobilidade urbana, entre outros elementos. Esses aspectos constituíram os primeiros registros da pesquisa, nos quais pude compreender a situação em que o público-alvo estava inserido. Assim, foram identificadas suas dificuldades, responsabilidades e expectativas.

Após essa imersão na realidade do campo de pesquisa, ajustei a versão final do projeto de pesquisa. Com a devida atualização o estudo contempla como participantes as trabalhadoras terceirizadas responsáveis pelos Serviços Gerais que atuam na Universidade Federal da Paraíba - Campus I, vinculadas a empresa prestadora de serviços JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda.

Definimos como critério de inclusão deste estudo

- Mulheres cisgêneros, transexuais ou travestis;
- Maiores de 18 anos;
- Mulheres que se autodeclaram negras, pretas ou pardas;
- Mulheres que tenham como escolaridade o ensino fundamental completo/incompleto ou ensino médio completo/incompleto.

A decisão de abranger diferentes categorias de mulheridades tem como objetivo fortalecer os estudos de gênero. A busca romper com fundamentações históricas que biologizam e binarizam a sexualidade em relação às feminilidades, ultrapassando definições antiquadas de papéis de gênero na sociedade de costumes. Essa abordagem implica compreender a diversidade Queer como uma expressão política de autoidentificação. Mulheridades representa uma extensão da categoria mulher, buscando transcender modelos normativos em prol das diversas performances de gênero e da construção de identidades sexuais e sociais vivenciadas na pluralidade (Cruz Neto et al., 2018).

A escolha de adotar o critério de inclusão baseado na diferença de raça/etnia foi fundamentada em pesquisas que apontam a presença significativa de mulheres negras nesse contexto profissional. Contudo, considerando a crescente heterogeneidade e representatividade desse grupo, inicialmente empregamos a técnica de seleção intencional para identificar o perfil investigativo específico.

Para (Oliveira, 2021), a escolha de amostras intencionais é feita com base no discernimento do pesquisador. Ao adotar critérios de julgamento razoáveis, é possível obter resultados favoráveis. A abordagem da amostragem por julgamento pode ser valiosa quando se necessita incluir um número reduzido de unidades.

Antes de se aproximar, o pesquisador adotou a heteroidentificação de raça/etnia, baseando-se na observação da coloração da pele negra das trabalhadoras dos Serviços Gerais. Posteriormente, elas eram convidadas a participar da pesquisa, ao consentirem, estabelecia-se, por meio de entrevistas, a oportunidade para que as colaboradoras decidissem se autodeclarar, ou não, como mulheres negras, com base em sua própria percepção.

Em relação a escolaridade do público alvo, para listar os níveis educacionais das trabalhadoras que participaram da pesquisa, foram utilizados como parâmetro inicial dados provenientes da pesquisa do IBGE 2019 sobre a desigualdade educacional e de gênero no Brasil. Após estabelecer relações de confiança com as colaboradoras, essa decisão foi se fortalecendo como apropriada, visto que estava alinhada com a realidade das trabalhadoras.

Quanto aos critérios de exclusão, desconsideramos:

- Os trabalhadores terceirizados do sexo masculino;
- Trabalhadoras cisgêneros, transexuais ou travestis que não se identifiquem como pessoas negras, pretas ou pardas;
- Mulheres negras, pretas ou pardas que tenham ensino superior completo.

A decisão de não incluir mulheres negras com ensino superior na pesquisa tem como ponto de partida os indicadores do boletim "Privilégio Branco:

mulheres e direito à educação", baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que destaca que o percurso histórico da educação no Brasil. O boletim salienta que as mulheres brancas usufruem de mais oportunidades no ensino superior em comparação às mulheres negras (Simões, 2023). Os dados evidenciam disparidades educacionais entre pessoas brancas e negras no ensino superior, com uma notável discrepância em 2010, onde 16,6% dos brancos e apenas 5,7% dos negros com 25 anos ou mais concluíram o ensino superior.

Na faixa etária de 25 a 29 anos, mulheres brancas tinham aproximadamente três vezes mais probabilidade de possuir ensino superior completo em comparação com mulheres negras, registrando 23,4% contra 7,8%. Apesar de aumentos proporcionais na frequência ao ensino superior de 2010 a 2019 para ambos os grupos, as mulheres brancas mantiveram uma vantagem, com um acréscimo de 22,2% para 30,7%, enquanto as negras evoluíram de 9,3% para 17,8%, preservando uma diferença de 12,9 pontos percentuais. Mesmo ao considerar a territorialidade, a desigualdade persiste, com mulheres brancas de regiões periféricas apresentando uma frequência de 11,5% em comparação com 5,9% das mulheres negras em 2010 (Simões, 2023).

Considerando essas informações, destaca-se o estudo do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), que revelou a persistência da disparidade de gênero no cenário profissional brasileiro. De acordo com os dados da pesquisa, as mulheres que concluíram o ensino superior constituem a maioria no mercado de trabalho brasileiro, representando 55,1% do total, em comparação com os homens com formação equivalente (Agência Brasil, 2020).

As mulheres brancas com ensino superior apresentam maior inserção no mercado de trabalho, com uma taxa de 62,6%, em comparação com as mulheres negras ou pardas, que registram taxas inferiores a 50% (Agência Brasil, 2021). Diante desses dados, não é apropriado generalizar que mulheres não negras se envolvam exclusivamente em ocupações relacionadas à limpeza, manutenção e reparos.

Para reforçar esse cenário, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), conduzida pelo IBGE, relativa ao último trimestre de 2022, sinaliza que 5,8 milhões de pessoas estão empregadas em trabalhos domésticos, representando 5,9% da força de trabalho no Brasil. Dentre esses,

91,4% são do sexo feminino, sendo 67,3% negras e 32,7% não negras. Em relação à escolaridade, 3,3% não possuem instrução, 38,2% têm o ensino fundamental incompleto, 12,4% concluíram o ensino fundamental, 9,6% têm o ensino médio incompleto, 32,9% concluíram o ensino médio, 2,0% têm ensino superior completo e 1,5% têm ensino superior incompleto (Dieese, 2023).

A partir dessas reflexões, a pesquisa direciona sua atenção de maneira específica a uma ocupação (Limpeza e Higienização) e setor determinados (Serviços Gerais). A escolha de excluir mulheres negras, pretas ou pardas com formação superior concluída é justificada para preservar a coesão e relevância dos resultados. Essa decisão visa alinhar-se mais estreitamente com as características específicas do grupo investigado, atendendo aos objetivos predefinidos e assegurando a obtenção de uma amostra mais homogênea.

1.1.2 Situando o campo de pesquisa

A pesquisa teve como campo a Universidade Federal da Paraíba – Campus I – Bairro Castelo Branco, local de trabalho das colaboradoras desse estudo. A estrutura administrativa do campus I da UFPB possui 14 centros de ensino, segue abaixo:

Tabela 1 - Distribuição do número e nomes de Centros de Ensino da UFPB.

01	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
02	CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
03	CCM - Centro de Ciências Médicas
04	CE - Centro de Educação
05	CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
06	CT - Centro de Tecnologia
07	CCS - Centro de Ciências da Saúde
08	CCJ - Centro de Ciências Jurídicas
09	CBIOTEC - Centro de Biotecnologia
10	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes
11	CEAR - Centro de Energias Alternativas e Renováveis
12	CI - Centro de Informática
13	CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - Unidade Lynaldo Cavalcanti/Mangabeira
14	CPT-ETS - Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde

Fonte: elaboração própria.

Adaptado de sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao

É relevante ressaltar que os centros de ensino CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - Unidade Lynaldo Cavalcanti/Mangabeira, CI -

Centro de Informática/Mangabeira e Centro de Ciências Jurídicas/Santa Rita, embora integrem o campus I da UFPB. Foram excluídos deste estudo por razões estritamente territoriais, uma vez que suas instalações físicas estão situadas em outras localidades.

Primeiramente analisamos a disposição dos centros de ensino que compõem do campus I, considerando a proximidade geográfica e organizando-os de acordo com as áreas de conhecimento. Essa abordagem visa proporcionar uma compreensão ampla do campo de pesquisa.

Tabela 2 - Áreas mapeadas na UFPB

Área 01	Área 02	Área 03	Área 04	Área 05	Área 06
CCHLA - Centro de Ciências Humanas Letras e Arte	CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza	CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes	CCS – Centro de Ciências da Saúde	CT – Centro de Tecnologia	CCM – Centro de Ciências Médicas
Centro de Educação - CE			CPT- ETS - Centro Profissional Tecnológico -Escola Técnica de Saúde	CCJ – Centro de Ciências Jurídicas	
Centro de Ciências Sociais Aplicada - CCSA			RUMF - Residência Universitária Masculina e Feminina	CEAR – Centro de Energias Alternativas Renováveis	

Fonte: elaboração própria.

Uma nota refere-se à consideração da inclusão da Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF) na avaliação, embora não seja um centro de ensino. Devido à sua proximidade e integração à área 04 apresentado na tabela, considerou haver um fluxo de trabalhadoras terceirizadas que atuam no local, devido à presença de residentes que permaneceram durante a pandemia.

Após essa etapa, conduzimos uma análise sistemática através de observação direta e participante ao longo de doze semanas consecutivas (de setembro a novembro de 2021). O objetivo era discernir, entre as áreas agrupadas, aquelas com o maior volume de trabalhadoras executando suas atividades laborais.

Conforme indicado na tabela a seguir, dividimos a observação em três etapas, cada uma com duração de quatro semanas. Ao longo desse período, observamos doze locais para determinar quais tinham maior circulação de

trabalhadoras. A observação ocorreu em três locais por semana, em dias alternados nos turnos da manhã (das 8h às 12h) e da tarde (das 14h às 18h).

Tabela 3 - Plano de Observação do fluxo de trabalhadoras terceirizadas na UFPB

Etapas	Etapa 01				Etapa 02				Etapa 03			
Mês	Setembro				Outubro				Novembro			
Semana	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Dias observados	Seg Manhã	Ter Tarde	Seg Tarde	Ter Manhã	Seg Tarde	Ter Manhã	Seg Manhã	Ter Tarde	Seg Manhã	Ter Tarde	Seg Tarde	Ter Manhã
	Qua Tarde	Qui Manhã	Qua Manhã	Qui Tarde	Qua Manhã	Qui Tarde	Qua Tarde	Qui Manhã	Qua Tarde	Qui Manhã	Qua Manhã	Qui Tarde
	Sex Manhã	Sáb Tarde	Sex Tarde	Sáb Manhã	Sex Tarde	Sáb Manhã	Sex Manhã	Sáb Tarde	Sex Manhã	Sáb Tarde	Sex Tarde	Sáb Manhã
Áreas analisadas	CCHLA	CCS	CE	CCSA	CCTA	CT	CPT-ETS	CEAR	CCEN	RUMF	CT	CCS
	CCEN	CT	CPT-ETS	RUMF	CCHLA	CCM	CCJ	CCSA	CCS	CCEN	RUMF	CE
	CCTA	CCM	CCJ	CEAR	CCEN	CCS	CE	RUMF	CCHLA	CE	CT	CCHLA
Percepção subjetiva do fluxo	CCHLA	CT	CE	RUMF	CCHLA	CT	CE	RUMF	CCHLA	CCEN	CT	
	CCEN	CCS	CCJ	CEAR	CCEN	CCS			CCS	RUMF		

Fonte: elaboração própria.

A fase inicial teve como objetivo estabelecer um parâmetro geral dos locais movimentados. Entre os espaços observados foram identificados, o CCHLA - Centro de Ciências Humanas Letras e Arte, CT – Centro de Tecnologia, Centro de Educação – CE, RUMF - Residência Universitária Masculina e Feminina, CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, CCS – Centro de Ciências da Saúde, CCJ – Centro de Ciências Jurídicas e CEAR – Centro de Energias Alternativas Renováveis.

Na segunda fase, seguindo a mesma dinâmica da anterior, o intervalo temporal entre uma observação e outra no mesmo local era mais extenso. Nessa, confirmamos os espaços menos movimentados: o CCJ – Centro de Ciências Jurídicas, CPT- ETS -Centro Profissional Tecnológico -Escola Técnica de Saúde e CEAR – Centro de Energias Alternativas Renováveis. Assim como aqueles locais sem circulação de trabalhadoras, as áreas correspondentes ao Centro de Ciências Médicas (CCM) e a área do Centro de Comunicação,

Turismo e Arte (CCTA), excluindo-os da análise e mantendo apenas os locais com maior fluxo.

Por fim, na última fase, com a redução dos locais observados, restaram o Centro de Tecnologia (CT), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Centro de Ciências da Saúde (CCS) Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) e Centro de Educação – CE. Os seis lugares que permaneceram foram submetidos a um maior número de análises em um breve intervalo de tempo. Entre eles, o Centro de Educação (CE) foi excluído devido a uma significativa redução no fluxo nesse período. Isso ocorreu porque as trabalhadoras desse local foram realocadas para o Centro de Tecnologia (CT).

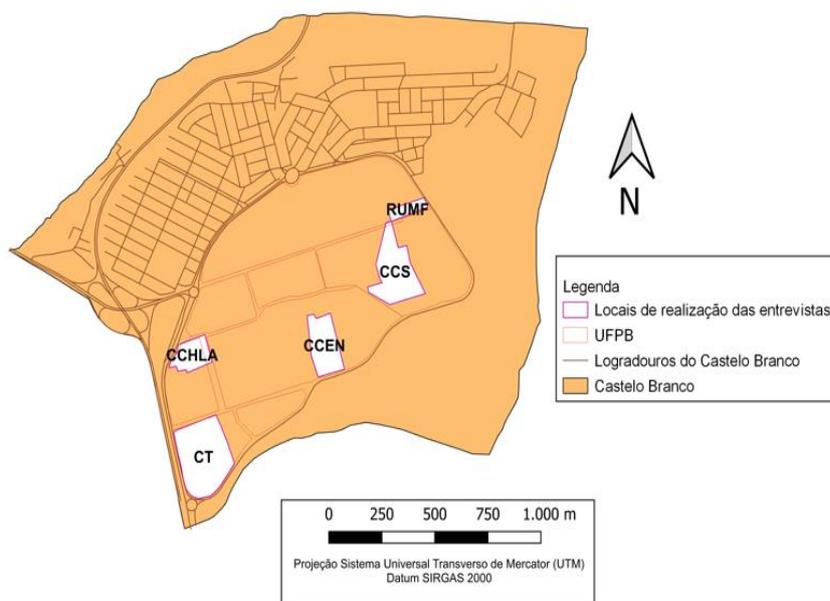
Para avaliar a movimentação das trabalhadoras em seus respectivos locais e alcançar a fase final do afinilamento, uma medida de fluxo era registrada semanalmente, com detalhes no diário de campo.

Tabela 4 – Escala de percepção do fluxo

Proporção	Percepção
1	Sem fluxo
2	Fluxo muito fraco
3	Fluxo fraco
4	Fluxo moderado
5	Fluxo forte
6	Fluxo muito forte
7	Fluxo extremamente forte

Fonte: elaboração própria.

Além disso, contamos com o apoio das trabalhadoras terceirizada que durante esse processo sinalizavam informações importantes sobre a organização das equipes mistas (homens e mulheres), distribuição nos turnos e jornada de trabalho (manhã e tarde), intervalos (almoço/descanso), relocações internas de trabalhadores (mudança e local ou setor). Para a obtenção de dados por meio de entrevistas, abrangemos quatro regiões.

Figura 01 – Áreas mapeadas para aplicação das entrevistas

Fonte: elaboração própria.

Adaptado de <https://www.ufpb.br/cfisio/contents/menu/institucional/estrutura-administrativa>

1.1.3 O público-alvo

Através de análise documental previmos o contingente de colaboradores terceirizados que foram parte integrante da empresa JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda no período de 2020 a 2022, no âmbito do contrato UFPB/PU Nº 002/2017. Essa análise foi conduzida com base no documento oficial emitido pelo SIPAC-UFPB, foi examinado o documento - Relação Nº 2023/2023 - SSG (11.00.46.41) correspondente os anos de 2020, 2021 e 2022.

Tabela 5 - Quantitativo de funcionários da empresa JMT Serviços.

Período de referencia	2020	2021	2022
Total de colaboradores	313	315	316
Total de trabalhadoras	183	181	188

Fonte: elaboração própria. Adaptada do documento SSG (11.00.46.41)

Com o propósito de identificar o público-alvo deste estudo, utilizamos como referência o total de trabalhadoras vinculadas à empresa JMT em 2022, comparando-o com os números dos anos anteriores (2020 – 2021) lapso temporal da investigação. A finalidade consistia em identificar as trabalhadoras que exerciam funções de Serviços Gerais durante esse período e que ainda mantinham vínculo com a empresa.

Durante a seleção dos potenciais participantes, foram identificados certos critérios que levaram à exclusão de 79 trabalhadoras, das 188 inicialmente identificadas, por não atenderem alguns requisitos da pesquisa. Para realizar esta pesquisa, foram examinados os registros UFPB/SOF nº001/2020 e UFPB/SOF nº001/2021, os quais contêm informações públicas relacionadas aos funcionários terceirizados. Observemos o quadro a baixo:

Tabela 6 – Requisitos que não satisfazem os parâmetros estabelecidos pela pesquisa

Nº de trabalhadoras	Critérios de exclusão
06	Trabalhavam na função de supervisoras de Serviços Gerais
11	Foram dispensadas pela empresa em 2022, trabalhando durante a pandemia (2020 – 2021)
06	Permaneceram vinculadas apenas em 2020
04	Permaneceram vinculadas apenas em 2021
22	Estiveram vinculadas a campus/locais onde não ocorreu a pesquisa, são eles: Santa Rita, Rufet (Residência Universitária Feminina), C.T. D.R (Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional, Centro de Informática, Núcleo de Informática da Educação (NIE) e CCJ (Centro de Ciências Jurídicas – Centro)
08	Não foi possível a identificação de suas funções de trabalho
22	Trabalhadoras exercendo função fora dos Centros de Ensino (Ex: Biblioteca Central, Reitoria, Central de Aulas, Prefeitura Universitária)
Total: 79	

Fonte: elaboração própria.

Posteriormente a essa análise, constatou-se que 109 trabalhadoras terceirizadas, que desempenhavam a função de Serviços Gerais, estavam vinculadas ao trabalho nos anos de 2020 e 2021, e ainda mantinham vínculo com a empresa JMT e estavam atuando na UFPB em 2022, quando as entrevistas foram realizadas.

Aqui está a distribuição das 109 trabalhadoras terceirizadas vinculadas a UFPB.

Tabela 7 - Distribuição de trabalhadoras por setores da UFPB.

Nº de Colaboradoras	Função	Setor
27	Serviços Gerais	Centro Tecnologia (C.T)
19	Serviços Gerais	Centro de Ciências Exatas e da Natureza (C.C.E.N)
13	Serviços Gerais	Centro de Ciências Sociais e Centro de Educação (C.C.S.A/C. E)
04	Serviços Gerais	Residência Universitária Masculina e Feminina (R.U.M.F)
13	Serviços Gerais	Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte (C.C.H.L.A)
12	Serviços Gerais	Educação Física e Escola Técnica de Saúde (E.T.S)
21	Serviços Gerais	Centro de Ciência da Saúde (CCS)
Total: 109		

Fonte: elaboração própria.

Antes de conduzir as entrevistas com o objetivo de refinar a amostragem em relação ao grupo investigado foi realizada uma avaliação fenotípica étnico racial (características observáveis) das trabalhadoras. Devido ao fato de que havia também mulheres brancas, o que automaticamente diminuiria o número de participantes da pesquisa.

No texto "As não Brancas - Identidade Racial e Colorismo no Brasil", de autoria de Gabriele de Oliveira da Silva, ressalta-se o argumento da jornalista e educadora Inara Fonseca, que destaca que a discussão sobre a questão racial no Brasil muitas vezes se restringe à dicotomia entre branco e preto, uma dualidade que não é adequada para representar plenamente a diversidade do país (Silva, 2020). A autora afirmando essa compreensão menciona que "o conceito de raça social é uma categoria usada para se referir a um grupo de pessoas cujas marcas físicas são consideradas socialmente significativas" (Silva, 2020, xx). É nesse caminho que conduziremos essa seleção, buscando assegurar que nenhuma identidade racial seja desconsiderada.

Compreendemos que os tons de pele representam uma das várias características capazes de identificar uma integrante da população negra. Utilizamos isso como o critério principal nesta fase, reconhecendo, no entanto, os riscos associados a essa decisão, visto que há mulheres negras com tom de pele claro que poderiam ser percebidas como brancas, destacando a complexidade que o conceito de colorismo

Coloca para as comunidades racializadas, uma contradição fundamental: por um lado a cor clara é sinal de ilegitimidade, inautenticidade e assimilação. Por outro, seria o motivo do sucesso desses indivíduos (Rodrigues, 2021, p. 248)

Ao assumir esse desafio e reconhecendo que apenas essa estratégia de identificação do perfil dessas trabalhadoras não é suficiente, durante a realização das entrevistas foi permitido que essas mulheres, com base em sua própria percepção, fizessem autodeclarações.

Para efetuar essa redução, através da observação participante analisamos sistematicamente a quantidade de trabalhadoras alocadas por centros de ensino nos meses de janeiro a fevereiro de 2022, de forma esporádica tanto no período da manhã quanto da tarde.

Tabela 8 – Classificação raça/etnia de trabalhadoras terceirizadas da UFPB.

Nº de Colaboradoras	Quantitativo de mulheres brancas	Quantitativo de mulheres negras	Setor	Semanas de avaliação
27	12	15	Centro Tecnologia (C.T)	10/01 a 14/01/2022
19	9	10	Centro de Ciências Exatas e da Natureza (C.C.E.N)	17/01 a 21/01/2022
13	8	5	Centro de Ciências Sociais e Centro de Educação (C.C.S.A/C.E)	24/01 a 28/01/2022
04	-	4	Residência Universitária Masculina e Feminina (R.U.M.F)	31/01 a 04/02/2022
13	4	9	Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte (C.C.H.L.A)	07/02 a 11/02/2022
12	6	6	Educação Física e Escola Técnica de Saúde (E.T.S)	14/02 a 18/02/2022
21	5	16	Centro de Ciência da Saúde (CCS)	21/02 a 25/02/2022
109	44	65		

Fonte: elaboração própria.

Ao concluir essa análise, constatou-se que das 109 trabalhadoras, 44 eram mulheres brancas, resultando em 65 potenciais perfis de colaboradoras para o estudo, que foram convidadas a participar da entrevista semiestruturada. Após as abordagens, observamos a seguinte situação:

Tabela 9 - Traços das colaboradoras da pesquisa.

Nº de Colaboradoras	Perfis Identificados
16	Identificaram-se com o perfil de mulheres negras e participaram da entrevista
12	Identificaram-se como mulheres negras, mas optaram por não participar da pesquisa
37	Não se identificaram com o perfil de mulheres negras

Fonte: elaboração própria.

Ao obtermos esses dados surge a reflexão sobre os desafios da reconstrução da identidade negra e os obstáculos específicos relacionados à coleta, interpretação e divulgação de dados.

A reconstrução da identidade negra é um processo complexo e desafiador que envolve a superação de barreiras históricas, sociais e culturais. Segundo Louro (2000) as diversas representações dos grupos sociais circulam na sociedade, gerando significados e implicações. Contudo, algumas dessas representações ganham destaque e passam a ser reconhecidas como reflexo da realidade social. Fernandes e Souza (2016, p.105), afirmam que a “abjeção social decorre da criação de ‘marcadores sociais’ que, formulados a partir de teorias biológicas errôneas, fazem das marcas corporais elementos através dos quais se pode homogeneizar os sujeitos e naturalizar identidades”.

Ao longo dos séculos, as comunidades negras foram submetidas a sistemas de opressão, como a escravidão e o racismo estrutural, que tiveram impactos profundos na construção e preservação de suas identidades. De acordo com Nascimento (2003), a identidade é um processo contínuo, sempre em construção e permanentemente incompleto, evidenciando-se por meio da consciência das diferenças e do contraste com o outro, implicando, portanto, a presença da alteridade. Em outras palavras, o sujeito se forma a partir de características distintivas provenientes dos outros.

Um dos principais desafios é a desconstrução de estereótipos negativos que foram historicamente atribuídos às pessoas negras. A reconstrução, nesse contexto, requer um esforço constante para desafiar esses estereótipos e promover representações mais positivas e diversas.

Através de um processo de reconstrução, pode revisar os valores introjetados e os estereótipos negativos assimilados durante o processo de socialização, o que vem favorecer, assim, uma auto-

estima mais positiva e relacionamentos harmoniosos no âmbito sócio-cultural mais amplo (Ferreira, 2002, p. 79).

Além disso, a diáspora africana resultante da escravidão trouxe consigo perdas muitas vezes irreparável das raízes culturais e das práticas tradicionais. A reconstrução da identidade negra, portanto, implica em uma busca pela recuperação e celebração das heranças culturais africanas, o que pode ser desafiador devido à fragmentação histórica e à perda de conexões diretas com as raízes ancestrais (Ferreira, 2002).

Outro obstáculo é o racismo estrutural em muitas sociedades. A discriminação racial afeta diversas esferas da vida, incluindo acesso a oportunidades educacionais, empregos dignos, serviços de saúde adequados e tratamento justo no sistema legal. Essas barreiras sociais e econômicas dificultam a construção de uma identidade forte e positiva.

De acordo com Lélia Gonzales (2020), a maior intérprete da formação brasileira, a resistência cultural e o ativismo negro são ferramentas essenciais no enfrentamento desses desafios. A promoção da consciência racial, a valorização da estética, a celebração das conquistas históricas e o fortalecimento das comunidades negras são estratégias importantes na reconstrução da identidade. No entanto, é fundamental reconhecer que a superação completa desses desafios demanda uma abordagem sistêmica e contínua, envolvendo não apenas as comunidades negras, mas toda a sociedade na promoção de uma igualdade verdadeira e inclusiva (Lélia, 2020).

No campo científico, a pesquisa muitas vezes depende de dados objetivos e imparciais. No entanto, o viés racial pode influenciar a coleta de dados, especialmente quando se trata de identificar e categorizar grupos étnicos. A falta de representatividade nas amostras pode resultar em conclusões limitadas e estereotipadas sobre a identidade negra (Liborio e Santana, 2020).

A interpretação de resultados científicos relacionados à identidade negra pode ser desafiadora devido à complexidade das experiências culturais e históricas. A formação da identidade nacional brasileira recorreu a métodos eugenistas, que visavam o branqueamento da população, e que teve resultados sobre a construção de um ideal, que “prejudica qualquer busca de identidade baseada na ‘negritude e na mestiçagem’, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior” (Munanga, 2016, p. 16).

Pesquisadores precisam estar cientes dos diferentes contextos culturais e das nuances associadas à identidade negra, evitando generalizações simplistas.

Oliveira (2004) destaca o papel do pertencimento no processo de assumir a identidade racial, que tem como origem a ancestralidade africana e que é, por essência, um posicionamento político.

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexistente. Desconheço estudos brasileiros consistentes sobre identidade racial/étnica (Oliveira, 2004, p. 57).

Quando se trata de investigações realizadas por pesquisadores negros, existem desafios socioeconômicos que limitam o acesso a recursos necessários para conduzir pesquisas significativas, como reflexo da desigualdade social vivenciada pela população negra brasileira e do racismo acadêmico. Isso interfere em financiamento para projetos, acesso a materiais de pesquisa, participação em eventos acadêmicos e acesso a redes de apoio.

Diante dos obstáculos impostos pelo racismo, a construção da carreira dos universitários negros ocorre individualmente, de forma que cada discente busca avançar profissionalmente de acordo com suas possibilidades; ao mesmo tempo, a construção da carreira exige um enfrentamento coletivo, no qual os graduandos recorrem a sua rede afetiva, de familiares, amigos e de coletivos, como o Movimento Negro, para possibilitar o enfrentamento dos constantes desafios presentes em suas vidas e, conseqüentemente, em suas carreiras (Ancillotti e Da Silva, 2023, p. 11).

A pesquisa científica com comunidades negras se beneficia a partir da variedade de perspectivas, no entanto, essas vozes são sub-representadas em diversos campos científicos e nos meios de decisão, como um todo. Garantir a inclusão de pesquisadores negros e a colaboração com as comunidades afetadas são passos cruciais para uma pesquisa mais abrangente, que contribua para uma compreensão mais aprofundada e não perpetue estereótipos ou preconceitos e que possibilite a formação de sujeitos de transformação.

Para as mulheres de grupos oprimidos que têm reprimido tantos sentimentos - desespero, fúria, angústia -, que não falam, como escreve a poeta Audre Lorde, 'pelo medo de nossas palavras não serem ouvidas nem bem-vindas', encontrar a voz é um ato de resistência. Falar se torna tanto uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito. Apenas como sujeitos é que nós podemos falar. Como objetos, permanecemos sem voz - e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros (Hooks, 2019, p. 35).

Quando a investigação envolve comunidades negras, a ética na pesquisa é essencial para que suas identidades sejam respeitadas, que não sejam exploradas de maneira inadequada e que os resultados não reforcem estereótipos prejudiciais. Nesse sentido, questões de consentimento informado, confidencialidade e representação adequada são vitais.

A obtenção do consentimento informado e o respeito à confidencialidade e ao anonimato, além de princípios éticos, são práticas que respondem a uma concepção do processo de investigação social, e do papel da pessoa investigadora no mesmo, que dificilmente casam com os fundamentos da investigação social qualitativa (Lincoln, 2005). Isso se depara, desde sua própria definição, com dilemas éticos que não podem ser resolvidos a partir de um código ético generalista centrado em procedimentos padrão. A investigação qualitativa, centrada em processos, só pode resolver seus dilemas éticos a partir de uma ética colocada que obriga a pessoa investigadora a refletir constantemente sobre a responsabilidade ética de seu trabalho, bem como a tomada de decisão ajustada a cada caso de investigação específico (Miguélez, 2016, p. 104, tradução própria).

Após a conclusão da pesquisa, a divulgação dos resultados exige uma consideração cuidadosa para a apresentação de dados sensíveis relacionados à identidade negra. A proteção desses dados sensíveis, reconhecidos tanto na arena dos Direitos Humanos quanto na normativa da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), exige um cuidado especial no âmbito das relações trabalhistas, devido ao alto potencial de impacto nas suas vidas e os riscos de discriminação, tendo como fundamentos a sua inviolabilidade e a preservação da dignidade humana acima de tudo (Dos Santos, 2020), ainda mais se tratando de um grupo submerso em vulnerabilidades étnico-raciais e de classe.

De forma semelhante, o compromisso ético e a responsabilidade da pesquisa feminista:

Não se encerra em relatórios e publicações. A pesquisa feita com sujeitos, e não sobre sujeitos, envolve a produção coletiva e contínua

de reflexões sobre desigualdades e subordinações de gênero, raça e classe no objetivo comum de transformação social. Esse movimento passa pelas discussões sobre a forma de produzir conhecimento, logo, pelas reflexões metodológicas (Mariano, Ferreira e De Souza, 2022, p. 209).

Enfrentar esses desafios da história negada requer um compromisso sério com a equidade, inclusão e sensibilidade cultural em todas as fases do processo de pesquisa. Os pesquisadores precisam estar cientes de seu próprio viés, trabalhar em colaboração com as comunidades afetadas e garantir que suas pesquisas contribuam para uma compreensão mais rica e respeitosa da identidade negra.

1.1.4 Os desafios no registro da pesquisa

A Plataforma Brasil é uma interface digital desenvolvida pelo Governo Federal para auxiliar pesquisadores a submeterem seus projetos de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP). Ao acessar o sistema, é necessário preencher informações adicionais, juntamente com documentos que validem estudos realizados em seres humanos. O primeiro desafio encontrado no processo foi solicitar a carta de anuência para instituição, onde seria realizada a pesquisa.

Em dezembro de 2021, encaminhei um e-mail à Superintendência de Serviços Gerais (SSG) solicitando a assinatura do documento. Passados trinta dias sem resposta, dirigi-me ao setor na Prefeitura Universitária da UFPB. Na ocasião a estagiária informou que o superintendente havia recebido o e-mail durante seu período de férias. Após seu retorno, estava ocupado com reuniões administrativas na reitoria. A única alternativa foi aguardar, e vinte dias após minha visita ao setor, sem outras opções, apresentei uma reclamação à Ouvidoria da UFPB.

Em resposta à reclamação, o superintendente alegou que as autorizações para pesquisa deveriam ser obtidas diretamente das empresas prestadoras de serviços. Ele indicou que a pesquisa poderia ser realizada na universidade durante o horário de trabalho das terceirizadas, contanto que a coleta de dados não interferisse na execução dos serviços. Além disso, enfatizou que os trabalhadores terceirizados mantêm vínculo empregatício com as empresas

contratadas, não com a UFPB. Informou que conceder a autorização solicitada seria considerado um ato de ingerência na administração da empresa contratada, conforme o artigo 5º da Instrução Normativa SEGES/MPDG no 5, de 26 de maio de 2017. Por fim, forneceu o contato da empresa prestadora de serviços, caso houvesse necessidade de obter mais informações sobre a solicitação.

No início de fevereiro de 2022, reuni-me com o gerente operacional da empresa JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda. No diálogo expliquei os detalhes da pesquisa, incluindo o local, o perfil das participantes e os procedimentos necessários para garantir padrões éticos. O representante solicitou que eu apresentasse o roteiro com as perguntas orientadoras do estudo para avaliação. Após cumprir essa solicitação, a carta de anuência foi finalmente liberada.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil em 19/02/2022 sendo aprovado em 25/05/2022. As entrevistas foram conduzidas entre 1º de junho e 10 de dezembro de 2022, utilizando uma linguagem acessível e variando entre 20 a 40 minutos de duração. As declarações das entrevistadas foram registradas, digitalmente armazenadas, transcritas e apresentadas por meio de citações, sem revelar suas identidades. Os resultados podem ser divulgados no âmbito científico.

1.1.5 Dos aspectos éticos

A presente pesquisa está em concordância com os preceitos estabelecidos pela Resolução n.º 510, datada de 7 de abril de 2016 (MINISTÉRIO DA SAÚDE) que regula as diretrizes aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, especialmente quando os procedimentos metodológicos incluem a obtenção direta de dados junto aos participantes ou informações identificáveis, bem como quando podem acarretar riscos na vida cotidiana.

As entrevistadas foram devidamente informadas sobre seus direitos, conforme: I - Informar o teor da pesquisa; II - Elucidar os critérios para ser público-alvo da investigação; III – Esclarecer os objetivos e a contribuição do estudo; IV - Declarar que a participação é isenta de despesas; V – Indicar que a participação não é obrigatória; VI – Assegurar que os dados obtidos são

confidenciais; VII - Enfatizar que sob qualquer dano ou risco a pesquisa será suspensa; VIII – Comunicar que o pesquisador é responsável por tornar público os resultados sem qualquer identificação das participantes; IX – Dispor o tempo de duração da entrevista e seus percursos; e X – Caso a entrevistada concorde sugerir assinar o termo de compromisso.

Riscos: Os riscos associados eram mínimos, embora ao longo do processo de investigação pudesse surgir questões desconfortáveis e/ou constrangimentos durante as entrevistas. É relevante notar que as abordagens eram conduzidas em um ambiente protegido e individual, permitindo a interrupção ou término das entrevistas conforme necessário. Em caso de queixas subsequentes por parte da colaboradora, ela seria encaminhada para os serviços de psicologia da UFPB e para espaços de acolhimento e proteção às mulheres.

Benefícios: execução estudo busca proporcionar um aprofundamento teórico-metodológico, compromisso ético-político e, por conseguinte a reflexão técnicooperativa sobre os impactos causados a trabalhadoras negras da terceirização pelo setor público, fortalecendo a ideia de que é preciso elaborar protocolos permanentes, diferenciados e humanizados de proteção para esse grupo social nesse espaço.

A pesquisa segue os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do Serviço Social de 1993, conforme preconizado pelo Código de Ética Profissional do Serviço Social – CFESS, após a conclusão da dissertação, os resultados da pesquisa serão divulgados.

2 A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO: UM OLHAR SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19

O objetivo deste capítulo é apresentar o cenário da organização do trabalho no Brasil, com foco na terceirização, traçando um caminho reflexivo no âmbito da Lei Nº 13.429/2017 que regulamenta o trabalho temporário, expondo os problemas antigos que serão discutidos posteriormente na Reforma Administrativa (PEC 32/2020). É importante ressaltar que na pandemia de COVID-19, a terceirização do trabalho tem sido uma ferramenta do Neoliberalismo, que visa desmontar as organizações sociais, controlar os interesses públicos e dismantelar os direitos dos trabalhadores. Esta discussão

amplia a probabilidade irrestrita da flexibilização dos contratos de prestação de serviços e a terceirização do funcionalismo público.

Portanto, nesse contexto a seletividade do perfil social do trabalhador determinou a rotina de quem trabalharia na linha de frente no combate ao Coronavírus, dois elementos emergem deste debate nas próximas páginas, as *Questões Étnico-Raciais e Relações de Gênero*. Através delas pretende-se refletir sobre a divisão sociossexual e racial do trabalho, direcionando o debate para as trabalhadoras negras transpassadas pela eminência da morte e questão social durante a pandemia.

A pandemia da COVID-19 sugere retomar algumas discussões, inclusive sobre a participação da mulher negra no mundo do trabalho. No entanto, apesar de não ser uma reflexão recente, é sepultada, em praticamente toda a história do capitalismo – apesar de o trabalho feminino assumir importante papel no desenvolvimento econômico mundial - atualmente a trabalhadora negra, moradora da periferia e provedora do lar está no centro da exploração da classe trabalhadora.

No fim deste capítulo, a reprodução social lança luz sobre a ideia do valor do trabalho no capitalismo a partir do feminismo marxista que defende as lutas pelo reconhecimento das mulheres numa sociedade que tenta invisibilizá-las.

2.1 UM PANORAMA DA TERCEIRIZAÇÃO: VELHOS DILEMAS E NOVOS REVESES

Conforme Druck (2017, p.188), a terceirização não é recente e restrita ao Brasil, originado na revolução industrial, foi se redefinindo e ocidentalizando-se, sua dinâmica nos últimos 40 anos impulsionou inúmeros processos de regeneração do sistema produtivo mundial. A terceirização flexibilizou o trabalho sob a narrativa da modernização e competitividade. Sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, “a Lei de Terceirização Irrestrita tem 3 artigos, sendo que os dois primeiros alteram e adicionam dispositivos na Lei nº 6.019/74, e tratam sobre as relações de trabalho temporário e sobre a terceirização de serviços” (Castro, 2017, p. 59).

A terceirização é um fenômeno de mercado pela qual uma empresa chamada tomadora contrata outra denominada de prestadora, ou então de

terceirizada como ficou consagrada (Silva, 2018). A empresa terceirizada é quem contrata diretamente os trabalhadores pelo regime da CLT que irão prestar serviços na empresa tomadora. O interessante é que até a sanção da lei 13.429/2017 não havia lei que regulamentasse a terceirização no Brasil (Consoli, Pallaoro, 2019)

Em 2017, a *terceirização do trabalho*, então definida como a prestação de serviços, foi regulamentada, tornando-se uma extensão do trabalho precarizado. Nos anos seguintes, o Brasil, atravessou um cenário político delicado, submetendo aos direitos trabalhistas a revisões e reformas que geraram efeitos imensuráveis. Para Campos (2017) esse contexto surge de uma política trabalhista implementada por um governo considerado ilegítimo, que se beneficia da instabilidade econômica para estabelecer medidas regressivas. Isso contribui para a promoção da flexibilização dos direitos trabalhistas já conquistados.

Barbosa (2020) enumera os principais impactos advindo destas flexibilizações: Lei do trabalho temporário, permitindo a terceirização de serviços, a carência para os trabalhadores retornarem a prestar serviços na mesma empresa passou de seis para dezoito meses, a redução de multa para empresas que não registrar o funcionário, a regulamentação do trabalho intermitente, os colaboradores passam a arcar com os custos relacionados a litígios trabalhistas.

Segundo (Berger, 2017, p. 19), em 2017, no Brasil havia “cerca de 10 a 15 milhões de trabalhadores (15%) terceirizados em um mercado de aproximadamente 100 milhões de pessoas, incluídos setores público e privado”. A aprovação da Lei Nº 13.429/2017 gerou grandes controvérsias entre trabalhadores, apoiadores da classe trabalhadora e empresários, “esta lei permite, inclusive, a terceirização de atividades fim, o que não era permitido anteriormente. Este é o ponto, talvez mais polêmico e mais importante de toda a discussão (Atividade-fim e atividade-meio)” (Berger, 2017, p.21).

Nesse sentido, é importante saber que a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho não admitia a terceirização de “Atividade fim” que é a desempenhada por profissionais que visam alcançar o objetivo da empresa, apenas permitia “Atividade meio”, atividades que existem para permitir o funcionamento das organizações. “Entende-se que da forma como está disposto

na lei o empresariado poderá fazer o que bem quiser na hora da contratação, trazendo com isso uma terceirização desenfreada e sem regras” (Burger, 2017, p.21). “A crise na economia elevou a altíssimos níveis o desemprego no país, criando um cenário favorável para que as novas normas fossem aceitas numa relação de emprego” (Campos, 2017, p.47).

Farias (2017, p.54) “considera que a Lei nº13.429/2017 dispõe acerca da ampliação da terceirização, tornando-a irrestrita, acaba por abrir brechas para as formas mais intolerantes de exploração da mão de obra humana”. Portanto, nos anos seguintes, reforçam-se os questionamentos sobre os objetos da terceirização no Brasil. “Afim, trata-se de terceirização de trabalho, de trabalhadores, de atividades, de processos ou ainda de outros aspectos mais?” (Campos, 2018, p. 02). Tradicionalmente, a terceirização visa o fornecimento de um dado produto, do qual a empresa não possuía especialidade e, por isso, recorre a outra que realizaria seu próprio processo produtivo. No Brasil, se tornou cada vez mais recorrente o contrato de fornecimento de mão de obra para atividades essenciais, como os serviços gerais de limpeza e segurança.

Fonseca (2018) classifica esse repasse da contratação do trabalhador, cada vez mais recorrente, como uma fraude, caracterizada por aluguel humano, merchandage na locação ou intermediação de mão de obra, e destaca que a restrição inicial da terceirização aos serviços especializados conferiu vez à banalização a todas as atividades, incluindo as finalísticas, a partir de uma interpretação de paradigmas puramente econômicos de redução de custos. Rebelo et al. (2018), por sua vez, ressalta no próprio enquadramento legal uma dificuldade em se definir exatamente o que pode ser considerado atividade-meio e atividade-fim.

No embalo das reformas trabalhistas, sob justificativa de contingenciamento de gastos públicos e necessidade da diminuição dos quadros do serviço público, o governo Temer edita a Medida Provisória 729/2017, instituindo incentivo ao servidor que quisesse deixar o serviço público em definitivo, por meio dos Planos de Desligamento Voluntário (PVD). Essa medida, segundo Vargas (2018), possui um viés terceirizante da atividade administrativa, tendo registros, inclusive, de contratação ilegal de trabalhadores terceirizados para ocupar postos de trabalhadores demitidos por meio do PDV, representando a extensão da crise do trabalho ao serviço público brasileiro.

O avanço da terceirização afeta, significativamente, as instituições de proteção trabalhista. Com o alto índice de rotatividade de pessoal, há uma crescente perda de vínculos de solidariedade e relações de pertencimento de classe, além de supressão das fontes de custeio dos sindicatos, que se refletem diretamente nas relações sindicais (Biavaschi; Teixeira; Droppa, 2018). Antunes (2020) já ressaltava a perda de sentido do trabalho sob o sistema capitalista, voltado a produção de valor capital e a busca pela produtividade. A Justiça de Trabalho também passa a ter seu o papel institucional enfraquecido, especialmente em seu sistema de fiscalização e do meio sindical, desestruturando-a de tal forma, que não se constitua mais uma força política capaz de reagir à retirada de direitos (Biavaschi; Teixeira; Droppa, 2018).

Os desdobramentos causados pelo impacto da terceirização ocorrem através das licitações indiretas, que desobriga as administrações pelos danos causados aos trabalhadores, pela fragilidade das medidas contratuais de trabalho; e através da quarteirização enquanto técnica de gestão onde ocorrem subcontratações de outras empresas prestadoras de serviços que se autogerenciam entre si (Marques, 2018).

Ao final do governo Temer, a mídia sinalizava uma redução do desemprego no país após a reforma trabalhista. O que acontecia, na verdade, era um aumento da informalidade, como resultado de uma forte ofensiva neoliberal investida contra os direitos trabalhistas (Pereira e Cabral; 2019).

Outro elemento importante a destacar é o equivocado modelo de contagem de emprego e desemprego ocorrido nesse período, quatro anos após a reforma não houve o aumento de empregos prometidos, a média prometida era de seis milhões em uma década. Em 2021, dados do IBGE apontaram que taxa de desemprego se tornou elevada. No trimestre que finalizou em julho de 2021, a taxa de desocupação alcançou 13,7%, registrando um aumento de aproximadamente dois pontos percentuais em comparação aos 11,8% do último trimestre de 2017. Nesse intervalo, o total de desempregados cresceu de 12,3 milhões para 14,1 milhões (De Oliveira, 2021).

Em 2019, além da terceirização, houve o aumento das categorias de profissionais como: entregadores de *app*, *ubers* e os trabalhadores de plataformas digitais (Cardoso, Oliveira, 2020). Igualmente, uma modalidade emergente que contribui para intensificar a precarização do trabalho são os

serviços de coaching, “O indivíduo que trabalha, nesse contexto, é compelido a tomar essa exigência de adequação as demandas do capital” (Alves, 2019, p.35). Este fenômeno sempre esteve presente em certa medida na sociedade capitalista e está diretamente relacionado ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, recentemente, temos observado um aumento significativo desse cenário (Alves, 2019).

Nós o consideramos apenas como sendo a mais nova forma do capital de se apoderar da corporeidade do indivíduo afim que produzir com maior eficácia suas leis gerais de funcionamento para reprodução da valorização do valor. É apenas o modismo da vez, a panacéia — remédio para todos os males — organizacional contemporânea. Diante disso, não temos a menor intenção de empregar ao coaching relevância de algo perene, ou considera-lo mais relevante ou importante que as técnicas e métodos que o antecederam (Alves, 2019, p.37).

Obtivemos um avanço no mercado bilionário de transporte de passageiros por meio de aplicativos de celular, como o da Uber. Esse modelo inovador desafia empresas estabelecidas, questiona regulamentações tradicionais e impacta as dinâmicas do mercado de trabalho (Caldas, 2022). A expansão da uberização do trabalho demarcou a capacidade do trabalhador metamorfosear-se diante das possibilidades de aquisição de renda independente. Simultaneamente, conforme destacado por Franco (2019), esse fenômeno caracteriza um modelo específico de acumulação capitalista, introduzindo uma nova maneira de intermediar a subordinação do trabalhador, onde este assume a responsabilidade pelos meios de produção da atividade produtiva.

O Brasil, neste período, se encontrava presidido por Jair Messias Bolsonaro, ex militar reformado e representante da extrema-direita. Um governo marcado pelo neoliberalismo totalitário, necropolítica, fundamentalismo religioso e políticas de austeridade (Rebuá, 2020). Segundo Rocha (2019), ao examinar três manifestações discursivas do presidente da república relacionadas aos direitos trabalhistas, o autor enfatiza a primeira no contexto do programa governamental intitulado "O caminho da prosperidade", a criação da nova carteira de trabalho verde e amarela, a segunda na convicção que a população compreenderia obter menos direitos e mais empregos, e por último a afirmação do aprofundamento da reforma trabalhista.

Ao mesmo tempo, em que nos deparávamos com uma política de desmonte dos direitos sociais de idosos, trabalhadores formais e informais e mulheres pensionistas com a continuação da Reforma da Previdência pelo governo Bolsonaro, o início de 2020 nos surpreendia com a pandemia da COVID-19, que se apresentava como uma tragédia anunciada.

Durante a pandemia de COVID-19, o governo Bolsonaro foi marcado por ações no campo trabalhista que geraram impactos negativos nas condições de trabalho e nos direitos dos trabalhadores. Dentre as mais marcantes, podemos destacar a sua postura negacionista em relação ao isolamento social e a vacinação.

O custo do negacionismo como política de Estado no Brasil, nesse momento de crise sanitária é a pouca adesão da população ao isolamento social e a total incapacidade de promover um plano de vacinação em massa, resultando num elevadíssimo número de mortes por dia em comparação à outros países, o que o governo Bolsonaro parece não se importar (De Moura, Dos Santos, 2021).

Não obstante, a resistência a implementação de um programa de transferência de renda destinado a trabalhadores informais, desempregados e beneficiários de programas sociais.

No caso do Brasil, pressões advindas de grupos variados da sociedade civil tiveram papel crucial diante dessa tomada de decisão, apontando para a responsabilidade e a necessidade de articulação das diferentes esferas governamentais (municipais, estaduais e federal). Essa indicação de articulação entre entes diversos visava dirimir as consequências socioeconômicas nefastas da Covid-19 para grupos vulneráveis, em especial para trabalhadores informais, autônomos, pequenos comerciantes e/ou trabalhadoras domésticas (Marins et al., 2021, p. 671).

Enfim, a emissão de diversas medidas provisórias de desmonte dos direitos trabalhistas, que incluíam flexibilizações, a possibilidade de redução de jornada e salários, suspensão temporária de contratos de trabalho e a nomeação de militares para pastas do Ministério do Trabalho e Previdência.

Em especial a Medida Provisória nº 936, que possibilitou a adoção da suspensão do contrato de trabalho e a redução de jornada e salários mediante pagamento de benefícios compensatórios complementares e adoção de estabilidade provisória, para, de um lado, assegurar a manutenção do emprego dos trabalhadores e, de outro, ampliar os benefícios previstos na MP (Ikuta et al., 2020, p.104).

No governo Bolsonaro, as principais flexibilizações em relação à terceirização fazem parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que propõe alterações nas regras para contratação, promoção e demissão de servidores públicos. Por uma maior flexibilização nas regras, abriu espaço para a expansão da terceirização de serviços no âmbito do serviço público. Grillo e Arthur (2023) caracterizam esse modelo legislado como fortemente flexível, que reforça a contratação individual e o unilateralismo patronal. Nesse sentido, também houve a tentativa de aprovação da Medida Provisória (MP) 922/20, que autorizaria o governo federal a contratar pessoal temporário para diminuir trabalho acumulado em órgãos públicos, incluindo servidores civis da União aposentados, mas que, no entanto, não avançou no Congresso Nacional e perdeu sua validade sem ser convertida em lei.

Na pandemia, os serviços de terceirização considerados essenciais continuaram em pleno funcionamento. Com base nisso, a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, define a implementação de iniciativas para proteger a saúde e vida de todos os profissionais essenciais comprometidos no controle de doenças e preservação da ordem pública na pandemia de COVID-19. O Artigo 3º-J no parágrafo §1º delinea quais profissionais são reconhecidos como essenciais, dentre vários, evidenciamos o inciso XXI, relacionado aos profissionais de limpeza.

No estado da Paraíba, o Decreto nº 40.304, de 12 de junho de 2020, estabelece as diretrizes para a implementação do plano Novo Normal Paraíba, que inclui medidas temporárias e emergenciais para a prevenção do contágio pela COVID-19. É definido no Art. 3º, inciso § 3º que sob nenhuma circunstância, as restrições a serem implementadas poderão afetar adversamente a operação e o funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais. Dentro das atividades listadas, o artigo XX menciona as empresas que fornecem serviços de mão de obra terceirizada.

No âmbito municipal, João Pessoa aderiu às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 40.289, datado de 30 de maio de 2020, promulgado pelo Governo do Estado da Paraíba, que instituiu ao município a política rígida de isolamento social, com exceção, aos profissionais que prestam atividades essenciais.

Grande parcela da classe trabalhadora não paralisou as suas atividades laborais, vendo-se obrigada a trabalhar, o que favoreceu a dissipação e contaminação da COVID-19 em massa. Reforçando essa afirmação, um informe especial elaborado em 2020, pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL) declarou sobre quem recairia os efeitos econômicos e sociais durante a pandemia de COVID-19:

A crise terá maior impacto sobre os mais vulneráveis: pessoas com problemas de saúde subjacente, adultos mais velhos, jovens desempregados, subempregados, mulheres trabalhadoras, trabalhadores desprotegidos e trabalhadores imigrantes, com o conseqüente aumento da desigualdade (Cepal, 2020, p. 5, tradução própria).

Na sequência, o relatório pressupôs as condições de emprego e pobreza na América Latina e Caribe, afirmando que “a crise aumentaria provavelmente o emprego informal como estratégia de sobrevivência” (Cepal, 2020, p. 11, tradução própria).

No Brasil, em 2021, o Lagon Data realizou um levantamento a partir do banco de dados do Novo Cadastro Geral de Empregados (CAGED), evidenciando o aumento no número de óbitos de trabalhadores que prestavam serviços essenciais e não conseguiram realizar o isolamento social. Segundo a pesquisa, as profissões que mais morreram no país durante a pandemia foram: frentistas (68%), operadores de caixa (67%), motoristas de ônibus (62%) e vigilantes terceirizados (59%). Entre outras ocupações laborais podemos destacar o contingente de trabalhadores da construção civil (6,7 milhões), serviços domésticos, motoristas de aplicativos (2 milhões) e entregadores (800 mil).

Conforme demonstra a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD COVID19/2020), o número de trabalhadoras domésticas chegou a 6,3 milhões. Sendo 90% das atividades desempenhadas por mulheres, e 68% delas são negras, a maioria na informalidade e sem acesso à seguridade social. Esses dados evidenciam a superexploração racializada do trabalho feminino sob a influência do capitalismo, enraizado na formação histórica do país. Souza (2023) discute a racialização das relações sociais na América Latina que distingue e classifica homens e mulheres desde a colonização no modo de produção

escravista como estratégia de dominação. Segundo a autora, a distribuição racial do trabalho produtivo oferece “os piores trabalhos, os mais precarizados e menos geradores de riqueza imediata ao capital são os atribuídos aos negros: limpeza urbana, trabalho doméstico, cuidados etc.” (Souza, 2023, p. 29).

A crise econômica acentuada pela pandemia de COVID-19, proporcionou oportunidades para ampliar a conscientização sobre as relações de produção da classe trabalhadora e planejar estratégias de luta que levem em conta a redução das desigualdades, considerando os processos de racialização/etnização e de gênero. No próximo tópico deste estudo, será discutida de maneira mais aprofundada a divisão sociosexual e racial do trabalho.

2.2 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE RELAÇÕES DE GÊNERO: A MULHER NEGRA COMO ALVO DA MORTE NA PANDEMIA

Para discutir a Questão Étnico Racial no contexto da pandemia, devemos primeiro prever que o Brasil convive por muito tempo com o vírus do racismo. Quatro séculos depois, a sociedade brasileira herdou do período escravista a marca desse processo. Infelizmente, a população insiste manter o discurso da democracia racial e desobrigar-se a olhar para a desigualdade gritante que mata preferencialmente pessoas negras, quilombolas e indígenas. A partir desse contexto, discutiremos sobre um tripé fundamental para a luta da dignidade humana desses grupos durante a pandemia: *o acesso à saúde, o direito à alimentação e moradia*.

No âmbito da saúde, as comunidades negras, quilombolas e indígenas enfrentam desafios significativos no acesso aos serviços de saúde, um dos meios de manutenção do genocídio da população racializada. Essa realidade se conecta diretamente ao cenário pandêmico, onde as condições desiguais impostas pelo racismo estrutural, institucional e ambiental impactam negativamente esses grupos.

Para população negra, o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios (Goes; Ramos; Ferreira, 2020, p. 04).

Dessa forma, o racismo é identificado por Goes, Ramos e Ferreira (2020) como um determinante social da saúde, que reflete em disparidades no acesso aos cuidados, expondo essa população a situações mais vulneráveis de adoecimento e morte. Nas práticas de saúde, além dessas disparidades, há o fortalecimento de estigmas sobre os corpos negros, principalmente das mulheres. O estigma corporal e racial é refletido, sobretudo, na maneira desigual como são tratadas e assistidas mulheres negras nos serviços de saúde (Pereira; Mussi, 2020).

Do ponto de vista epidemiológico, as condições crônicas, como hipertensão e diabetes, são mais prevalentes em populações negras e representavam um agravante dos sintomas de COVID-19, aumentando a vulnerabilidade desse grupo (Khalabari-Soltani et al., 2020; Alves et al., 2023; Goes; Ramos; Ferreira, 2020). Sobre o aparecimento e o agravamento de doenças, Pereira e Mussi (2020) destacam o papel dos marcadores sociais:

Existe um efeito nocivo dos marcadores sociais, espaciais, gênero, classe, raça/etnia que afeta negativamente os (as) indivíduos (as) negros (as) e quilombolas na busca pelo acesso e no uso dos serviços de saúde, repercutindo assim, em iniquidades que impacta no aparecimento e agravamento de doenças bem como na (des)qualificação do cuidado assistencial (Torres et al.2022, p. 297).

O acesso desigual ao teste, principalmente nas fases iniciais e de ápice da crise pandêmica, também reflete essa inequidade no acesso à saúde da população negra, com implicações na disseminação do vírus, pois a falta do diagnóstico ocasionava um maior risco de que indivíduos infectados assintomáticos não entrassem em isolamento e que apenas iniciassem o tratamento quando os sintomas já eram mais graves, ampliando o risco de óbito (Goes; Ramos; Ferreira, 2020).

As grandes distâncias, dificuldades de acessos e a falta de estrutura de saúde nos territórios das populações negras foram outros fatores que contribuíram para o agravamento da situação vivenciada por muitas comunidades, especialmente as rurais, tradicionais e periféricas (Anuniação et al., 2021). A possibilidade de distanciamento social e cuidados contínuos de

higienização das mãos e objetos, elencados pela Organização Mundial de Saúde como essenciais para a diminuição do contágio (Who, 2020), esteve inacessível para muitas famílias dessas localidades. As condições precárias de moradia e a dificuldade de acesso à água e saneamento básico, potencializou a exposição de grupos racializados a maior taxa de mortalidade no contexto da pandemia de COVID-19.

De Jesus (2020) considera esse contexto de carências sanitárias que afetam a saúde e a vida das populações negras e tradicionais como uma continuidade das violências e desigualdades colonialistas, enquadrada no fenômeno de racismo ambiental, apontada como uma dimensão do racismo institucional na sua relação com o saneamento e a insalubridade ambiental. Lima e Tomaz (2021) ampliam a percepção em relação à pandemia de COVID-19, ao pontuarem a crise pandêmica como uma interação de crises, da qual a emergência sanitária é resultado as demais crises estruturais precedentes no âmbito do capitalismo e do Antropoceno.

Destaca-se, nesse sentido, a gestão bolsonarista da pandemia de COVID-19 nas comunidades indígenas, reveladora de uma trama de ações e omissões que, segundo Venorese e De Almeida (2021), expõe um cenário de contínuas violações de direitos e controle sobre os corpos indígenas, que se entende desde os tempos da colonização. Para essas comunidades, já marcadas historicamente por violências sistêmicas, falta de reconhecimento cultural e episódios de extermínio em larga escala, a pandemia destacou-se como um instrumento necropolítico do governo Bolsonaro. Entre as violações mais impactantes, estão a fragilização do sistema de saúde indígena, a omissão e até mesmo o estímulo à presença de garimpeiros, madeireiros e grileiros em seus territórios, atuando como agentes de transmissão e destruição, e os registros de recusa de atendimento a comunidades que residem fora de suas terras (Veronese; De Almeida, 2021, p. 02).

Pontes et al. (2020) apresentou a preocupação em relação das populações indígenas, no tocante à vulnerabilidade do grupo a infecções respiratórias, que já era uma das principais causas de mortalidade dessas populações, e à interrupção de transmissão de conhecimentos ancestrais com a morte dos mais velhos e de indígenas de comunidades isoladas de poucos habitantes. Destaca-se, nesse sentido, o papel das mulheres indígenas, especialmente as anciãs,

essenciais para a manutenção dos modos tradicionais por meio da transmissão intergeracional de saberes e práticas (Lima; Barnes; Martin, 2019), assim como no enfrentamento ao vírus dentro de seus territórios (Onu Mulheres, 2021).

Ao mesmo tempo, as mulheres indígenas foram afetadas pela COVID-19, pois em muitos contextos, se deslocavam de suas aldeias por serem as responsáveis por acessar os serviços essenciais para suas famílias e acabavam se contaminando (Onu Mulheres, 2021). Esse papel do cuidado e da responsabilidade familiar faz parte da carga de trabalho doméstico não remunerado, que é geralmente assumido pelas mulheres, além da responsabilização pelo acesso às políticas sociais, refletindo a existência de desigualdades sociais fomentadas pelas próprias estruturas de proteção social (Campos; Teixeira, 2010). O caso do Auxílio Brasil é bastante ilustrativo, onde 82,5% das famílias beneficiadas são chefiadas por mulheres (Brasil, 2022).

Esse trabalho reprodutivo² desempenhado pelas mulheres contribuiu para que elas fossem as mais afetadas pela COVID-19. Com a demora para aprovar o Auxílio Brasil, somada às burocracias no pagamento, a mídia registrava diversos casos de aglomeração em filas de bancos (Cavallini, 2021), que como mencionado, as mulheres eram as principais responsáveis pelo recebimento.

É importante registrar que o Auxílio Brasil como medida de proteção social durante a pandemia só foi sancionado após muita pressão do Congresso e mobilização social. Não obstante a resistência em aprová-lo e a tentativa de impor o valor de 300 reais, ao invés de 600, a implementação dessa política se dava via um aplicativo e site, que cruzava dados dos cadastros nos sistemas de programas sociais e necessitava de aprovação para os casos em que não houvesse registros no Cadastro Único, obtendo como resultado muita dificuldade de cadastramento e aglomerações em filas sedes da Receita Federal e agências da Caixa Econômica Federal (Marins et al., 2021).

Nesse cenário, o contexto da fome só o aumentava no país, de forma que os dados do segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil apontavam que, em 2022, mais da metade da população brasileira (58,7%) convivia com a insegurança

² Segundo Hildete Pereira de Melo e Marta Castilho (2016) pela distribuição da divisão sexual do trabalho as mulheres dividem seu tempo entre a produção de bens fora do lar e a execução de tarefas domésticas ligadas aos cuidados familiares, também denominado "trabalho reprodutivo".

alimentar em algum grau, regredindo a um patamar equivalente ao da década de 1990 (Oxfam Brasil, 2022). Dos lares em que a pessoa de referência era preta ou parda, 35,8% conviviam com insegurança alimentar entre moderada e grave, enquanto esse indicador para pessoas brancas era de 21%; nos lares em que a pessoa de referência era mulher a fome, a insegurança alimentar entre moderada e grave era de 36,7%, enquanto no caso de ser homem era de 25% (Oxfam Brasil, 2022).

Se por um lado essa situação indica uma permanência histórica de invisibilização e subalternização imposta às mulheres negras na sociedade brasileira, por outro se coloca como uma experiência de descolonização e como novas formas sociais e políticas de pensar o mundo e produzir respostas aos problemas postos no cotidiano (Schall et al., 2022, p. 4153).

Para lamamoto (2018) no campo das políticas sociais, a abordagem aos grupos prioritários é complexa, considerando fatores como idade, gênero, origem étnica e geográfica. Entretanto, a falta de reconhecimento da pertença de classe resulta em disparidades nas relações sociais, agravando as desigualdades. Para uma transformação eficaz da classe trabalhadora, é essencial incorporar essas dimensões culturais e étnicas nas políticas sociais. Ao negar as políticas sociais ampliadas como base comum, a responsabilidade de lidar com a pobreza é colocada nas mãos do indivíduo e da família.

As referências ao risco social, vulnerabilidade e à exclusão social são transversais à formulação e operacionalização das políticas sociais, em particular no seu Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tais referências têm sido largamente incorporadas pelos assistentes sociais em seu trabalho cotidiano, em nome de um projeto profissional centrado na defesa da universalização das políticas públicas, da luta por direitos e da radicalização da democracia no horizonte histórico da emancipação humana (lamamoto, 2018, p. 39).

A atuação dos novos movimentos sociais, como o feminismo, ambientalismo, antirracismo e o MST no Brasil, ressalta a importância de ampliar os direitos de cidadania, introduzir novas questões sociais na agenda pública, reconhecer novos sujeitos de direitos e assegurar as liberdades democráticas pelo comprometimento do Estado. Pode-se afirmar que as políticas sociais públicas permanecem sendo prioridade (Pereira, 2000).

Passaremos a discutir sobre gênero com maior destaque as mulheres negras. Na pandemia da COVID-19 expôs a exigência do isolamento social faz com que elas tivessem dificuldades de prover as necessidades básicas de sua família, o que tornou inviável esse resguardo, pois, a maioria dessas mulheres fizeram linha de frente no combate ao Coronavírus. Conforme Nogueira e Passos (2020), essas mulheres não só experimentaram os efeitos adversos relacionados com a infecção e a mortalidade, mas também as reduções significativas nos direitos trabalhistas.

Para compreender plenamente esta dinâmica, é necessário primeiro examinar o fenômeno da divisão sociosexual e racial do trabalho.

Em "*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*", Engels ressalta que a divisão sexual do trabalho foi identificada como a primeira grande divisão laboral em sociedades pré-capitalistas. Nesse contexto, a distinção de papéis entre homens e mulheres não implicaria, necessariamente, uma valorização diferenciada entre trabalho público e privado. Contudo, com o advento do capitalismo moderno e o fortalecimento da sociedade civil burguesa, ocorreu a desvalorização do trabalho doméstico, enquanto força de trabalho feminino (Engels, 2019).

Federici (2017), aponta que as mulheres passaram à condição de reprodutoras da classe trabalhadora. Um processo que representou a acumulação primitiva da força de trabalho feminina, na qual o trabalho das mulheres passou a garantir a reprodução e sustentação do sistema capitalista. Essa forma de exploração vai além da esfera econômica, permeando o âmbito social e a manutenção das estruturas de poder burguesas, onde o controle sobre o trabalho e a autonomia das mulheres, com o ápice durante o processo de "caça às bruxas", tiveram impactos duradouros nas condições de trabalho e na posição social desse grupo.

A história do século XIX revela que havia, na sociedade de modo geral, uma nítida divisão entre domínio público e privado. Os homens "pertenciam" à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres "pertenciam" à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida dado o sustento financeiro do marido (De Sousa; Guedes, 2016, p. 123).

Davis (2016), acrescenta, ainda, que a realidade das mulheres negras, no tocante à relação com o trabalho, foi muito diferente das mulheres brancas, pois as mulheres negras escravizadas estavam submetidas a uma demanda por produtividade desumana e a condições de brutalidade, enquanto as mulheres brancas eram relegadas a um ideal burguês de fragilidade. Dessa forma, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe intensifica os desafios enfrentados pelas mulheres negras na esfera laboral, de origem histórica não apenas patriarcal, mas também escravista, onde as opressões se entrelaçam e moldam as experiências, marcadas por condições precárias e o fortalecimento de estereótipos e violências

“As mulheres negras se deparam, desde cedo, com barreiras nos processos de seleção, na promoção para cargos de chefia e direção, e na mobilidade profissional, mesmo aquelas que investiram mais em educação e qualificação” (Ferreira; Nunes, 2019, p. 03). Santos et al. (2019) ressaltam que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho contemporâneo é marcada também por desigualdades salariais, que se intensificam a medida em que adquire autonomia e chefia da ocupação.

A atual divisão sociossexual e racial do trabalho, está enraizada em estruturas sociais e econômicas que perpetuam o patriarcado e o racismo estrutural. Direcionando mulheres negras a realizar trabalhos domésticos e de cuidados, marcados pela informalidade, invisibilidade e precarização. Esta persistente manutenção da desigualdade e subalternização das mulheres negras ao longo da história no sistema capitalista estão organizadas tanto nas esferas produtivas, como na esfera da reprodução (Costa, 2021).

Debastiane (2023, p.62), afirma “que a divisão sexual e racial do trabalho, arraigada nas estruturas hierárquicas de poder, contribui para a exploração e opressão das mulheres, especialmente aquelas que são racializadas”. Para Guimarães et al. (2023), a pandemia da COVID-19 escancarou a desigualdade a partir dos indicadores étnico-raciais e de gênero, as mulheres negras estavam na vanguarda de muitas atividades, incluindo: o trabalho doméstico, a maternidade, o cuidando da família e a obtenção de renda.

Observa-se, portanto, que a visão patriarcal que deposita na mulher a responsabilidade do lar não é superada, é, tão somente, rearticulada por meio da transferência do trabalho doméstico de uma mulher para

outra. Assim, quando a divisão sexual do trabalho incide sobre as mulheres, incide em conjunto com sua posição de classe e raça. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres as atividades do lar, não está superada. Foi apenas modificada, articulando-se com a divisão social e racial (Carvalho, 2023, p. 07).

Durante a pandemia, milhares de mulheres se encontravam no agravamento da pobreza, enfrentando a invisibilidade, o silenciamento, o subemprego e a escassez econômica.

Os dados apontam que a pobreza afeta mais as mulheres pretas e pardas, onde se nota através das taxas de diferenças monetárias que as mulheres brancas enfrentam a pobreza de forma inferior às mulheres pretas e pardas, intensificando a imagem do racismo estrutural que se escancara na pandemia (Ramos, 2023, p.40).

Vale destacar que as mulheres estão mais no mercado informal do que na formalidade. A ocupação mais destacada ainda é o trabalho doméstico remunerado, mas que não viabiliza a proteção necessária para estas, e que acaba apresentando condições desfavorecidas no âmbito da informalidade (Ramos, 2023, p.41).

“Grande parcela da população é composta, sobretudo, por mulheres negras, alocadas no setor de serviços informais, que mesmo antes da pandemia já reunia os piores índices quando o assunto é direitos humanos” (Silva, 2023, p. 20205). É importante destacar que a primeira vítima por infecção de COVID no Brasil, foi uma mulher de 57 anos, negra, doméstica de São Paulo. Após algumas semanas, porém, no Rio de Janeiro, Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica de 63 anos, morreu por complicações da doença, a vítima também era negra, chefe de família e moradora da Maré. Segundo foi noticiado, a patroa que residia no Leblon, recém-chegada da Itália, a contaminou. Além disso,

Cabe ressaltar que as condições de vida das trabalhadoras domésticas fizeram com que elas fossem vistas como grandes transmissoras da COVID-19, pelo fato de muitas delas habitarem em áreas periféricas, coabitarem com muitas pessoas e utilizarem transporte público. Com isso, inúmeros contratos de trabalho foi finalizado, deixando à míngua milhares de mulheres de baixa renda e de baixa escolaridade, que sobreviviam do trabalho do cuidado (Silva, 2023, p. 20206).

O trabalho de cuidado é custeado pela divisão sociossexual e racial, sendo um registro do fazer feminino, nos mais variados espaços ocupados pelas trabalhadoras. Nesse caso, a amplitude territorial permite a reflexão sobre a

importância dessa atividade laboral na produção, representatividade e representação. Enfatizamos que se trata de uma ocupação promotora de valor, pois, empenha-se tempo no seu cumprimento, ainda que seja tratada com desdém.

2.3 A REPRODUÇÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO FEMININO: DEBATE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE VALOR

O conceito unificado de reprodução social, proveniente dos debates no feminismo-socialista, destaca o "Debate sobre o trabalho doméstico" dos anos 1970. Intelectuais feministas-marxistas do Norte Global lideraram a discussão para integrar as experiências historicamente marginalizadas das mulheres à teoria marxista do capitalismo. As questões centrais abordaram se o trabalho doméstico gera mais-valia ou valor e se representa um modo de produção independente, análogo ou intrínseco ao capitalismo (Fonseca, 2019).

No âmbito deste Debate, o termo trabalho doméstico passou a referir-se não só ao trabalho diário e não-remunerado de execução das tarefas domésticas, como às tarefas de cuidado relacionadas à gestação, parto, amamentação, criação das crianças e manutenção dos idosos e doentes no espaço privado do lar, desempenhado especialmente por esposas, mães e irmãs. Para estas autoras, teorizar o trabalho doméstico e sua relação com a produção capitalista seria fundamental para entender a subordinação das mulheres no capitalismo (Fonseca, 2019, p. 273).

Subordinadas à "lógica do valor", tais relações constituem este sistema na mesma medida em que constituem esta própria "lógica". Uma teoria feminista-marxista unitária pressupõe, portanto, desde sua gênese, a tentativa de aproximação da totalidade social no sentido marxiano. Ela clama por uma perspectiva que supere as dicotomias entre produção e reprodução social, natureza e cultura, e em última instância, base econômica e superestrutura política (Ruas, 2020, p. 382).

Na perspectiva marxista, a reprodução social implica a organização das relações econômicas para expandir a reprodução do capital. A teoria feminista marxista evidencia que o domínio do Capital sobre os trabalhadores não se dissipa ao abandonarem o espaço produtivo, pois sua subordinação ocorre antes desse advento (De Melo, 2023).

Para Silvia Federici (2017), o proletariado feminino pré-revolução industrial trabalhava em diversas ocupações, incluindo cuidados domésticos. Com o surgimento da indústria moderna, os padrões socioespaciais de trabalho foram transformados. Este colapso criou uma nova estrutura na atividade produtiva, onde a lei do valor separou funções e remunerações sobre os vínculos sociais estabelecidos que sujeitam as mulheres na esfera do trabalho.

Para Marx, “a força humana de trabalho em estado fluído, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor. Ela se torna valor em estado cristalizado, em forma objetiva” (Marx, 2013, p.107). O valor é uma forma relativa da mercadoria, trata-se de uma expressão qualitativa oriunda de uma relação social que antecede o produto, ou seja, é abstrata, diferente de sua forma equivalente que se materializa como uma mercadoria no aspecto quantitativo (Marx, 2013, p.112).

A obra de Marx concentra-se na análise do trabalho industrial que gera valor agregado e converte o excedente em lucro no processo de produção sob a supremacia do espírito burguês. Para Marx, a força de trabalho é uma mercadoria avaliada pela quantidade de trabalho social utilizado durante a produção, o valor de troca é a oportunidade de permutar mercadorias distintas a partir de relações comerciais e o valor de uso é o consumo desses produtos (Marx, 2013).

Em “O Capital”, Marx define valor como uma forma de produção proveniente das relações sociais, que se valorizará à medida que se expande. Dessa forma, um sistema social altamente organizado é construído sobre o trabalho abstrato. A partir dessa representação, as coisas serão medidas, as relações dimensionadas e estratégias mascaradas. O trabalho abstrato é uma medida de valor que se disfarça, só ganha corpo concreto quando as formas de trabalho passam a ser situadas no capitalismo, e forçadas a nivelar equivalência via mercado e trocas de mercadorias (Marx, 2013).

Com base nisso, as forças dos meios de produção de vida dos sujeitos foram privadas, os submetendo ao sistema de troca do mercado para obter a sua sobrevivência. O capitalismo tornou-se imperativo, incapaz de atender as necessidades humanas, levando um longo período de expropriações e violência. Esse sistema, utiliza das relações sociais do trabalhador com princípio na produção para gerar valor excedente. O progresso do capitalismo desenvolveu

uma classe trabalhadora que tende a satisfazer as urgências de sua autoexpansão (Marx, 2013).

Rosa Luxemburgo afirmou em "A Acumulação de Capital" que os capitalistas caminham para a destruição (Luxemburgo, 1970), essa ideia se fortalece à medida que passamos por sérias sucessões de crises. Para ampliar a discussão sobre a *concepção do valor* do trabalho, esse fenômeno deve ser considerado. "As crises capitalistas se definem como uma superacumulação, isto é, uma superprodução de capital incapaz de continuar obtendo seus níveis de lucratividade anteriores" (Carcanholo, 2008, p. 249).

O aprofundamento das crises cíclicas está ligado ao esgotamento do comércio capitalista, ou seja, sem ele não haverá estrutura, a produção sofrerá com o acúmulo de estoques, não conseguirá obter as condições para a circulação das mercadorias, portanto, não vai gerar lucros (Coggiola, 2009). É neste contexto que a reprodução social ganha ênfase, pois, há uma diminuição do trabalho produtivo, que reconfigura o mundo do trabalho na contemporaneidade. A mutabilidade decorrente da/na crise, centraliza os trabalhadores precarizados, explorados e desempregados.

Federici (2017) critica o menosprezo de Marx acerca do trabalho doméstico, principalmente o trabalho não-pago e geracional realizado pelas mulheres. Enfatiza que o valor no processo de reprodução social compreende a força de trabalho na produção simples dos trabalhadores, fundamental para fabricar mercadoria, ou seja, existe valor nas circunstâncias e relações cotidianas, em outros espaços laborais, nas diferentes modalidades de serviços prestados, nas subjetivações incorporadas no/pelo trabalhador nesse processo. A crítica é sobre Karl Marx não perceber a importância da reprodução social economicamente ativa do trabalho no desenvolvimento do capitalismo em sua obra.

O feminismo socialista problematiza o valor a partir do trabalho reprodutivo, atividades necessárias para a subsistência da vida realizada na esfera doméstica pelas mulheres. Abrangendo esse contexto, o feminismo marxista contribuirá para o debate sobre a opressão das mulheres e o caráter social da produção. Convicto da colaboração de Marx para a economia política, sem desconsiderar a sua construção teórica que limitou a análise do valor sobre diferentes recortes da vida social, incluindo o trabalho feminino, não obstante, o

feminismo interseccional potencializa o método materialismo histórico dialético para discutir a interseção das identidades no trabalho.

Ferguson (2017) discorda de algumas feministas que defendem a reprodução social para demonstrar a vivência diferenciada-mas-unificada das inúmeras repressões no trabalho sob a perspectiva do método estruturalista, priorizando apenas as questões de gênero e classe, excluindo as relações étnico-raciais.

Sugiro que esse potencial do feminismo da reprodução social assente-se na compreensão ampla e complexa do trabalho como uma “unidade concreta”, uma categoria ontológica que captura – e uma experiência vivida que medeia e produz – uma totalidade contraditória, histórica e ricamente diferenciada. Esse conceito multidimensional do trabalho (ou da atividade humana prática) convida a uma compreensão dialética do social que pode nos levar além da rigidez estreita das perspectivas estruturalistas sem esbarrar nos enigmas colocados pelo feminismo interseccional (Ferguson, 2017, p.15).

A teoria da reprodução social no capitalismo através da diversidade e inclusão permite um olhar sobre pautas sensíveis como o racismo, trazendo para o debate, novos ressignificados do valor, escancarando a face da classe trabalhadora: que é pobre, é preta, é mulher. O valor do trabalho, na perspectiva marxiana, continua reduzindo salários, gerando desemprego, rebaixando as trabalhadoras. Por isso, torna-se necessário o debate sobre o trabalho reprodutivo formado excepcionalmente por mulheres, negras e periféricas. O papel das mulheres é um processo que permite ilustrar o trabalho produtivo e reprodutivo, minimizando as desigualdades promovidas pela dominação capitalista sobre a classe trabalhadora (Gonçalves, 2011, p.300).

Os feminismos possuem importância nessa discussão porque resgata as obras econômicas de Karl Marx, embora repletas de desafios, como: a) identificar na arquitetura de O Capital, explicações para a reprodução social, sem desconsiderá-la; b) desmistificar que as desigualdades social são manifestações naturais da sociedade desresponsabilizando desse processo as relações sociais de produção capitalista e c) utilizar o método materialista histórico-dialético a partir da “interseccionalidade” pensada como uma categoria teórica, para explicar os impactos que as identidades produzem e reproduzem nas condições de trabalho.

A diferenciação do trabalho no modo de produção problematiza o valor social das trabalhadoras. Com a complexificação do capitalismo financeiro no século XX e início do XXI, acirra-se mais o debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo, a partir do pensamento de Marx. Cabe a provocação do que seria produtivo no capitalismo na atualidade?

Nas primeiras impressões da obra *O Capital*, Marx ao pensar o trabalho produtivo utiliza a seguinte definição:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza, em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve a autovalorização do capital (Marx, 2013, p. 382).

Para Marx, a definição de trabalho produtivo nada tem a ver com a natureza da produção. O que importa é se o produto vai gerar mais valor a partir do funcionamento das relações capitalistas. Marx não definiu diretamente o conceito de trabalho improdutivo, porém no terceiro volume do *O Capital*, o colocará sob uma perspectiva relativa, afirmando que a indústria de serviços e o setor comercial não geram tais lucros excedentes, ou seja, eles realizam trabalhos improdutivos porque estão relacionados com a circulação de mercadorias.

Por conseguinte, o capital comercial não cria valor nem mais-valor, não diretamente. Enquanto contribui para a abreviação do tempo de circulação, ele pode ajudar indiretamente a aumentar o mais-valor produzido pelo capitalista industrial (Marx, 2013, p. 342).

Em suma, a contradição entre trabalho produtivo e improdutivo é intrínseca à relação-capital, enquanto prática de circulação de mercadoria, dependendo da demanda, pode favorecer o capitalista. Neste processo é possível notar mesmo que indiretamente o trabalho visto como improdutivo, possui influência na geração de lucros. Para melhor compreensão, devemos considerar que na época da escrita de *“O Capital”*, Marx estava mirando o desenvolvimento do capitalismo industrial, sem imaginar a existência dos grandes monopólios industriais e o atual capitalismo flexível, formado a partir da esfera do comércio e serviços. Mattos (2019) atenta para o crescimento do setor de serviços que

encoraja pesquisas a não excluir as diversas experiências dos trabalhadores no contexto da crise político-econômica.

Marx observava que o tempo de trabalho era fundamental para gerar valor na grande indústria (Marx, 2013). E qualquer atividade externa executada seria um gerador de gastos e atividades improdutivas. O filósofo reduziu a classe trabalhadora a um fenômeno material, num sistema econômico amplo que culminaria na luta de classe. Portanto, a produtividade contemporânea sofreu uma ampliação do tempo e espaço, tornando esse processo mais fluído, ou seja, o trabalhador não está mais no centro da produção, e esse fator permite uma reconceituação do valor-trabalho.

Brunkhorst (2015) constituiu um diálogo com as obras de Karl Marx, oferecendo uma nova perspectiva sobre esse fenômeno, ele destaca:

Enquanto contradições sociais de classe levam à repressão política, à exclusão econômica e à injustiça social, aos riscos sistêmicos mais altos do capitalismo moderno se junta um problema de legitimação que o acompanha de modo latente (Brunkhorst, 2015, p.159).

Em linhas gerais, essa requalificação vincula-se à ideia segundo a qual as novas formas de utilização do trabalho demandariam um novo tipo de trabalhador, cujos conteúdos comunicacionais, informativos, cognitivos, informacionais, em geral, suas competências profissionais deslocariam sua subordinação a um novo estágio político e social, estágio esse que romperia com a lógica de valorização do capital no momento em que os objetos produzidos pelos trabalhadores não seriam mais passíveis de quantificação (Amorim, 2010, p. 194).

O processo de complexificação da perspectiva relativa de Marx, tornou-se evidente nas duas primeiras décadas do século XXI, na medida que ocorre a gigante expansão comercial associada aos grandes monopólios tecnológicos do mundo. Deveríamos crer que o trabalho exercido nessa modalidade possa ser considerado improdutivo mesmo gerando fonte de valorização capitalista impressionante?

Sugere-se então pensar o conceito de valor a partir das atividades essenciais de manutenção do mundo globalizado, considerando a relevância da *categoria serviço*, reproduzida socialmente pela classe trabalhadora, em especial as mulheres, que historicamente foi reduzida e depreciada em relação ao trabalho produtivo e bem remunerado.

A contribuição de Engels, na obra *“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”* (1820 - 1895), é fundamental para nossa argumentação, pois, compreender o preceito ontológico de classe, base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social (Engels, 2010, p.41). Engels dedicou a observar condições de vida do proletariado inglês ao descrever o contexto de crise que vivia a Inglaterra, acarretando inúmeras falências e pânico. A indústria inglesa mantinha uma reserva de trabalhadores desempregados para serem utilizados nos períodos de máxima atividade. Esses sujeitos eram considerados população supérflua, sobreviviam no restante do ano “graças a pequenos ganhos ocasionais” (Engels, 2010, p.126).

No capítulo XIII de *O Capital, denominado Maquinaria e grande indústria, no oitavo tópico – O revolucionamento da manufatura, do artesanato e do trabalho domiciliar pela grande indústria – especificamente no subitem o trabalho domiciliar moderno*, Marx discutirá sobre a esfera de exploração do capital associada a vida doméstica. “Bastarão, aqui, alguns exemplos extraídos da fabricação de rendas e de palha trançada, ramos ainda não mecanizados de modo algum, ou que concorrem com a indústria mecanizada e manufatureira” (Marx, 2013, p.357).

O lace finishing [acabamento da renda] é realizado como trabalho domiciliar, seja nas assim chamadas *mistresses houses* [casas de mestras], ou por mulheres que trabalham em suas próprias casas, sozinhas ou com seus filhos. As mulheres que mantêm as *mistresses houses* são igualmente pobres. O local de trabalho é uma parte de sua residência privada. Elas recebem encomendas de fabricantes, proprietários de grandes lojas, etc. e empregam mulheres, moças e crianças pequenas, conforme o tamanho dos aposentos disponíveis e a demanda flutuante do negócio (Marx, 2013, p. 358).

A fetichização social recolocada sobre trabalhadoras precarizadas é um descrédito do que é considerado trabalho e não trabalho ou o que pode ser pago e não pago. Esse dualismo, assimilado na raiz do capitalismo à brasileira, é originado na economia escravista constituído majoritariamente por mulheres, tão logo, refletido nas relações de trabalho durante a transição da sociedade colonial para a sociedade moderna industrial (Rago, 2004).

As barreiras enfrentadas pelas operárias no início do século XX eram imensas, entre as dificuldades estavam: variação salarial, intimidação física, desqualificação intelectual ao assédio. Muitas tiveram que lutar para ingressar num campo definido por homens, sofrendo a hostilidade sobre o trabalho feminino exercido fora de casa (Rago, 2004). A desconfiguração do papel da mulher na sociedade brasileira foi uma estratégia do patriarcado para expulsar sua participação no mercado de trabalho, “enquanto trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa. Essa visão esteve associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada” (Rago, 2004, 484).

O não lugar das mulheres na industrialização, as recolocou a cargo dos serviços domésticos, na concepção sobre a maternidade acimentada pelo discurso machista, o “ser mãe” tornou-se uma obrigação num período que a esfera pública era ocupada por homens e a privada definida como lugar de esposa, mãe e dona de casa (Rago, 2004).

Na formação da sociedade brasileira, a desvalorização do trabalho feminino tido como não produtivo é a chave explicativa para compreender alijamento das condições de vida, as atividades produtivas e reprodutivas e o lugar social da mulher. A partir da resistência das provedoras pela sobrevivência humana e bem-estar comum, não reconhecidas pelo modo de produção capitalista.

3 NOVAS EVIDÊNCIAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PANDEMIA

O objetivo deste capítulo é explanar as atualizações sobre a precarização do trabalho. Situando a discussão no Brasil pandêmico que sofreu consequências no mundo do trabalho difíceis para se lidar. A princípio explicamos a noção de serviços essenciais, como se tornarão determinantes enquanto funções indispensáveis. A partir desse estabelecimento discutir essas atividades como causa da exploração da mulher no mercado de trabalho no período de pandemia.

Na sequência obtemos a discussão sobre as novas roupagens de precarização. Tendo como proposta tratar de questões que vinham ocorrendo, porém, com a pandemia tornaram-se mais abrangentes. A precarização está estabelecida em quartos planos: I) com a globalização sob o ponto de vista da geopolítica mundial; II) pela atuação das grandes corporações; III) a partir da

financeirização que impulsiona o livre movimento do capital; e IV) nas mudanças tecnológicas causadoras de grande impacto rompendo com as antigas estruturas do capital/trabalho. Nesse sentido, concentraremos o nosso debate na relação desse fenômeno com a gestão da morte na COVID-19, a partir da reflexão sobre os riscos à saúde dos trabalhadores no espaço laboral.

A seguir, voltaremos nossa atenção para o setor público que aderiu a terceirização do trabalho por meio da contratação de empresas prestadoras de serviços, onde as condições de trabalho mostram-se precarizadas. Neste contexto, as trabalhadoras terceirizadas, objeto desse estudo, tiveram como suplício enfrentar os impactos decorrentes de um momento desastroso da história mundial, a pandemia do Coronavírus.

3.1 A EXPLORAÇÃO DAS TRABALHADORAS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO

É imperativo elucidar inicialmente o que é serviço, não necessariamente do âmbito público, e dessa forma, explicar quais os tipos de serviços que temos. A seguir, delinearemos o que é essencial destacando as inerências e subjetividades desse processo. Posteriormente, integraremos esses dois conceitos para determinar quem os regula, além de apresentar a proposta delineada que foi implementada durante o período pandêmico. Ilustrando essa estrutura avançaremos sobre as incidências provenientes do processo de exploração do trabalho da mulher no âmbito laboral.

Quando falamos de serviços trata-se de uma oferta de utilidade a alguém, essa dinâmica se configura como uma prestação de serviço que se prolonga no tempo. Dentre os serviços se apresentam três tipos gerais, podendo ser de domínio técnico, público ou privado. A fundamentação para a conceituar e classificar as atividades de serviço manifesta uma notável diversidade, e a ambiguidade que ainda subsiste no diálogo contemporâneo (Kon, 2004).

Não há consenso na doutrina do direito, na verdade, o Brasil, bebeu na fonte da Escola Francesa, de Leon DUGUIT (1859-1928) quando se refere a esse conceito. A escola de Serviço Público compreende que serviço seja toda qualquer atividade prestada pelo Estado para o cumprimento de seus fins. “O “servisse” continha em seu interno a “puissance”, exprimia a síntese publicística

da administração. Um novo, unitário, regime de direito público mostrava-se capaz de absorver a nova realidade das prestações e as novas regras da responsabilidade” (Sordi, 2020, p.11). No Brasil, quem introduziu essa linha de raciocínio, foi o jurista Mario Masagão.

A autora Hely Lopes destacou uma pequena diferenciação distinguindo o *Serviço público* de *Serviço de utilidade pública*. Serviço público seria para atender uma necessidade da população, ou seja, ele é necessário para que os cidadãos tenham acesso a seus direitos básicos, e o Serviço de utilidade pública ofereceria uma comodidade. Ainda segundo Hely, o “Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado” (Meirelles, 2006, p.33). Dessa forma, por escolha do autor desse estudo, iremos restringir essa reflexão apenas a definição de serviço.

Avançando sobre o que é essencial, vamos apresentar dois caminhos: I) sendo aquilo que se refere a essência, ou seja, o conjunto de características que não podem ser retiradas de algo sem ele perder a sua estrutura de identificação. É quando “a essência torna uma entidade a coisa que ela é. Ela constitui a identidade dessa entidade” (Motloch, 2014, p.01) e, II) quando por um instrumento de parâmetro ela existe em função de algo ou outro e exige um determinado complemento. Do ponto de vista da alteridade, há um movimento onde “o Eu é a referência das “coisas” (Carlos e Jacob, 2005, p. 49).

Nessa discussão vamos seguir pelo segundo viés, pois, é um aspecto que irá depender da inflexão do para que, para quem, em função de que, em que contexto, etc. Acreditamos que o movimento exercido pelo serviço é impulsionado por uma proximidade casual. Daí que surge a necessidade da inerência da subjetividade socio-filosófico para tentar definir o conceito do que é o essencial. Nessa intenção, falaremos sobre três aspectos desse processo: I) finalidades; II) contextos e, III) destinatários.

A *finalidade* é a prioridade para identificar o que é essencial ou não, como há muitas necessidades coexistindo, então é preciso identificar qual é a mais importante, o que se torna um grande problema. “A finalidade é identificar as escolhas que o indivíduo faz para se tornar pessoa, ou seja, o seu projeto

originário, matriz dos demais projetos e determinante das ações concretas” (Teixeira, 2006, p. 304).

O *contexto* é sobre de qual a realidade que buscamos o essencial, por meio da solidariedade, competitividade/individualidade, sob a Justiça ou Injustiça social. Conforme delineado por Habermas (1989), a esfera pública constitui uma faceta do domínio social que desempenha o papel de intermediária entre o Estado e a sociedade, onde o público se configura como detentor da opinião pública.

Por fim, o critério dos *destinatários* que sugere para quem, ou seja, quem está formando o conceito essencial, com a interferência do juízo a partir dos seus privilégios estabelecidos. Diniz (2007) afirma a partir de estudos sobre a *Sociologia da Decisão* desenvolvida pelo teórico e Niklas Luhmann, que

A decisão, seja ela propriamente econômica, política ou jurídica, sempre se refere a uma alternativa dentre múltiplas possibilidades (complexidade). A natureza da decisão define-se pela diferenciação funcional a que se relaciona cognitivamente (Diniz, 2007, p. 964).

As decisões serão determinadas a partir do contexto de vida psicossocial, econômico e jurídico de quem tenciona o conceito essencial, e assim, a fórmula e o decreta. Diante da ausência de consenso acerca da definição concreta do que é *essencial*, qual finalidade prevalece?

Conforme a norma, a solução frequentemente repousa na adoção de uma postura e decisão dogmática para enfrentar os desafios, geralmente respaldada por alguma autoridade. Em outras palavras, a opção muitas vezes recai na obtenção de uma autoridade estabelecida, visto que, nesse caso, nem mesmo a Constituição Brasileira delinea explicitamente o que é considerado essencial. Por esse motivo, ela proporciona uma margem que, evidentemente, precisa ser preenchida pelo Poder Executivo (Silva, 2023).

Diante dessa explanação, podemos dizer que serviços essenciais são atividades fornecidas por profissionais habilitados, determinado por um agente soberano a partir de uma lógica centralizadora, objetivando uma finalidade coletiva.

Isso nos incita a ponderar sobre a condição na qual o Brasil se encontrou durante a pandemia de COVID-19: Solidariedade versus

Competitividade/Individualismo? Justiça social ou Injustiça social? E, de maneira provocativa, questiono se possuíamos, em nosso país, cidadãos conscientes, inconscientes ou inconsequentes?

Durante esse período, o Brasil era liderado por Jair Bolsonaro, então a mais alta autoridade da nação. Sua personalidade caracterizada por ressentimento, autoritarismo, falta de civilidade, negação, racismo, elitismo, punitivismo e inconstância influenciou as diretrizes e medidas no nível federal relacionadas aos serviços essenciais na pandemia. Se pelo controle econômico o capitalismo empurrou os trabalhadores para a morte, politicamente Bolsonaro determinou, assim, os caminhos das pedras para/à classe trabalhadora.

“O setor de serviços ainda é o que concentra a maioria das mulheres empregadas formalmente” (Carvalho e Viego, 2023, p. 2014). “O setor de serviços já é responsável por mais de 70% dos empregos existentes na economia brasileira, tendo experimentado crescimento substancial, em termos absolutos e relativos, nos últimos 20 anos” (Kersenezky. Et. al, 2023, p.04).

A pandemia de Coronavírus intensificou a crise econômica, com impactos sobre diferentes setores da economia global, demissões em massa e variações significativas na exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo, em que o desemprego aumentava a níveis alarmantes, afetando uma grande parcela da população, e muitos grupos eram submetidos a condições de trabalho mais intensas devido à pressão para manter os serviços considerados essenciais, esforços e incentivos eram empenhados no combate a crise financeira, aumentando o número de bilionários, o patrimônio dos chamados super-ricos e a concentração da massa de capitais nas mãos de poucos (Da Silva; Vendramini, 2023).

A pandemia deixou algumas coisas bastante evidentes. Primeiro, que o trabalho envolvido na reprodução social, aquelas atividades em que se produz, mantém e substitui a vida, geracionalmente, são os únicos verdadeiramente essenciais para a sociedade (Battacharya, 2020). Trabalhos no ramo de alimentação, limpeza, transportes, educação, saúde e cuidados, mostraram-se os serviços sem os quais não é possível a reprodução da vida. Mesmo nas economias mais avançadas não foi possível suprir por um só dia as necessidades da população sem a utilização da força do trabalho humano, especialmente nos trabalhos voltados à reprodução social. Em segundo lugar, a pandemia revelou que o sistema do capital está inteiramente voltado à obtenção do lucro, em oposição à manutenção da vida. Bilionários, banqueiros de investimentos e grandes empresários são exemplos daquilo que não tem relevância para o seu enfrentamento. Foram as trabalhadoras

e trabalhadores dos serviços de reprodução social que enfrentaram a dramática situação; e ao trabalho deles, deve-se a atenuação de mais esta crise (Da Silva; Vendramini, 2023, p. 78).

Para essa fração da economia, a crise não representou um impacto negativo; ao contrário, buscou maneiras de reestruturar suas margens de lucro, muitas vezes a partir do aumento da exploração.

Marx afirmava que, ao compreenderem a extensão de sua exploração, os trabalhadores inevitavelmente se veriam compelidos a se rebelar contra o sistema (Marx, 2015). Enfrentar as armadilhas impostas pela exploração requer um nível de consciência política que vai além da simples percepção ou experiência do impacto desse processo.

A organização da classe trabalhadora necessita ser autônoma. A luta para minimizar as desigualdades sociais e redefinir o mundo do trabalho e suas relações capitalistas, carecem de estratégias. Assim, “ressalto a importância de uma frente única classista, de lutas para fazer frente ao capital (Abramides, 2021, p.21).

Muitos trabalhadores, embora sofram e reconheçam que estão sendo explorados, por vezes interpretam isso como uma questão moral, sentindo-se injustiçados ou perseguidos. Embora essas percepções possam ser válidas, ainda não atingiram um nível de consciência que só pode ser alcançado por meio de um estudo crítico sistemático, como o proporcionado pelo marxismo. “Assim, no que diz respeito à ação e a consciência política, seguindo esta linha de raciocínio, o proletariado brasileiro teria evoluído de modo inverso ao europeu” (Guimarães; Castro, 1987, p. 33).

Para alcançar um nível de consciência capaz de romper com o capitalismo, é essencial que o conceito de superexploração da força de trabalho seja exposto de forma contundente durante crises, destacando essa condição ao máximo. Os trabalhadores necessitam de partidos políticos imbuídos dessa consciência e propósito. Isso também requer uma atuação sindical e uma práxis, que, no contexto brasileiro, estão se tornando cada vez mais escassas, empobrecidas e desprovidas da perspectiva utópica baseada no socialismo e na revolução social (Gentile, 2014).

A ideia de que o capitalismo é eterno e que estamos destinados apenas a resistir em condições cada vez mais precárias precisa ser questionada. Assim,

a superação do sistema depende da atualização da teoria revolucionária e de um diagnóstico preciso da crise.

O Estado, por sua vez, assume um papel central na reprodução desse sistema:

É bastante evidente que o Estado cumpre, no Capitalismo, um conjunto de funções vitais à reprodução do sistema sociometabólico do capital. Ele atua em ao menos quatro grandes frentes, todas igualmente importantes e igualmente comuns a todo e qualquer Estado capitalista contemporâneo: a) a integração da classe trabalhadora, de modo que ela aceite sua situação estrutural de subordinação e exploração capitalista; b) a repressão da classe trabalhadora, por meio da polícia, forças armadas, sistema jurídico e penitenciário; c) criar e assegurar as condições gerais da produção de capital; d) administrar as crises do capital (Polese, 2017, p. 152).

A compreensão crítica da estrutura sociometabólica do capitalismo, conforme discutido, é fundamental para analisar as diversas facetas da exploração do trabalho feminino no contexto de manutenção do capitalismo. Ao abordar a questão de gênero e a impactante realidade das mulheres no mercado de trabalho, torna-se evidente como as relações de produção e as funções do Estado estão interconectadas e moldam as condições sociais desse grupo.

Com os efeitos da crise econômica e sanitária no âmbito do mercado de trabalho remunerado, diversos problemas surgiram, especialmente nos setores que oferecem serviços, onde as remunerações são mais baixas, as coberturas sociais são limitadas e a informalidade tem crescido. Essas questões têm impactos significativos nas condições das mulheres, devido a estruturas sociais e econômicas que frequentemente relegam a elas as atividades informais de setores de baixa remuneração.

Apesar de não se tratar de um fenômeno homogêneo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho muitas vezes ocorre à custa do trabalho de outras mulheres que permaneciam em casa, responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com a família, incluindo crianças e idosos.

A entrada cada vez maior do contingente feminino no mercado de trabalho, além de dar visibilidade às relações que se engendram na esfera privada, apresenta um conjunto de novas experiências vivenciadas pelas mulheres no local de trabalho e no contexto mais amplo da própria sociedade (Neves e Pedrosa, 2007, p. 11).

As condições de emprego das mulheres, especialmente as trabalhadoras domésticas, e atividades associadas, como limpeza, manutenção e higienização, destacam-se como áreas de maior fragilidade. “O crescimento do desemprego, o aumento dos postos de trabalho de subcontratação, temporário, com jornada parcial e com menores rendimentos concentram, principalmente, a mão de obra feminina” (Diniz, 2016, p. 340).

Essa realidade é permeada, fundamentalmente, pelas desigualdades de gênero construídas social e culturalmente, configurando as identidades de masculino e feminino, bem como os espaços a serem ocupados pelos sexos, ou seja, a definição do espaço privado para as mulheres e esfera pública para os homens (Diniz, 2016, p. 340).

Ao abordar esse fenômeno, surge a necessidade de considerar a interseccionalidade, incorporando também recortes relacionados a raça/etnia, classe social e identidade sexual, que influenciarão o modo como a opressão se manifesta. Especialmente no que se refere ao mercado de trabalho que se delinea, observamos uma situação de maior vulnerabilidade, caracterizada por salários inferiores em comparação com os homens. Esse fenômeno tem duas origens, discutidas nos próximos parágrafos.

A primeira está associada ao tipo de trabalho desempenhado pelas mulheres, que inclui funções ligadas à reprodução social, como cuidadoras, professoras, caixas de supermercado e trabalhadoras terceirizadas de limpeza.

“As oportunidades geradas para as mulheres no mercado de trabalho estão associadas à vida privada, aos cuidados da família e por isso sua inserção profissional seria uma extensão da vida doméstica” (Garcia; Conforto, 2012). Esses setores são caracterizados pela maior precariedade nas condições de contratação e nos direitos trabalhistas, resultando em remunerações mais baixas em comparação com setores com maior concentração de homens.

A segunda origem reside no fato de que, no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as mulheres ganham, em média, 24% a menos do que os homens (IPEA, 2022). Ao desagregar os dados por raça/etnia, a disparidade salarial para as mulheres negras em comparação com os homens brancos é ainda mais acentuada, atingindo uma diferença de 43% (IPEA, 2022).

Portanto, é crucial abordar a interseccionalidade na economia feminista, considerando especialmente a Teoria do Piso Pegajoso, em que as mulheres enfrentam barreiras persistentes para ascensão na carreira e obtenção de melhores salários, fenômeno ainda mais intenso para as mulheres negras (Oliveira; Vieira; Baeta; 2021). Isso porque, ao discutir a capacidade das mulheres – e em especial as mulheres negras - de acessarem determinados ambientes de trabalho e espaços de poder, é essencial reconhecer a dificuldade que muitas enfrentam para superar uma barreira invisível, chamada Teto de Vidro. Dessa forma, não se trata apenas de ter acesso, mas sim de transpor essa barreira que impede as mulheres de alcançarem posições de destaque.

Focar apenas em um pequeno grupo de mulheres, frequentemente privilegiadas e com a oportunidade de educação e formação, não abrange a realidade da grande maioria. Muitas mulheres sequer podem sonhar em atingir esses patamares, pois estão condicionadas à exploração de empregos com pouca mobilidade social, encontrando-se presas ao "piso pegajoso". Elas desempenham tarefas insalubres e mal remuneradas, com baixo reconhecimento social e as condições para romper esse ciclo são extremamente limitadas.

É crucial considerar esses aspectos no contexto da pandemia, uma vez que a maioria das mulheres que enfrentam exploração em empregos precarizados e de baixos salários são declaradas pretas e pardas. “A intersecção das opressões de gênero, raça e classe social pressionam as mulheres negras da classe trabalhadora à margem do mercado de trabalho e as inviabiliza ainda mais dentro do contexto pandêmico” (Da Silva; Da Silva; 2022, p.13).

Com a pandemia e o isolamento, muitas delas se viram obrigadas a tomar decisões difíceis, como ficar em casa sem meios de sustento para si e suas famílias ou manter seus empregos, expondo-se ao vírus e aumentando o risco de contaminar seus entes queridos. Ainda mais se considerando que, nos últimos anos, o Brasil testemunhou um aumento no número de mulheres chefes de família, representando atualmente mais de 48% das famílias (Terra, 2023).

Essas mulheres desempenham papéis múltiplos, enfrentando trabalhos precários, tarefas domésticas e contribuindo para a renda familiar. Devido à natureza de seus trabalhos, muitas delas estiveram mais expostas à pandemia

do que o restante da população, especialmente as trabalhadoras terceirizadas da limpeza, que não contaram com condições mínimas de segurança e enfrentaram exposição constante a um alto risco de contágio.

3.2 ANALISANDO A PRECARIZAÇÃO E A GESTÃO DA MORTE NO TRABALHO PANDÊMICO

Precisamos acabar com o mito que a mídia nos levou a acreditar que a pandemia tratou a todos de forma igual, desde os miseráveis até os milionários. Não se podemos afirmar que estávamos no mesmo barco. O privilégio de classe expôs um vasto abismo, e a pandemia apenas a evidenciou, sendo necessário enfrentar este fato. Para Orso (2020, p. 18) “vivemos numa sociedade capitalista e de classes, cuja base se encontra na propriedade privada dos meios de produção, centrada na exploração, na dominação e no individualismo”.

Qual o mundo do trabalho nos deparamos quando a falaciosa narrativa sobre a democratização do isolamento social recolheu e acolheu aqueles que o capitalismo seletivamente não expôs aos riscos do perecimento? “No campo das relações de trabalho, vive-se um cenário de incertezas e de inseguranças, que abre espaço ao avanço do desemprego e da informalidade, à generalização do teletrabalho e à precarização do trabalho” (Delgado e Rocha, 2020, p. 30). A precarização não é um fenômeno da COVID-19, é errado afirmar que foi causada pela pandemia, ela agudizou o movimento que começa no Brasil na década de 70, ela nudiza a precarização das relações trabalhistas que é um projeto inerentes ao capitalismo.

Os primeiros indícios operacionais surgem a mais de 40 anos quando na CLT foram sendo inseridos as ferramentas. Cito alguns exemplos: segundo o Decreto-Lei n.º 5.452 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, o Art. 59 da CLT que se refere a compensação da jornada de trabalho fez frente para instituir o banco de horas pelo acordo individual. Assim como, a possibilidade de redução salarial foi sendo introduzida gradativamente a partir de 1988 e a reedição do artigo 443 da CLT que fala sobre a subcontratação de mão de obra se alterou com sanção da Lei da Terceirização.

É evidente que a precarização é um projeto atemporal, e o que vamos percebendo aos poucos é mão do neoliberalismo impulsionando o trabalhador a largar a proteção celetária. Será preciso repensar o que nos aguarda para além da CLT, pois, as expressões neoliberais afirmam que a legislação é ultrapassada na defesa dos direitos protetivos podendo ser negociados pelo mercado. Druck (2011) discutirá sobre a “crise do direito do trabalho” e a flexibilização trazida pela modernidade e globalização. Conforme a autora

O debate entre os profissionais e especialistas do setor reflete opiniões que se dividem: há os que sustentam a defesa do Direito do Trabalho e seu princípio protetor, reconhecendo a desigualdade e a inferioridade econômica dos trabalhadores na sociedade capitalista, mais forte na era atual, o que exige, portanto, mais direitos e proteção social; e há aqueles que, em nome dos princípios liberais, afirmam o respeito à individualidade do trabalhador, que, ao “depende” do Estado (pela estrutura dos direitos sociais), estaria supostamente impedido de desenvolver as suas qualidades e atributos livremente no trabalho, dificultando, dessa forma, o próprio desenvolvimento do mercado capitalista na atual conjuntura de desregulamentação mundial (Druck, 2011, p.52)

O capitalismo faz da precarização um mecanismo de organização das relações de trabalho está distribuída em quatro pilares neoliberais: I) a revolução industrial 4.0, em que há uma tendência à total automatização das atividades cotidianas, de forma que inovações, como a internet das coisas e a inteligência artificial, substituem a mão-de-obra humana desde o trabalho doméstico até o fabril, com precisão e pontualidade que o trabalhador não conseguiria atingir (Rocha; Lima; Waldman, 2020); II) migração da estrutura produtiva para países periféricos, caracterizada pela expansão global do capital em busca de custos de produção mais baixos e novos mercados consumidores, implicando na incorporação de novos territórios e populações, resultando na proletarianização de grupos anteriormente ligados a uma economia de subsistência (Lima, 2020); III) o aumento da precarização pelas novas formas de trabalho, em que “práticas flexíveis de gestão da força de trabalho [...] vão em desencontro aos benefícios dos trabalhadores” (Mota; Piobelo, 2021, p. 111); e IV) a desproteção do Estado nas relações trabalhistas, característica da agenda neoliberal regressiva e contrarreformista implementada nas últimas décadas e com consequências no aprofundamento das desigualdades sociais (Ghiraldelli, 2019).

Isso evidencia que a precarização não é uma consequência direta da pandemia, mas sim uma postura ideológica pré-existente. Trata-se de uma maneira de conceber as estruturas do Estado mínimo, cuja origem remonta às revoluções burguesas, destacando-se a Revolução Industrial (Bobbio; Nogueira, 1987). Essa fase histórica almejava a redução da intervenção estatal, restringindo-a ao essencial, ao mesmo tempo, em que proclamava a liberdade individual como meio de regular a economia, ainda que à custa do mercado. Não é à toa que o Ex-ministro da economia, Paulo Guedes, falava em regulação do Estado, como se as relações do trabalho assimétricas pudessem se regular.

Em contraposição ao Estado liberal, surge o Estado social, representando um modelo alternativo que busca cuidar e proteger, integrando os princípios de cidadania, igualdade, proteção social e direitos sociais, especialmente voltados para auxiliar os vulneráveis e corrigir desigualdades (Miranda, 2011). É nesse contexto que as lutas da classe trabalhadora encontram espaço, mesmo que, de acordo com Boschetti (2020), o Estado social contemporâneo apresente contradições, o que reforça a necessidade de denunciar os antagonismos sob uma perspectiva anticapitalista. No Estado liberal, essas questões muitas vezes são relegadas, dando lugar a discussões mais frequentes sobre a prescindibilidade dos direitos civis no âmbito do trabalho.

O Estado social no Brasil foi caracterizado por um breve e inédito ciclo de cidadania social, inaugurado com a Constituição de 1988, onde houve avanços na construção da cidadania social (Fagnani, 2017). São conquistas que o Estado liberal não consegue acomodar, dada a natureza centrada na garantia de direitos sociais, tais como: amparo e atenção aos vulneráveis, implementação da discriminação positiva, luta contra a discriminação das mulheres, proteção das pessoas com necessidades especiais, salvaguarda das vítimas de violência doméstica, aumento da idade mínima para o trabalho, assistência aos usuários de drogas e proibição da dispensa por justa.

Esse período se estendeu até meados de 2015, quando inicia um processo de desmontes sociais, marcado pela ampliação da desvinculação constitucional de recursos das políticas sociais e por reformas que ameaçam conquistas tributária, previdenciária e trabalhistas (Fagnani, 2017). O auge desse definhamento acontece com a Reforma Trabalhista, em que uma proposta de 17 artigos, inflado no Governo Michel Temer, se torna a Lei n.º 13.647/2017,

que faz a CLT sofrer a maior modificação desde seu surgimento. O que era um instrumento de proteção reduz a força dos sindicatos, potencializa a liberdade da contratação direta e flexibiliza a negociação entre empregado e empregador.

Na pandemia, essas modificações ganham força à medida que o mundo do trabalho se fragilizava. Citaremos algumas das maiores precarizações despontadas nesse período. O home office transferiu os custos do trabalho ao empregado, “milhões de trabalhadores e trabalhadoras tiveram suas atividades laborais impactadas e precisaram se ajustarem a uma nova forma de trabalhar, a de exercer suas funções profissionais de forma remota, em home-office” (Bridi et al., 2020, p. 01). Os trabalhos via aplicativos ou a uberização do trabalho, que de acordo com Dutra e Coutinho (2020, p. 200), “são baseados na suposta autonomia do prestador de serviço para definir sua jornada de trabalho, entre outros aspectos da prestação de serviços”. O grande problema é pensarmos que essa problemática alcança apenas o entregador, o que não é verdade, a precarização avança sobre outras categorias, temos professores, profissionais da saúde, trabalhadores do serviço geral, entre outros.

Avançando, temos o crescimento da Pejotização, na qual vagas de trabalho são oferecidas somente se o profissional criar a inscrição de pessoas jurídica. “Em suma, a Pejotização é um instituto antagônico ao típico empregado do direito laboral” (Oliveira, 2013, p. 26). Outra modalidade de precarização amplamente observada durante a pandemia foi a intermitência, envolvendo novas formas de contratação. Nesse cenário, o trabalhador passa a ter utilidade somente durante o período exato em que é convocado pelo empregador para desempenhar suas atividades. Segundo Nacif e Souza (2018, p. 257) “a intermitência da prestação de serviços trouxe, em seu bojo legal, requisitos específicos para a sua aplicação, como pactuação de jornada mínima, compensação pelo tempo à disposição com pagamento de um valor menor”.

E, por fim, precisamos pensar na categoria dos invisíveis, aqueles trabalhadores que não possuem registros civis e, por isso, não se beneficiaram dos programas sociais do governo Bolsonaro. Matos e Assunção (2021) documentaram a necessidade de ter havido um aprimoramento do auxílio emergencial para contemplar esse grupo, pois:

percebeu-se que uma vasta parcela da população brasileira não está inserida no CADASTRO DE PESSOA FÍSICA –CPF, a constar na base de dados da Receita Federal do Brasil, vindo à tona, nesse momento, o abismo existente entre os números cadastrados e os “invisíveis”, aqui entendidos como sendo aqueles mais vulneráveis aos olhos do Estado e do sistema bancário (Matos; Assunção, 2021, p. 36).

Destacam-se nessa categoria de invisibilizados, as pessoas transexuais, em que a ausência de documentação representa uma dentre as diversas barreiras que impedem o acesso aos direitos sociais. A ausência de documentações dificulta, inclusive, o acesso a retificação de nome e de gênero no cadastro civil, pois para o procedimento:

É necessário a união de documentos como: a certidão de nascimento, RG, CPF, título de eleitor, e outros documentos de identificação, são exigidas certidões da Justiça Eleitoral e do Trabalho, certidões dos distribuidores cível e criminal do local de residência, certidão de execução criminal, certidão dos tabelionatos de protestos e certidão da Justiça Militar, se for o caso. Logo após, reunir toda essa documentação a pessoa trans pode buscar em cartórios de registro civil no Brasil para retificar seu primeiro nome e seu gênero na certidão de nascimento e, a partir daí, alterar os outros documentos pessoais. Porém, em pleno 2022, quatro anos após a conquista desse direito, infelizmente, existem problemas na efetivação (Muniz; Diniz, 2023, p. 77-78)

Do ponto de vista político, os trabalhadores enfrentaram a gestão da morte. Levando em consideração a discussão da COVID-19 no que se refere a questão da saúde no ambiente de trabalho, temos uma história efetiva de adoecimento, morte, mutilação e invalidez da classe trabalhadora. Um processo ascendente e visível para a sociedade daquilo que vinha ocorrendo no país. “Desta maneira, a diretriz a ser seguida deveria ser mais rigorosa ao que tange ambientes insalubres, levando em conta o interesse social em tempos de crise sanitária e econômica como a decorrente da pandemia da COVID-19” (Ritzel, 2021, p. 88). É importante não perder de vista que a pandemia acentuou as problemáticas, pois, ambientes de trabalho que não tinha o agente insalubre passam a ter a exposição ao Coronavírus.

Somado a tudo isso, temos o enfraquecimento da resistência e luta da classe trabalhadora pela soma elevada do exército de reserva de mão de obra.

As questões ligadas ao distanciamento de nossa ontologia e o avanço do neoliberalismo, como todos os outros, corroboram para o

enfraquecimento da classe trabalhadora, principalmente diante dos avanços e fortalecimento da neoliberalização e também de seus espaços representativos (Coelho, 2023, p.94).

Não podemos perder de vista que, segundos dados do *Relatório da COVID-19 e o Mundo do Trabalho* divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2020, o mundo perdeu cerca de 255 milhões de postos de trabalho, sendo que no Brasil não foi diferente. Em 2022, outro dado alarmante divulgado pela OIT indicou que a cada quinze segundos, um trabalhador ou trabalhadora perde a vida, seja devido a acidentes ou doenças profissionais.

É fundamental salientar que ainda não temos informações precisas sobre os trabalhadores que faleceram enquanto desempenhavam suas atividades durante a pandemia, seja durante deslocamentos para o trabalho, exposição ao vírus ou devido a outras circunstâncias.

No âmbito desta discussão, almejamos apresentar as abordagens preventivas em um contexto de precariedade, evidenciando a realidade preventiva da saúde no local de trabalho. Isso inclui a presença do adoecimento, considerado como um estado de acidente, resultante das variadas condições ambientais e/ou riscos presentes no ambiente laboral.

No livro "Acidente e a Organização", destaca-se a necessidade de reflexão sobre a disponibilidade da universidade para investigar tais questões. Os autores observam que a instituição permanece predominantemente fechada, sendo apenas alguns grupos de pesquisadores bem informados que reconhecem a importância crucial dos aspectos organizacionais, segurança industrial e trabalho. Esses pesquisadores conseguem realizar uma análise aprofundada dos acidentes e incidentes, ao mesmo tempo, em que oferecem uma crítica perspicaz ao funcionamento das organizações que resultam em riscos. O texto ressalta a importância fundamental da academia em estabelecer um centro de resistência e prevenção contra acidentes e doenças na classe trabalhadora, especialmente na geração de alternativas. A urgência é sobre identificar quais pesquisadores de saúde e segurança, tem pontuado situações imediatas para fortalecer o tratamento desse assunto (Llory, Montmayeul, 2014).

Considerando a reflexão de Michel Llory e René Montmayeul (2014) existe o incomodo de apontar o dedo sobre as formas de reticências e resistências

sociais que esse modo de análise pode suscitar, ou seja, quando especificamente atemos a retratar dos efeitos e consequências do acidente, estamos trabalhando com o fechamento e assistência da própria estrutura causadora do acidente.

A estrutura do acidente se organiza a partir das desorganizações que existem nos ambientes de trabalho, em certa medida a desordem do local de trabalho é a própria organizadora dos acidentes de forma continuada. Devemos levar em consideração que o acidente, embora sejam a fonte de reflexão, também acaba nos questionando, mostrando que nossa capacidade de análise também é precária, porque ficamos distantes. Os acidentes são semeadores de inquietações porque desestabilizam as nossas representações sobre segurança e prevenção (Llory, Montmayeul, 2014).

A desestabilidade da prática de prevenção em saúde e segurança mostra a ineficácia daquilo que temos desenvolvidos, porque essas atuações nos focos do problema limitam a nossa atuação, pois, passamos a enxergar o ambiente de trabalho como promotor da doença e não como fonte de saúde, direito social, renda, subsidência, que emancipe as pessoas. O trabalho como fonte de prazer e realização numa lógica efetiva, como oportunidade de desenvolvimento, capacidade e alento das pessoas e não com a sua decomposição (Llory, Montmayeul, 2014).

Segundo Souza e Moraes (2023) a concepção de precarização do trabalho que vivemos atualmente não permite pensar o trabalho como socialização, autonomia e exercício do poder. Esses aspectos só podem existir se o trabalho for um componente onde os direitos sociais são considerados no ambiente de trabalho, caso contrário o trabalho pode ocasionar o adoecimento do trabalhador, embora não deveria.

Costa (2000) relata que a nocividade é determinada pelo esforço, sobrecarga, duração, configuração de trabalho constituído. Quando a insalubridade é tratada como um bem protegido estamos certificando que é previsível o adoecimento das pessoas, a cronicidade está na lógica, os fatores de riscos são físicos, químicos, econômicos, portanto, irão ocasionar a falta de proteção a saúde física e mental dos trabalhadores.

Para Silva e Zapata (2013), quando se trabalha com a periculosidade admite uma compensação para correr riscos e insalubridade no ambiente de

trabalho. O bem protegido da insegurança é a vida, do ponto de vista mental é mais difícil viver com a periculosidade, pois há a incerteza, a imprevisibilidade e quando há um impacto na integridade física nesse processo ele é abrupto, pois, o trabalhador irá ficar com grandes sequelas ou irá morrer.

De acordo com Marques e Abud (2007) a penosidade traz em si o componente do bem protegido em termos de saúde mental, mas não só, pois o fator de risco é o próprio espaço socioambiental do trabalho. Automaticamente a penosidade sinaliza que o trabalhador está sofrendo e desgaste, o trabalhador tem medo de estar no local de trabalho.

Esses elementos deveriam desempenhar um papel na mitigação das consequências adversas provocadas pela calamidade da pandemia. Essa consideração é especialmente pertinente em locais onde diversos trabalhadores, expostos a condições insalubres, enfrentavam a ameaça de contaminação pelo vírus, elevando o risco de adoecimento.

É imperativo compreender os desvios e disfunções nas organizações responsáveis pela gestão de riscos, pois essas falhas estão na raiz dos acidentes. A estruturação inadequada de espaços, equipamentos e substâncias perigosas, insalubres e desgastantes representa uma falha na própria prevenção destinada aos trabalhadores. Este estudo foi conduzido em um contexto no qual essa desorganização constituiu efetivamente o cenário predominante.

3.3 O TRABALHO TERCEIRIZADO NO SETOR PÚBLICO: DA SERVIDÃO A DESCARTABILIDADE DAS TRABALHADORAS

“Marx considerava o Estado uma excrescência parasitária, uma usurpação das energias sociais” (Marx, 2011. p. 08). Em suas considerações sobre a guerra franco-prussiana, Marx antecipou que a classe trabalhadora não conseguiria assumir o controle do aparato estatal em prol de seus interesses, dado que o propósito fundamental desse aparato era a dominação da sociedade. “Assim, o Estado, aparentemente a flutuar sobre a sociedade civil, torna-se ao mesmo tempo, a incubadora de todas as corrupções dessa sociedade” (Marx, 2011 p. 184).

O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes – órgãos traçados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho –, tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade da classe média como uma arma poderosa em sua luta contra o feudalismo (Marx, 2011, p.54).

A superestrutura do Estado Moderno,

À medida que a moderna indústria avançava, expandia e intensificava o conflito de classes entre o capital e o trabalho, o poder do Estado assumia progressivamente a natureza de uma força nacional do capital sobre o trabalho. Tornava-se uma entidade organizada publicamente para a subjugação social, uma máquina de despotismo de classe (Marx, 2011 p. 55).

A ideologia liberal converteu-se em uma prática disseminada na contemporaneidade, estruturando-se em três dimensões fundamentais: o individualismo, o radicalismo político em relação a direitos e poderes, visando uma reconfiguração do Estado; e, por fim, a teoria liberal econômica, que se apresenta como uma justificativa para arranjos produtivos, divisão do trabalho, avanço tecnológico e a constante acumulação de riqueza (Cepeda, 2021).

Mesmo com os insucessos que se acumularam especialmente entre os séculos XIX e XX – a produção de novas formas de miséria, o aprisionamento dos ganhos científicos na cadeia produtiva e no lucro privado, a combinação entre alienação, massas e irracionalismo –, a ideologia liberal manteve-se e mantém-se como modelo de liberdade, direito, controles da sociedade sobre o Estado, progresso e riqueza econômica (Cepeda; Pinto, 2021, p. 137).

Adentramos na era da acumulação flexível, marcada por transformações econômicas decorrentes da transição do paradigma fordista para o toyotista. Esse processo engendrou variadas modalidades de atividades e experiências, ancoradas na contemporização e na rarefação do trabalho, consideradas requisitos para o florescimento do capitalismo financeiro e a intensificação das relações entre os agentes econômicos (Druck, 2011).

Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que ele age agora

em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho (Druck, 2011, p. 42)

Os chamados "serviços secundários" emergem como mecanismos de reprodução social, invisíveis, destituídos de conteúdo histórico e produtivo. "O trabalho doméstico, remunerado ou não, está por trás de ocupações ligadas ao ramo de limpeza e conservação" (Nunes, 2014, p. 249). Na contemporaneidade, eles adentram o espaço institucional através da terceirização, considerados essenciais do ponto de vista econômico, mas, paradoxalmente, percebidos como dispensáveis.

Sabe-se que os cuidados e os afazeres domésticos são, tradicionalmente, classificados como "trabalho feminino", visto que as mulheres eram impedidas de ocupar profissões consideradas nobres. Na atualidade, apesar de terem garantido uma maior participação no mercado, inclusive em altos cargos e de lideranças, as trabalhadoras continuam compondo a maioria do quadro de trabalhos marginalizados, como os de limpeza terceirizada (Corgosinho, 2022, p. 14).

A invisibilidade adquire contornos ainda mais marcantes quando se investigam as condições das trabalhadoras de limpeza, uma vez que os homens nessa função geralmente desempenham suas tarefas em ambientes abertos, como jardins e terraços dessas instituições, ao passo que as mulheres ocupam os espaços internos dos edifícios. A segmentação por gênero nas atividades reflete de maneira evidente uma herança arraigada dos arranjos domésticos, nos quais o homem labora no domínio público das ruas, enquanto a mulher se dedica ao recôndito privado do lar (Nunes, 2014).

Segundo o Informe Onu Mulheres (2020) Mesmo ao se envolverem em ocupações remuneradas, as mulheres não conseguiram se desvincular (e ainda não se desvencilham) das responsabilidades domésticas. Isso as submete à conhecida "dupla jornada". Essa dualidade de esforços pode ser quantificada pela jornada total de trabalho, que engloba a combinação do tempo dedicado ao emprego remunerado e ao trabalho doméstico não remunerado (ou seja, às tarefas domésticas).

A terceirização é o agravamento da exploração regulado pelo Estado (Druck, 2021). "O uso da terceirização pelas empresas ou instituições tem como um dos principais objetivos a redução dos custos trabalhistas e, ao mesmo

tempo, desresponsabilizar-se pelos direitos do trabalho” (Druck, 2021, p. 03). No singular governo peculiar de Michel Temer (2016-2019), foi promulgado o Decreto 9.507/2018, conferindo autorização à terceirização no âmbito do setor público.

Quando o Temer e o Congresso nos impuseram inicialmente a liberação da terceirização. Era evidente que ingressaríamos em uma tragédia anunciada para um amplo contingente da nossa classe trabalhadora (Antunes, 2021, p.113).

O setor público assume, de forma simultânea, a dual função de "produto e mercadoria", servindo como condição para a contenção de gastos, quanto para à exploração. Na terceirização sob gestão estatal, a reprodução dessa prática não difere, caracterizando-se pela intensificação do machismo, sexismo e do racismo.

Em essência e tradicionalmente, os postos de trabalho ocupados por mulheres são marcados pela precarização das condições laborais e isso se intensifica no labor terceirizado, no qual há outras condições aviltantes da dignidade humana que acabam por invisibilizar e fragilizar a mulher trabalhadora (Porto, 2021, p. 43427).

Assim, como tal padrão de controle do trabalho historicamente se alicerçou na escravidão e na servidão, não é difícil imaginar o modo como a informalidade e a negação do trabalho têm raízes naquelas formas de exploração, e ganharam espaço no mundo do trabalho contemporâneo, assim como institutos como a terceirização e o trabalho por conta própria (a serviço de outro sempre) são exaltados no Brasil contemporâneo (Soares, 2023, p. 254).

Ainda sobre o lugar social ocupado nessa modalidade de trabalho, “pode-se dizer que a terceirização está intimamente ligada à hierarquização das profissões e à condição de invisibilidade do trabalhador, dado que atinge, essencialmente, trabalhos braçais e que não exigem qualificação” (Corgosinho, 2023, p. 12).

A terceirização aprofunda no seio da classe trabalhadora, colocando de um lado os trabalhadores efetivos, com direitos conquistados, com salários melhores e com o constante fantasma de se verem na condição dos terceirizados; e, de outro, os trabalhadores já no fim do túnel da precarização (Gonçalves, 2011, p.298).

“A crise da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, a crise econômica e a interconexão profunda que há entre elas vêm impactando profundamente a classe trabalhadora” (Antunes, 2021, p. 112).

Presenciamos um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou, o que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos, que têm uma dimensão global (Antunes, 2021, p.112).

Antunes (2021) levanta indagações acerca do destino dos trabalhadores diante do surgimento da pandemia de COVID-19, em meio a uma crise estrutural do capital. Nesse contexto, a ausência de um arcabouço legal de proteção ao trabalho, a falta de uma organização estável da classe trabalhadora e a ausência de decisões governamentais que defendam esses direitos são notáveis. O quadro se tornou alarmante, considerando especialmente a presença de um governo com inclinações fascistas e um sistema capitalista que se mostra implacável.

Para as mulheres, na sua maioria negras, ocupando as vagas de trabalho terceirizado, esse contexto se tornou ainda mais sofrível, pois,

Quando tratamos da situação de mulheres negras, não podemos desconsiderar os históricos de violências e abusos sexuais, além da exploração do trabalho e negação do direito à vida evidenciada na negação e/ou desassistência do acesso aos serviços públicos, em especial os de saúde, seja na atenção primária, secundária ou terciária (Saraiva e Campos, 2023, p. 2513).

Ao abordar a intrincada interligação entre o racismo e o capitalismo, ressalta-se que a subjugação econômica desnuda sua faceta de subjugação racial. A pobreza, notadamente um marcador crucial, relega a população negra, sobretudo as mulheres, a uma posição de estagnação social e dependência econômica. Nesse contexto, compreender a persistência de abusos e exploração do trabalho dessas mulheres não se revela uma tarefa árdua. Na realidade capitalista, elas não são percebidas como sujeitos, não são reconhecidas como mulheres; são, antes, consideradas como corpos descartáveis (Moura, 1983).

Nesse sentido, precisamos alertar sobre a necropolítica que institucionaliza a exclusão e diferentes faces da violência estatal sobre a população negra. Mbembe (2018) afirma que a necropolítica se reporta aos mandos que ditam quem merece a continuidade da existência e quem está destinado à morte. Essa decisão incômoda, busca-se mitigar por intermédio de políticas e leis que pressupõem uma igualdade entre todos os seres humanos, premissa que se revela, inequivocamente, uma falácia.

É possível afirmar de forma contundente que o governo brasileiro sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019 - 2022) ofertou a população operações bastante eficientes da necropolítica durante a pandemia de COVID-19: negou inicialmente a gravidade da situação; depois, estimulou a população a tomar medicamentos ineficientes; ato contínuo, exigiu dos trabalhadores que voltassem ao trabalho antes do recomendado pelas autoridades sanitárias; e, enquanto aguentou a pressão, negou auxílio aos extremamente vulneráveis (Freitas, 2022, p. 02).

O governo de extrema-direita no Brasil revelou-se misógino, propagando o ódio direcionado às mulheres em todos os domínios da vida social, particularmente aquelas que carregavam consigo distintos marcadores e interseccionalidades delineadas a partir da afirmação de sua identidade como mulher. Estes marcadores incluíam a cor, a renda, a maternidade, o pertencimento a territórios periféricos, a inserção no mercado de trabalho, a experiência da solidão, a vivência de não lugares, entre outros. O enfraquecimento da democracia, promovido pelo ideal neofascista brasileiro, permeou e estabeleceu-se em proporções significativas na esfera da administração pública, impondo aos mais vulneráveis, que dependiam da assistência estatal e/ou estavam vinculados a ocupações precárias, o peso do negacionismo, Estado de exceção e autoritarismo liberal.

No próximo capítulo, iniciaremos a contextualização do nosso campo de pesquisa, delineando o cenário que se desdobrou durante o período em que conduzimos a investigação. Essa abordagem é crucial para proporcionar uma compreensão das narrativas, ações, discussões e eventos que se desenhavam. Essa fase, por sua própria definição, proporciona uma visão do contexto no qual as trabalhadoras terceirizadas, objeto central desta pesquisa, estavam inseridas.

4 A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Neste capítulo, o objetivo é adentrar o espaço de investigação, revelando as contradições inerentes à gestão da Universidade Federal da Paraíba no que diz respeito à biossegurança das trabalhadoras terceirizadas durante a pandemia de COVID-19. Exploraremos as disputas narrativas relacionadas às responsabilidades, examinando os impactos do processo de intervenção nas decisões institucionais desse período. Para isso, realizamos uma pesquisa documental descritiva, a análise será fundamentada em documentações oficiais, notícias, normativas, decretos, manifestações dos movimentos universitários, referentes aos impactos causados pela gestão do interventor nomeado pelo Bolsonaro para ocupar a reitoria. O enfoque inicial será nos planos de biossegurança, destacando as estratégias implementadas e as problemáticas enfrentadas. Em seguida, examinaremos detalhadamente o "Dossiê da Intervenção", revelando as estratégias, omissões e ações de uma gestão intervencionista, conforme denunciado por parte da comunidade universitária e movimentos de defesa da universidade pública. Por fim, abordaremos a responsabilidade objetiva da Universidade sobre as trabalhadoras terceirizadas. Este capítulo busca lançar luz sobre as complexidades e desafios enfrentados durante esse período crítico.

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS PLANOS DE BIOSSEGURANÇA DA COVID-19

Análise das Portarias da UFPB durante a Pandemia: Medidas Preventivas, Ajustes Operacionais, Participação na Rede de Combate à Violência Doméstica e Cobertura Midiática das Principais Práticas Institucionais de 2020 a 2021. Esta avaliação visa examinar as ações de biossegurança implementadas pela UFPB para mitigar os impactos sobre as trabalhadoras terceirizadas causados pelo Coronavírus. Além disso, busca observar a narrativa institucional que a UFPB pretendia apresentar diante do contexto de calamidade pública.

Para a análise, foram empregadas as portarias emitidas pelo gabinete da reitoria da UFPB, assim como informações provenientes da Homepage instituição, e de sites regionais e nacionais. Os dados foram obtidos por meio

de resultados de buscas no Google do período correspondente a investigação, os quais vincularam reportagens relacionadas à instituição e suas atividades no contexto da pandemia.

Na busca encontramos cronologicamente 50 reportagens, com base nas informações disponíveis, foram formuladas termos-chave para simplificar a compreensão dos pontos essenciais nos documentos, criando unidades de análise que atendessem aos objetivos da pesquisa. As seguintes unidades foram estabelecidas: medidas de proteção, propagação do Coronavírus, modalidade de trabalho, segurança de trabalhadores, serviços terceirizados, prestadores de serviços, cartilhas informativas, ponto de vacinação, protocolo de biossegurança. Após essa triagem, apenas 21 notícias e 6 portarias foram analisadas.

A primeira medida foi a criação de uma comissão de prevenção ao novo Coronavírus foi anunciada pela Universidade Federal da Paraíba (G1, 2020). As aulas presenciais dos quatro campi foram interrompidas indefinidamente visando prevenir a propagação do contágio na comunidade acadêmica. Eventos programados foram cancelados, sendo adotadas aulas online e a modalidade de home office para professores e técnicos-administrativos (G1, 2020).

A UFPB analisaria a possibilidade de reduzir ou suspender os serviços prestados por empresas terceirizadas devido à diminuição do fluxo de servidores e à singularidade de cada atividade. Essa medida será aplicada até que a emergência relacionada à COVID-19 seja normalizada (CLICKPB, 2020).

Em 17 de março de 2020, por meio da Portaria n.º 090/GR/REITORIA/UFPB, posteriormente revogada pelas Portarias Nº 231/GR/REITORIA/UFPB, em julho de 2020, e Nº 323/GR/REITORIA/UFPB, em outubro de 2020, a então reitora da Universidade Federal da Paraíba, Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, suspende as aulas presenciais no âmbito da UFPB, enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19, considerando a obrigatoriedade do gestor garantir a vida dos funcionários públicos e demais colaboradores da instituição.

Dos Contratos de Prestação de Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra:

Art. 12. A UFPB avaliará, em razão da diminuição do fluxo de servidores e com base na singularidade de cada atividade prestada – reduzir ou suspender os serviços prestados pelas empresas terceirizadas, até que a situação de emergência em razão do COVID-19 se regularize.

Parágrafo único. Independentemente de eventuais decisões acima mencionadas, a UFPB notificará imediatamente as empresas contratadas para:

I – Que se adotem meios necessários para intensificar a higienização das áreas com maior fluxo de pessoas e superfícies mais tocadas, com o uso de álcool gel (maçanetas, corrimões, elevadores, torneiras, válvulas de descarga, etc.);

II – Que procedam a campanhas internas de conscientização dos riscos e das medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), observadas as informações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

III – Que façam imediatamente levantamento de quais são os prestadores de serviços que se encontram no grupo de risco (portadores de doenças crônicas, histórico de contato com suspeito ou confirmado para COVID-19 nos últimos 14 dias, idade acima de 60 anos, etc.), para avaliação da necessidade de haver suspensão ou a substituição temporária na prestação dos serviços desses terceirizados.

A Superintendência de Segurança Institucional (SSI) da UFPB recomendou salvaguardar a integridade dos trabalhadores terceirizados. Devem ser adotadas medidas de conscientização e identificação dos integrantes dos grupos de risco, visando preservar a segurança e impedir a disseminação do novo Coronavírus nos quatro campi da instituição. Segundo as determinações, as empresas contratadas estão incumbidas de promover campanhas elucidativas acerca dos perigos inerentes e das estratégias preventivas a serem adotadas no enfrentamento da COVID-19 (UFPB, 2020).

É relevante ressaltar que as trabalhadoras terceirizadas que desempenharam suas funções na UFPB durante a pandemia não foram dispensadas pela empresa contratada, a JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda., cujo contrato permaneceu ativo de 2017 a 2022.

Partindo de departamentos de pesquisa do Centro de Tecnologia da UFPB, em virtude da escassez de álcool em gel no mercado, seria desenvolvido e fabricado um produto à base de 70% de glicerina, que possui idêntico efeito na prevenção da COVID-19. A finalidade é torná-lo acessível à comunidade universitária. De acordo com Aluísio Souto, pró-reitor de administração da UFPB, a universidade atualmente fábrica a maioria dos produtos de limpeza

utilizados internamente, abrangendo itens como água sanitária, desinfetante, sabão líquido, e inclusive álcool em gel e glicerinado. Esse processo visa otimizar a utilização dos recursos públicos (G1, 2020).

Após uma reunião entre a Comissão de Enfrentamento ao Coronavírus da instituição e docentes do Centro de Ciências da Saúde, do Centro de Ciências Médicas e da Escola Técnica de Saúde (ETS), estão sendo efetuados os preparativos em dois laboratórios da UFPB para a realização de testes da COVID-19. Essas instâncias compreendem o Laboratório de Biologia Molecular e o Laboratório de Endemias do Núcleo de Medicina Tropical, situados, respectivamente, no Centro de Ciências Médicas (CCM) e no Centro de Ciências da Saúde (CCS) (G1, 2020).

A UFPB empreendeu a confecção de máscaras destinadas à doação aos profissionais de saúde do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) e aos colaboradores das demais unidades de saúde estaduais. Essa iniciativa foi concebida como uma valiosa contribuição no enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus. Inicialmente, os pesquisadores do laboratório da universidade, o Fablab, fabricaram inicialmente 50 unidades, antecipando-se às necessidades emergentes. A projeção envolve a produção de uma estimativa global de 4 mil máscaras para atender às exigências de proteção de médicos, enfermeiros, dentistas e demais profissionais de saúde indicados (G1, 2020).

No mês de abril de 2020, a UFPB firmou uma colaboração com o Governo da Paraíba, mediante a Secretaria de Estado da Saúde (SES) com o intuito de ampliar a capacidade de diagnóstico da COVID-19. A mencionada instituição foi responsável por instaurar laboratórios que serviram como centros de referência para a análise de exames. Conforme manifestado pela reitora Margareth Diniz e pelo secretário de Saúde da Paraíba, Geraldo Medeiros, por meio dessa parceria haveria um incremento no volume diário de exames analisados, reduzindo, assim, a demanda represada. A projeção inicial contempla uma expansão de 100 exames, com potencial para atingir 120, nas instalações da instituição. Vale destacar que a estrutura atual do Laboratório Central da Paraíba (Lacen-PB) possui capacidade para processar 120 exames por dia (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2020).

Os dois laboratórios para a análise de testes de COVID-19 foram estabelecidos no Centro de Ciências Médicas (CCM) e Centro de Ciências da Saúde (CCS), mantendo-se a coleta sob responsabilidade das secretarias municipais e estadual. Posteriormente à coleta, os materiais seriam submetidos à análise. A estimativa consistia em examinar, no mínimo, 100 amostras diariamente, porém após duas semanas de funcionamento realizou 390 análises (G1, 2020).

A UFPB conduziu um treinamento abordando desinfecção e o novo Coronavírus para aproximadamente 20 profissionais designados à limpeza do Laboratório de Biologia Molecular, situado no Centro de Ciências Médicas (CCM), no campus I, em João Pessoa. Esse laboratório, pioneiro na UFPB para a realização de testes da COVID-19, possui a capacidade de analisar até 100 amostras diárias. O treinamento englobou temas essenciais como biossegurança, métodos de desinfecção e gerenciamento de resíduos. Destinado a capacitados trabalhadores que desempenham suas funções em laboratórios da UFPB e que estão sujeitos a condições insalubres devido às atividades realizadas em áreas com maiores cuidados de saúde, este treinamento beneficiou aproximadamente 20 indivíduos envolvidos em atividades de ensino e pesquisa, recebendo, por conseguinte, remuneração adicional pela exposição a riscos ocupacionais (UFPB, 2020).

O FabLab, pertencente à UFPB, procedeu à entrega de 240 protetores faciais ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) e oito laringoscópios ao Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), localizado no campus I, em João Pessoa. Os referidos protetores faciais serão empregados por profissionais de saúde que se encontram na vanguarda do atendimento à COVID-19. Dentre o quantitativo total, 80 unidades serão alocadas especificamente para o Centro de Referência em Atenção à Saúde (CRAS) da UFPB (CLICKPB, 2020).

Ao examinar as ações empreendidas pela UFPB ao longo do período pandêmico, algumas estratégias específicas foram implementadas para promover e proteger os profissionais de pesquisa, além disso observa-se que a maioria delas estava voltada para aspectos que beneficiavam o público externo. Como podemos observar mediante a Portaria Nº 119, emitida em 04 de maio de 2020, na qual a UFPB designou seus representantes para participar da Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica

(Reamcav), em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana.

No entanto, para a categoria do setor de serviços, que inclui as trabalhadoras terceirizadas, houve apenas uma menção em um artigo na portaria n.º 090/GR/REITORIA/UFPB. Infelizmente, essa menção não se traduziu de forma prática na preservação da integridade dessas trabalhadoras, uma vez que não foram dispensadas.

Introduzindo aspectos diferenciados em relação ao contexto previamente exposto, é fundamental mencionar o papel crucial desempenhado pelo Comitê de Políticas para Mulheres – CoMu, uma entidade dedicada à defesa da vida das mulheres no âmbito da Universidade. A CoMu tem origem na mobilização de mulheres que se reuniram durante o primeiro Seminário Mulheres e Universidade em 2017. Ao identificar e reconhecer necessidades emergentes, elas fundaram o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu), aprovado pelo CONSUNI através da Resolução Nº 26/2018, conforme o artigo 4º do referido documento:

Os objetivos do CoMu serão:

- I. Elaborar políticas institucionais de prevenção e de enfrentamento da violência contra as mulheres na UFPB;
- II. Acolher e orientar mulheres em situação de violência que estudam, trabalham e convivem na UFPB;
- III. Viabilizar amplo acesso às ações do Comitê garantindo que todos os campi sejam contemplados;
- IV. Viabilizar o estabelecimento de parcerias internas e externas da UFPB com a rede de proteção às mulheres em situação de violência;
- V. Monitorar os processos disciplinares que tratem direta ou indiretamente de situações de violência contra às mulheres no âmbito da UFPB, envolvendo alunas, servidoras docentes e técnico-administrativas, e prestadoras de serviço;
- VI. Desenvolver, em conjunto com as instâncias responsáveis, atividades de ensino, pesquisa e extensão que fortaleçam as políticas de prevenção e de enfrentamento da violência contra as mulheres;
- VII. Desenvolver campanhas de prevenção e enfrentamento à violência a Mulheres na UFPB;
- VIII. Desenvolver atividades de prevenção e enfrentamento às discriminações de classe, raça, etnia, gênero e sexualidades;
- IX. Ofertar formação e apoio institucional aos profissionais da UFPB no sentido de prevenir e coibir a violência contra as mulheres na instituição (CoMu, 2018, p. 02).

As informações do relatório da CoMu, referentes ao período de gestão de 2018 a 2020, indicam que os atendimentos promovidos pelo setor de

acolhimento e orientação tiveram início em fevereiro de 2019. Apesar de enfrentar alguns desafios estruturais e técnicos, o ano foi encerrado com um notável avanço no cadastro de mulheres. Os dados apontam que ao iniciar 2020, contavam

Com 29 usuárias cadastradas durante o ano de 2019, ao final de outubro de 2020 já somavam-se 46 mulheres atendidas. Destas, 71.72% são estudantes, 8.69% são técnica-administrativas, 6.52% são docentes e 10.86% são terceirizadas, 2.17% são de mulheres que convivem na UFPB (CoMu, 2020, p.45).

As mulheres acolhidas pelo Comitê estão em idade entre 18 a 49 anos. Dentre elas 23.8% estão na faixa etária entre 18 a 20 anos, 28.1%, entre 21 a 23 anos, 6.4% entre 24 a 26 anos, 8.4% entre 27 a 32 anos, e 6.4% entre 33 a 35 anos. As demais usuárias, 19.2%, são maiores de 35 anos. Apenas 6.5% não informaram a idade. São mulheres que em sua maioria, 58.6%, se auto declaram negras e pardas, apenas 34.7% se consideram brancas, e ainda 6.5% não informaram sua auto declaração étnico-racial (CoMu, 2020, p.45).

Dentre as mulheres cadastradas pela CoMu, por autodeclaração, 60.7% são mulheres cis, 6.5% são transexuais, 2.1% é travesti e 30.43% não preencheram a informação. Quanto à orientação sexual, 54.3% afirmam ser heterossexuais, 23.9% informam ser bissexuais, 2.2% lésbicas e 19.6%, não informaram (CoMu, 2020, p.45).

É importante ressaltar que, durante a pandemia da COVID-19 (2020 – 2021), a CoMu suspendeu suas atividades presenciais. No entanto, para atender demandas específicas, manteve articulações com outros canais externos, proporcionando apoio partilhado a mulheres em situação de violência, seguindo rigorosamente todos os protocolos técnicos e de segurança.

No ano de 2022, a CoMu lançou um novo relatório que abrange as atividades realizadas durante o período de 2021 a 2022. Dentre as ações destacadas, inclui-se a iniciativa de estreitar vínculos com empresas terceirizadas visando promover a divulgação da CoMu e de suas atividades, garantindo um atendimento apropriado às trabalhadoras terceirizadas.

Articular junto às empresas terceirizadas a apresentação da CoMu e sua atuação para garantir atendimento das trabalhadoras terceirizadas;

Processos:

4.7.1) Realizar ação ampla de divulgação da CoMu junto das terceirizadas.

4.7.2) Articular e implementar cursos específicos para esse segmento.

Metas:

Divulgar a CoMu com as terceirizadas.

Garantir acesso à CoMu para mulheres terceirizadas em situação de violência (Comu, 2022, p.69).

No decorrer do ano de 2020, a UFPB dedicou-se a destacar o avanço de suas pesquisas, as quais mantiveram seu curso mesmo diante da irrupção da pandemia, com foco especialmente em diagnósticos na área da saúde. A instituição obteve aprovação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) para o projeto de elaboração de testes destinados à detecção do vírus, cujo custo é aproximadamente cinco vezes menor em comparação aos testes de referência empregados (G1, 2020). Outra pesquisa aprovada, foi para a elaboração da vacina contra o novo Coronavírus, a partir da identificação das sequências de proteínas virais capazes de desencadear uma resposta imunológica protetora (PORTAL CORREIO, 2020).

Em julho de 2020, a Secretaria da Educação do Governo Federal lançou o *Protocolo de Biossegurança para o retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino*. Até aquele momento, a UFPB ainda não havia apresentado nenhum plano de biossegurança. Abre-se um espaço para questionar sobre quais os parâmetros pelos quais os trabalhadores que continuaram suas atividades no local, desde o início do isolamento social, como foram orientados, uma vez que não dispunham dessas diretrizes e protocolos. A única hipótese é a existência da seletividade por parte da gestão de quem deveria ser protegido, e certamente as trabalhadoras dos serviços gerais não estavam nessa escolha, novamente a universidade não cumpriu com o Art. 12 da Portaria n.º 090/GR/REITORIA/UFPB, desta vez refere ao inciso II:

II – Que procedam a campanhas internas de conscientização dos riscos e das medidas de prevenção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), observadas as informações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Nesse mesmo período, não é coincidência que um documento é elaborado pelo Observatório de Síndromes Respiratórias da UFPB que previu o recuo e término da pandemia do novo Coronavírus na Paraíba até o final de setembro

de 2020 (G1, 2020). Surge a narrativa precipitada, inflamada e negacionista da gestão da UFPB sobre o retorno das atividades presenciais no momento do primeiro pico da pandemia.

A UFPB apresentou a Portaria Nº 239/GR/REITORIA/UFPB, em 03 de agosto de 2020, que institui a Comissão de Biossegurança para desenvolver o planejamento para o retorno das atividades presenciais na UFPB. Para Teixeira e Vale, (1996) biossegurança é

Conjunto de medidas voltadas para a prevenção, controle, minimização ou eliminação dos riscos presentes nas atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços que podem comprometer a saúde do homem, a preservação do meio ambiente e/ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos (Teixeira e Vale, 1996, p.118).

Nomeada “*Biossegurança UFPB: a UFPB cuida de você*” foi registrada em 29/09/2020 e foi deliberada pela Procuradoria-Geral Federal/Procuradoria Federal e Departamento de Consultoria e Assessoramento Jurídico da UFPB em 15/09/2020. Separamos dois trechos do plano de biossegurança da UFPB que corroboram com a gravidade dos fatos

O conhecimento deste plano de retorno é essencial também para aqueles que prestam serviços à UFPB, diante da necessidade de cumprir as medidas de prevenção e redução de riscos estabelecidas pela comissão de biossegurança, de modo a priorizá-las e incluí-las na rotina diária (Universidade Federal da Paraíba, 2020, p.16)

O planejamento do retorno ao trabalho presencial ou semipresencial na UFPB será, a princípio, VOLUNTÁRIO/FACULTATIVO, evitando a exposição dos técnicos administrativos, dos membros da comunidade acadêmica e dos trabalhadores terceirizados pertencentes ao grupo de risco ou com saúde debilitada durante atividades presenciais ou semi-presenciais (Universidade Federal da Paraíba, 2020, p.11).

A retomada das atividades presenciais da UFPB estava prevista para dezembro de 2020, pois estudos mostravam que não existiam indícios de uma possível nova onda de COVID-19 na Paraíba, uma vez que a taxa de variação tanto no número de casos confirmados quanto no número de óbitos estava em declínio a cada mês, conforme apontado por pesquisadores do Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (Labimec) da Universidade Federal da Paraíba (G1, 2020). O aumento das infecções voltou a

subir, prejudicando os planos da instituição, que passou a aderir atividades semi-presenciais.

Na sequência apresentamos alguns materiais informativos de biossegurança, confeccionados e disponibilizados pela UFPB.

Figura 02 – Cartazes de Sinalização de Segurança



Fonte: UFPB. Disponível em: <https://www.ufpb.br/biosseguranca>.

O ano encerrou com uma perspectiva interessante, processo de vacinação para COVID-19 na Universidade Federal da Paraíba estaria agendada para janeiro de 2021. Esta medida seria implementada com o propósito do retorno gradual das atividades presenciais programado pela comissão de biossegurança da instituição. Todos os estudantes, professores, técnicos-administrativos e terceirizados que apresentem sintomas de COVID-19 terão a possibilidade de se submeter ao exame (CLICKPB, 2020).

A capacidade de realização dos testes pela UFPB está restrita a 20 exames RT-PCR diários. A Sala de Testagem encontra-se localizada no pavimento térreo do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN). Os resultados serão anunciados no prazo de até 48 horas, com a comunicação aos pacientes ocorrendo por meio virtual (G1, 2020). Em abril de 2021, está programado que a UFPB atue como um ponto de vacinação contra a COVID-19 por meio do sistema drive-thru, localizado no Campus I (G1, 2020).

A formulação de um plano de biossegurança abrangente e democrático, destinado a fornecer instruções científicas, treinamentos e orientações para garantir a segurança e a proteção à vida na UFPB, ocorreu após um ano e meio de pandemia. Durante esse período, toda a vivência associada a esse ambiente, com ênfase nas trabalhadoras da higienização e limpeza, foi, em grande medida, uma experiência de enfrentamento do acaso. Essas trabalhadoras foram convocadas a desempenhar suas funções em um contexto perigoso e desconhecido. A UFPB elaborou os protocolos tardiamente, a ausência de uma estrutura interna de organização adequada gerou desafios que afetaram diretamente as trabalhadoras, as quais executaram suas tarefas em ambientes inseguros.

4.2 O DOSSIÊ DA INTERVENÇÃO NA UFPB

Associada a questão organizacional da gestão da UFPB, durante a pandemia da COVID-19, enfatizou-se o avanço do conservadorismo autoritário no interior das instituições de ensino, evidenciado pela interferência do ex presidente Jair Bolsonaro. Em 2020, foi realizada a eleição para reitoria da universidade, cujo resultado fruto da escolha da maioria da comunidade acadêmica foi invalidado.

Para descrever esse momento de intervenção e desrespeito com a UFPB, procuramos elaborar uma narrativa cronológica dos eventos a partir da análise documental para evidenciar como o descumprimento dos ritos democráticos negacionistas impactou os interesses públicos. O intervencionismo na UFPB ocorreu no auge da pandemia, repercutindo em diversas áreas, incluindo o trabalho terceirizado.

A pesquisa foi conduzida utilizando reportagens e informações de redes falando sobre as seguintes unidades de análise: intervenção na UFPB, autonomia universitária, luta contra a intervenção, nomeação/posse do interventor, e bolsonarismo na UFPB. Para compor essa discussão analisou-se 14 reportagens, dois perfis públicos de redes sociais, 4 resoluções, 2 portarias, 1 decreto e 1 dossiê.

A busca foi realizada em sites e espaços virtuais ao longo do período de 2019, 2020 a 2021, decretos, portarias do Governo Federal e UFPB, e dados do

dossiê da intervenção elaborado pelo Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a intervenção na UFPB. Este comitê é formado por entidades representativas, movimentos, coletivos e membros da comunidade universitária.

A sustentação do movimento de intervenção nas universidades e institutos federais inicia-se com a publicação no Diário Oficial da União - de 14 de maio de 2019, da deliberação do decreto Número 9.794 que regula os procedimentos de nomeação e designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência exclusiva do Presidente da República. O Art. 6º diz:

Delegações aos demais Ministros de Estado

Art. 6º Fica delegada competência aos Ministros de Estado, no âmbito de seus órgãos e de suas entidades vinculadas, para:

I - nomeações para provimento de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público; e

II - nomeação para provimento de cargos em comissão e designação para ocupação de funções de confiança não especificadas no art. 4º.

Dentre os cargos em comissão e as funções de confiança, estão englobados os cargos de pró-reitores e diretores. Essas posições eram ocupadas pelos reitores escolhidos pelas comunidades acadêmicas correspondentes (CORREIO BRASILIENSE, 2019). O decreto altera o processo de indicação para o cargo de reitor. Anteriormente, as instituições formulavam uma lista tríplice após eleições internas e a encaminhavam ao MEC. Com as modificações, os nomes selecionados pelas universidades e institutos passarão por avaliação da Secretaria de Governo, atualmente liderada pelo general Santos Cruz (UOL, 2019).

A RESOLUÇÃO CONSUNI/UFPB Nº 04/2020 estabeleceu as diretrizes para a realização da Consulta Prévia à Comunidade Universitária, com o propósito de fornecer subsídios para a formação da lista tríplice destinada à seleção do(a) Reitor(a) e Vice-Reitor(a) da UFPB. A eleição obteve a candidatura das seguintes chapas:

As três candidaturas que concorrem, por ordem de numeração das chapas, são estas: "UFPB em primeiro lugar" (Chapa 1) - Isac Almeida de Medeiros (reitor) e Regina Celi Mendes Pereira da Silva (vice-reitora); "Inovação com inclusão" (Chapa 2) - Terezinha Domiciano

Dantas Martins (reitora) e Mônica Nóbrega (vice-reitora); e “Orgulho de ser UFPB” (Chapa 3) - Valdiney Veloso Gouveia (reitor) e Liana Filgueira Albuquerque (vice-reitora) (UFPB, 2020).

O pleito ocorreu em agosto de 2020, com a participação de toda a comunidade universitária.

De acordo com a Comissão Organizadora, participaram do pleito 2.632 professores; 3.385 Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE); e 39.466 alunos. A Chapa 2 foi eleita com 48,44% dos votos. A Chapa 1, das professoras Isac e Regina, teve 46,21%; e a Chapa 3, dos professores Valdiney e Liana, registrou 5,35%. A Chapa 2, das professoras Terezinha e Mônica, obteve 1.078 (40,95%) dos votos dos professores; 1.225 (36,18%) dos votos dos técnicos da UFPB; e 6.702 (16,98%) dos alunos. Na soma total ponderada e normalizada, as professoras tiveram 964,518 pontos. A abstenção foi de 291 (11%) dos professores; 919 (27%) dos técnicos; e 29.670 (75,1%) do corpo discente (BRASIL DE FATO, 2020).

O resultado da consulta foi homologado 3 de setembro pelo Conselho Universitário (Consuni) da UFPB. A lista tríplice, conteve os três candidatos para o cargo e foi encaminhada ao Ministério da Educação (MEC) em 11 de setembro (CLICK PARAIBA, 2020). Contrariando a consulta pública, o Diário Oficial da União – de 5 de novembro de 2020, publicou a nomeação de “Valdiney Veloso Gouveia foi nomeado reitor da Universidade Federal da Paraíba, pelo presidente Jair Bolsonaro, para os próximos quatro anos” (G1, 2020, p.xx).

Figura 03 – Nomeação do reitor da UFPB



Fonte: Reprodução/Diário Oficial da União (2020).

A cerimônia de posse de Valdiney Veloso Gouveia como o novo reitor da Universidade Federal da Paraíba ocorreu nas dependências do auditório do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW). Após a chegada do novo reitor e seus convidados, foram confrontados por manifestantes, os quais protagonizaram um protesto mediante exibição de cartazes, entoação de palavras de ordem e o arremesso de ovos (G1, 2020). A designação de Valdiney Veloso Gouveia provocou controvérsias, instigando a reação do Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a Intervenção na UFPB que emitiu uma nota de repúdio (G1, 2020).

Valdiney Veloso Gouveia se manifestou a circunstância de figurar como o terceiro colocado na lista tríplice, sem haver angariado votos do Conselho Pleno da instituição, na época alegou que a nomeação seria constitucional que o presidente da república havia o considerado como a melhor alternativa para a conjuntura (G1, 2020).

A comunidade acadêmica da UFPB uniu-se aos movimentos nacionais em defesa do princípio de autonomia universitária, não aceitando o golpe democrático. Professores, servidores técnico-administrativos e estudantes promoveram manifestações públicas de amplitude significativa, com o propósito de protestar contra a afronta perpetrada pelo presidente Jair Bolsonaro, que negligenciou a vontade manifesta da população (ADUFPB, 2020).

Figura 04 – Manifestações contra a intervenção na UFPB



Fonte: @aufpbsomosnos (2020) e @mulheresufpb (2020).

O reitor-interventor buscou intimidar, criminalizar e desprezar os docentes, alunos e demais servidores enviando um ofício à procuradoria da universidade para impedir as manifestações. O sindicato dos professores entendeu a deliberação como um esforço para constranger e coibir a luta dos trabalhadores (UNIVERSIDADE A ESQUERDA, 2020).

É notável observar que dentro dessa proposta de intervenção governamental na administração pública, há uma clara manifestação de misoginia ao atacar mulheres que foram eleitas democraticamente, mas não assumiram seus cargos. Este mecanismo da extrema-direita transcende o simbolismo, tendo alvos diretos, evidenciando que a presença feminina em posições de poder não é vista com favor por essa abordagem política. Quando o fascismo recorre a essas estratégias para perpetuar sua ideologia em contextos políticos mais amplos, torna-se imperativo ponderar sobre os grupos afetados e as agendas sociais que buscam minar nas esferas de poder menores, especialmente quando há um representante encarregado de administrar espaços organizacionais.

As professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega, eleitas como vitoriosas na disputa pela reitoria, embora não tenham sido reconhecidas pelo ex-presidente, interpuseram uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) buscando a anulação da nomeação de Valdiney Veloso Gouveia. No entanto, o pedido foi indeferido pelo Ministro Marcos Aurélio. (BRASIL DE FATO, 2020).

Após um semestre de intervenção, estudantes e defensores da causa ocuparam a reitoria da UFPB, argumentando que os ataques não se originavam apenas de Brasília, mas também de dentro da própria administração universitária. Alegavam que duas grandes catástrofes, humanitária e política, se uniram para disseminar morte, escassez, desemprego e fome. Questionando a condução da crise, considerada por eles como devastadora, e criticando a ausência de protocolos adequados de biossegurança (CONTRA O PODER, 2021).

Em agosto de 2021, um extenso dossiê de 35 páginas, subdividido em cinco eixos que compilam e organizam eventos recentes, em ato público foi protocolado na manhã na Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS) da Universidade Federal da Paraíba. Este documento, direcionado ao Conselho Universitário (Consuni) e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), denuncia o autoritarismo e o caráter

antidemocrático do processo de intervenção na instituição. Além disso, solicita que as denúncias apresentadas sejam incluídas como pontos de pauta nas próximas reuniões desses dois colegiados (ADUFPB, 2021).

O Dossiê da Intervenção da UFPB construído pelo O Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a intervenção na UFPB, requer

- 1) Que o Consuni e o Consepe se reúnam com pauta específica para discutir os fatos e denúncias reunidos neste dossiê
- 2) A convocação dos Conselhos superiores para apuração de fatos e responsabilidades de quem ocupa a cadeira da reitoria, de acordo com o inciso II do artigo 22 do Estatuto da UFPB
- 3) A consequente deliberação pela destituição do reitor e vice-reitor, conforme competência estabelecida pelo inciso III do artigo 22 do Estatuto da UFPB (DOSSIÊ DA INTERVENÇÃO DA UFPB, 2021, p.01).

O documento é organizado sistematicamente em cinco eixos:

- 1) a repressão e a censura no ambiente acadêmico; 2) o ataque a entidades representativas e movimentos democráticos; 3) o descaso com as condições de vida de estudantes e trabalhadores; 4) a gestão da universidade subordinada ao alinhamento ideológico à extrema direita; e 5) a usurpação e esvaziamento das atribuições e competências dos Conselhos Superiores da instituição UFPB (DOSSIÊ DA INTERVENÇÃO DA UFPB, 2021, p.03-04).

Nosso enfoque será exclusivamente no terceiro eixo, que se alinha com o cerne deste estudo. O tópico é designado como "A Precarização das Condições Estudantis e da Comunidade que trabalha na UFPB", destacando as condições adversas de biossegurança enfrentadas por alunos, professores e técnicos administrativos. Assim como, a contrariedade com a implementação da Portaria 060 - de 8 de fevereiro de 2021 e a Portaria n.º 1.061 – de 15 de outubro de 2021, nas quais promoviam um retorno às pressas das atividades presenciais, e que divergiam da Norma Regulamentadora n.º 06 (NR 06), promulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assim como da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME n.º 90, datada de 28 de setembro de 2021. Além disso, a Portaria n.º 1.061 negligenciou as próprias orientações do Ministério da Saúde referentes às medidas de prevenção e controle da pandemia do novo Coronavírus (CAUSA OPERÁRIA, 2021). Abaixo apresentamos um trecho do dossiê que traz o relato de um membro da comissão de biossegurança da UFPB

É válido afirmar que o Fórum das Comissões de Biossegurança foi criado em razão da falta eficiência da Comissão Geral de Biossegurança. Muitas reuniões foram realizadas, mas a reitoria, por meio de suas instâncias, não apresentou um planejamento detalhado sobre a possibilidade da volta às aulas (DOSSIÊ DA INTERVENÇÃO DA UFPB, 2021, p.21).

Se, durante uma reunião extraordinária, a comissão de biossegurança argumenta que nunca houve uma efetiva implementação de medidas de biossegurança abrangentes, tanto para o público quanto para os diversos centros de ensino, isso apenas confirma que, em escala diminuta, porém não menos significativa, a categoria de trabalhadores terceirizados não recebeu suporte eficaz para enfrentar esse momento delicado da pandemia. O documento menciona

A situação dos trabalhadores terceirizados (em algumas situações “quarteirizados”) que não pararam de trabalhar presencialmente, e muitos deles estão no trabalho presencial sem EPIs e garantia e protocolos de proteção (DOSSIÊ DA INTERVENÇÃO DA UFPB, 2021, p.21).

Considerando o debate anterior, é oportuno reavivar a reflexão pungente sobre gestão da morte. Uma lacuna do debate sobre esse projeto genocida pandêmico que soterrou as trabalhadoras da prestação de serviços terceirizados, e necessita de um fundamento para o dever de reparar. Nesse contexto, procuraremos delinear uma abordagem que não se oriente para a culpabilizar, pois juridicamente trata-se de uma noção superada, mas sim para a compreensão do fenômeno, incumbindo a cada indivíduo a tarefa de desconstruir a normalidade na qual vidas estiveram em perigo.

4.3 A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA: QUEM RESPONDERÁ PELAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS?

A Responsabilidade Objetiva refere-se ao princípio jurídico pelo qual alguém é considerado responsável por determinados danos independentemente da existência de culpa ou negligência (Aragão, 2007).

Toda manifestação da atividade do homem traz em si a responsabilidade civil diante da coletividade existente. A evolução do instituto da responsabilidade civil inicia pela vingança e posteriormente ascende a posição pecuniária. Posteriormente, surge a noção de culpa, que, com o tempo sofreu constantes modificações na sua aplicação, ao passo que a jurisprudência, atendendo as necessidades prementes da vida social, ampliou o seu conceito, até chegar o momento das noções de risco e garantia ganharem força para substituí-la. Nesse contexto, surge a responsabilidade objetiva, também chamada de responsabilidade pelo risco, que descartava a existência de culpa, sustentando para possível reparação apenas o nexo causal (Aragão, 2007, p.01).

A Responsabilidade Objetiva é frequentemente aplicada em situações onde existe um dever legal de cuidado e, se esse dever for violado, a pessoa ou entidade é responsabilizada mesmo que não haja comprovação de culpa direta pelos danos resultantes, independentemente de terem agido com negligência ou não. Essa forma de responsabilidade visa garantir a proteção de interesses específicos.

É certo que o direito positivo brasileiro adota, como regra, a responsabilidade objetiva, materializada no artigo 37, §6º da Constituição Federal de 1988, pela qual as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos particulares, desde que demonstrados tão somente ato, nexo de causalidade e danos. Destarte, deduz-se que o aludido dispositivo constitucional é baseado na Teoria do Risco Administrativo. Teoria esta em que se admite causas excludentes do dever de indenizar, rompendo com o nexo de causalidade entre ato e dano (Diniz, 2019, p.1-2).

Segundo Diniz (2019) a *Teoria do Risco Administrativo* apresenta-se como menos favorável para a vítima, uma vez que permite a inclusão de elementos que excluem a responsabilidade do Estado. Para Martins (2019), no entanto, isso não elimina a obrigação de compensar os prejuízos decorrentes dessa atividade de risco. Mesmo que a atividade perigosa seja tolerada, a causação de danos durante seu exercício não é permitida. É exatamente por esse motivo que se torna crucial comprovar todos os requisitos da Responsabilidade Objetiva para determinar a obrigação de indenizar.

De acordo com Teixeira (2013) diferindo da *Teoria do Risco Administrativo* a *Teoria do Risco Integral* estabelece que a obrigação de compensar surge exclusivamente a partir do dano, dispensando a necessidade de comprovação da conduta do agente e do nexo causal, sem admitir exceções de causalidade,

ou seja, se o Estado for identificado como causador do dano, ele responderá pelas suas ações em toda a sua extensão.

De acordo com Bisneto et al. (2021), no cenário atual, essas duas teorias coexistem. Contudo, a Teoria do Risco Integral, devido à sua aplicação mais radical que não exclui a responsabilidade civil subjetiva do agente, ocupa uma posição secundária. Importante notar que o ordenamento jurídico brasileiro não adota a Teoria do Risco Integral, o que implica que não é possível exigir ou atribuir ao Estado o papel de segurador universal para todos os danos sofridos.

Durante a pandemia, a terceirização de serviços no setor público tornou-se uma realidade, com as trabalhadoras mantendo suas rotinas e demandas de trabalho inalteradas. Contudo, todos os impactos sofridos nesse processo foram como um ônus desastroso, representando praticamente uma troca involuntária de suas vidas em busca da sobrevivência econômica. Não parece haver responsáveis, todas as dificuldades desse cenário parecem ser consideradas normais e comuns a todos. Talvez para elas, tenha sido mais um favor, uma obrigação, ou até mesmo a única alternativa. Independentemente da perspectiva, foi uma experiência que deixou vestígios em suas memórias.

5 AS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UFPB

5.1 APRESENTANDO AS COLABORADORAS DO ESTUDO

Este tópico visa destacar o perfil das mulheres que realizam Serviços Gerais na UFPB, analisando suas trajetórias e dando visibilidade às suas histórias de vida. Optamos por apresentá-las de forma sucinta, destacando informações iniciais e aspectos relevantes para elas. Durante a pesquisa, as participantes reconheceram a oportunidade de expressar pensamentos e experiências, concluindo os temas conforme sua satisfação, o que permitiu uma análise mais abrangente. Primeiramente, será exibido um quadro contendo as informações iniciais das 16 trabalhadoras terceirizadas que foram entrevistadas.

Tabela 10 - Informações relativas às mulheres entrevistadas na UFPB-2020/2021.

Nomes	Idade	Escolaridade	Identidade de gênero	Autodeclaração Étnico-racial
Luzia	48 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Mulher cisgênero	Negra
Severina	59 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Mulher cisgênero	Negra
Amélia	39 anos	Ensino Médio Completo	Mulher cisgênero	Negra
Vivênia	34 anos	Ensino Médio Completo	Mulher cisgênero	Negra
Estefânia	33 anos	Ensino Fundamental Completo	Mulher cisgênero	Negra
Isvanilza	47 anos	Ensino Médio Completo	Mulher cisgênero	Negra
Carmelita	30 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Mulher cisgênero	Negra
Marinete	45 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Mulher cisgênero	Negra
Zefinha	33 anos	Ensino Médio Completo	Mulher cisgênero	Negra
Raimunda	27 anos	Ensino Médio Completo	Mulher cisgênero	Negra
Benedita	42 anos	Ensino Fundamental Completo	Mulher cisgênero	Negra
Jacira	30 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Mulher cisgênero	Negra
Sebastiana	49 anos	Ensino Fundamental Completo	Mulher cisgênero	Negra
Maria Geni	54 anos	Ensino Médio Completo	Mulher cisgênero	Negra
Claudina	36 anos	Ensino Fundamental Completo	Mulher cisgênero	Negra

Edinalva	40 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Mulher cisgênero	Negra
----------	---------	-------------------------------	------------------	-------

Fonte: elaboração própria.

As participantes da pesquisa, conforme evidenciado na tabela acima, cujo os nomes utilizados são meramente ilustrativos adotados como forma de preservar a identidade das fontes, possuem idades variando entre 27 e 59 anos. Todas, autodeclaram-se como pardas ou negras e identificam-se como mulheres cisgêneras, seguindo os critérios de inclusão. Importante ressaltar que não houve a participação de mulheres transexuais e travestis na demonstração.

Geralmente, ocorrem contra pessoas trans empobrecidas que têm pouco acesso às tecnologias de gênero, à saúde, à educação e/ou as políticas públicas, sejam os direitos básicos comuns a toda população ou específicos alcançados pela comunidade trans. Vemos ainda que vivem com poucos recursos financeiros ou estão completamente fora do mercado formal de trabalho, especialmente quando fazemos um recorte sobre pessoas trans negras, com deficiência e/ou periféricas, esses marcadores colocam uma parcela significativa dessas pessoas em situação de alta vulnerabilidade e precarização de suas existências (Dossiê ANTRA, 2022, p. 39).

Quanto à educação, seis mulheres não concluíram o ensino fundamental, enquanto outras seis completaram essa etapa, e quatro possuem formação de ensino médio completo. Em geral, ao abordar o tema da escolaridade, a maioria indicou que a falta de acesso à educação formal básica foi motivada pela necessidade financeira de começar a trabalhar em uma idade muito precoce. Os dados revelam disparidades significativas no nível de instrução entre as mulheres.

Segundo IBGE (2022) dentre a população com 25 anos ou mais, 37,1% das mulheres não possuíam instrução ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto. A taxa ajustada de frequência escolar líquida para mulheres brancas era de 40,9%, enquanto para mulheres pretas ou pardas era de 22,3%. Os dados indicam uma mudança de cenário ao longo das últimas décadas, pois entre a população com 65 anos ou mais, observa-se uma situação inversa. Nessa faixa etária, as mulheres apresentam um nível de instrução ligeiramente inferior ao dos homens.

A fonte de renda mensal das entrevistadas derivou de seu emprego com a empresa *JMT Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda.* As trabalhadoras afirmaram que, antes da pandemia, costumavam realizar outras atividades para complementar a renda familiar, especialmente nos finais de semana, realizando serviços de limpeza como diaristas. Contudo, foram dispensadas pelos contratantes devido à disseminação do vírus, resultando em um impacto financeiro significativo.

De acordo com uma pesquisa conduzida pela Confederação Nacional da Indústria (RH Nossa), 80% das empresas no Brasil fazem uso da terceirização em algum setor ou atividade, alocando, em média, 18,6% de seus orçamentos para essa finalidade (RH Nossa). Segundo informações do IBGE, no ano de 2020, aproximadamente 4,3 milhões de profissionais estavam em regime de terceirização, representando cerca de 25% dos trabalhadores formais (Security Segurança e Serviços, 2020). O segmento de serviços é o mais propenso à terceirização no país, abrangendo aproximadamente 70% desse mercado. Em 2020, registrou um aumento de 8,8%, mesmo diante da pandemia de COVID-19 (Security Segurança e Serviços, 2020).

Com o objetivo de compreender a vida das mulheres que participam da pesquisa, buscando uma aproximação com seus cotidianos, serão exploradas as personalidades, narrativas e desafios enfrentados por aquelas que enfrentaram diariamente os impactos da pandemia de COVID-19, seja em suas residências, nas ruas ou no ambiente de trabalho.

A primeira entrevistada, Luzia, tem 48 anos, é viúva e reside com seus filhos. Durante a entrevista perguntei como ela se definiria em poucas palavras, ela afirma:

Eu me considero uma mulher prestativa, amiga, trabalho desde os meus quatorze anos, fui babá e empregada doméstica em casa de gente rica. Sou mãe e tenho três filhos, um deles eu criei do primeiro casamento do meu marido. Me considero uma pessoa responsável (Luzia, 48 anos, negra).

A renda familiar provém exclusivamente do emprego na empresa terceirizada, uma vez que seus filhos estão desempregados e um deles está cursando a faculdade.

A entrevistada seguinte, Severina, com 59 anos, compartilha com orgulho suas raízes no sertão da Paraíba. Ela revela ter perdido os pais precocemente, sendo criada por uma tia em João Pessoa. Desde tenra idade, Severina iniciou sua jornada de trabalho, acompanhando sua tia na venda de legumes e frutas. Essa experiência moldou sua determinação em conquistar seu sustento. Embora tenha se casado duas vezes e criado dois filhos, que agora são independentes, eles ainda residem com ela. Severina expressa o desejo de sair do aluguel, uma meta que até agora não conseguiu alcançar, e anseia pela aposentadoria. Com bom humor, ela revela que seu sonho de ter netos enfrenta resistência por parte dos filhos.

Quando entrevistei Amélia, 39 anos, conta ser alegre, batalhadora, mãe espiritualizada e centrada na família. Amélia revela seu amor por animais, natureza e cozinhar para seus filhos. Sendo mãe solo, ela destaca que seus dois filhos são sua prioridade. Durante a pandemia, o maior medo de Amélia era transmitir a COVID-19 para seus filhos, que estavam em casa. Ela compartilha um momento marcante em que chegou do trabalho e não pôde abraçar seu filho, que estava com saudades, pedindo-lhe que se afastasse.

Por sua vez, Vivênia de 33 anos, se descreve como "uma filha dedicada, uma mulher corajosa, observada, mãe zelosa e paciente". Ela expressou o desejo de ter tido a oportunidade de estudar mais, pois sonhava em se tornar jornalista. Além disso, é uma mulher vaidosa e amante de música. Durante a conversa, manifestou sua visão de que muitas coisas estão indo muito mal, destacando um sentimento de injustiça ao ver muitas pessoas recebendo benefícios sociais e ficando em casa devido à pandemia, enquanto ela não desfruta desses benefícios. Vivênia externou sua indignação em relação ao governo, argumentando que um salário mínimo para sobreviver era insuficiente.

Os efeitos da pandemia, inclusive no que tange à seara econômica, são mais evidentes nos segmentos mais subalternizados da sociedade, que são impelidos à desempenhar trabalhos mais precários e, portanto, sem maiores proteções sociais e garantias quanto à perenidade dos seus níveis de renda. É muito cruel e complexo quando os sujeitos subalternizados são acometidos, repentinamente, por quedas acentuadas em seus níveis de renda (De Oliveira, Santos, 2020, p. 150).

Na sequência, entrevistamos Estefânia, aos 34 anos afirma ser uma mulher que nunca se afastará da Paraíba, destacando sua forte fé em Jesus, sua dedicação como mãe protetora e seu apreço por doces. Quando questionada sobre suas principais preocupações naquele momento, menciona os filhos e a desafiadora rotina de passar o dia inteiro no trabalho. Descreve a convivência constante com o medo, chegando em casa e imediatamente tomando banho, deixando as roupas na máquina de lavar. Expressa a apreensão em relação aos familiares de outras cidades ficarem doentes e ressalta que, apesar de receber pouco, procura ajudá-los da melhor maneira possível.

Na dinâmica das entrevistas, tive o prazer de conhecer Isvanilza, uma mulher que se autodefine como amiga dedicada à família e aos filhos. Aos 47 anos e com maturidade, ela destaca corajosamente que não tem receio de falar a verdade quando necessário e que não deixa de acompanhar os capítulos de suas novelas favoritas. Durante a pandemia, enfrentou momentos de ansiedade e preocupação intensa em relação à sua única filha, especialmente devido ao elevado número de óbitos por COVID-19 no bairro em que residem. Isvanilza fez questão de tomar todas as precauções possíveis ao se locomover, seja utilizando ônibus, Uber ou frequentando supermercados. Além disso, para enfrentar algumas dificuldades financeiras, ela encontrou uma maneira de aumentar sua renda fabricando salgadinhos de festa para revender. De acordo com Leeg (2020, p. 37-38) na pandemia “a busca por uma renda extra é um fator que mostra como o empreendedorismo é uma forte alternativa para complementação de renda ou para servir como uma fonte provisória”.

A busca por uma renda extra também entra como importante fator motivacional. Através desse fator, é possível constatar duas situações que ocasiona a busca por uma segunda fonte de renda: a necessidade de complementação de uma renda não suficiente para o sustento familiar e a busca por uma fonte provisória no período que a pessoa não possua emprego formal (Leeg, 2020, p.37).

A entrevistada Carmelita, 30 anos, expressa sua generosidade para com amigos e familiares. Dedicada a tratar todos com cordialidade, ela nutre uma forte crença em Deus e aspira ver seu filho alcançar o sucesso acadêmico. Sua rotina sofreu uma significativa transformação: agora, ela inicia o dia mais cedo, realiza a limpeza da casa, estende roupas no varal e prepara refeições para que

seus filhos possam aquecê-las no almoço. Além disso, cuida do café da manhã de sua mãe, incluindo a administração dos medicamentos, e monta a marmita para seu marido, que desempenha o papel de segurança. Somente após cumprir todas essas responsabilidades é que ela parte para seu próprio trabalho.

A junção de jornadas laborais, cuidado de pessoas e obrigações domésticas causam estresse e sobrecarga física e psíquica, devendo, portanto, haver uma compreensão por parte dos empregadores que exigem maior produtividade no trabalho realizado em casa diante da "dupla jornada de trabalho" que muitas enfrentam. A discriminação de mulheres, principalmente das que são mães, pelo mercado de trabalho, e a sobrecarga intensificada pela pandemia, não é realidade apenas das mulheres brasileiras (Fonseca, 2021, p. 146).

A trabalhadora Marinete, uma mulher de 45 anos e viúva com dois filhos, descreve suas principais características de maneira direta: "sou persistente, não gosto de ficar parada, estou sempre em movimento. Sou muito curiosa e conversadeira, e amo plantas." A pandemia representou um período desafiador para ela, especialmente após a perda recente do esposo. Com os filhos residindo em Recife, ela enfrentou a solidão em casa. Apesar das insistências dos filhos para que se resguardasse, ela está prestes a dar entrada nos papéis da aposentadoria e decidiu continuar trabalhando. Ela recorda que seu falecido marido sempre viveu na roça, nunca se aposentou e não deixou pensão por morte. Antecipando a ideia de não querer depender dos filhos na velhice, optou por seguir trabalhando.

Zefinha, uma mulher de 33 anos e mãe solo, enfrenta o desafio de criar seus três filhos, uma vez que o ex-marido e pai das crianças está atualmente preso. Emocionada, ela se retrata ao mundo como uma pessoa justa e reservada. Ela tem grande apreço pelo seu papel de mãe, desfruta de caminhadas e é entusiasta da leitura de romances. Para cumprir com suas responsabilidades, ela precisa acordar muito cedo todas as manhãs para deixar os filhos aos cuidados de uma vizinha, enquanto separa suas roupas e prepara a alimentação para o dia. No entanto, enfrentou desafios durante a pandemia, já que três das suas clientes regulares, para quem trabalhava como diarista nos finais de semana, optaram por se isolar em casa devido às suas condições financeiras, resultando na dispensa de seus serviços.

Desde o início da pandemia da COVID-19, 39% dos empregadores de diaristas domésticas decidiram interromper os serviços dessas profissionais, sem manter pagamento das diárias. Essa taxa é ainda mais expressiva entre os entrevistados das classes A e B - estratos sociais nos quais a renda por pessoa da família excede o limite de R\$ 1.526 mensais. Dentro desse grupo (A e B), o percentual de empregadores que dispensaram as diaristas sem pagamento atinge 45% (Guimarães, 2020).

Para Raimunda, uma mulher de 27 anos, a pandemia parecia algo inacreditável. Casada e mãe de dois filhos, ela se descreve como "uma mulher corajosa, mãezona, sonhadora, adoradora de Deus e muito responsável". No início do isolamento social, seu marido perdeu o emprego, tornando-se a única fonte de renda para sustentar a família. O temor de não conseguir manter as necessidades básicas a deixou preocupada.

Benedita é uma mulher alegre de 42 anos, trabalhadora e quinta filha de oito irmãos, evangélica e devota a Deus, além de ser uma habilidosa cozinheira que aprecia preparar almoços de domingo para a família, o medo assumiu outra forma. Essa questão específica pode ser identificada no relato a seguir:

Na igreja que frequento o pastor nos dizia que esse vírus não matava ninguém, que Deus honrava quem saia todo dia para trabalhar, que ele nos dignificava. Que tinha muitas notícias falsas para nos assustar. Aí eu fortalecia a fé em Deus e todo dia eu tava aqui. Depois e fui ficando mais atenta, principalmente quando a igreja parou de abrir. E o número de pessoas morrendo aumentando, inclusive lá na igreja tivemos muitos casos de Covid. O pastor dizia que o vírus era uma obra de Deus para salvar os escolhidos, e que por isso ficássemos em casa que só sobreviria os escolhidos. Eu tive medo de morrer sabe, tudo era possível de acontecer. No serviço, eu tinha que vir não é, como eu iria sobreviver sem dinheiro? Eu não tive escolhas, pensava se Deus me levar é porque tenho muitos pecados (Benedita, 42 anos, negra).

Nosso país tem enfrentado o fenômeno do negacionismo em diversos aspectos, como científico, político, econômico e social, ao longo de alguns anos. Contudo, com a chegada da pandemia do novo Coronavírus, observou-se a disseminação de diversas supostas curas e medidas preventivas, tanto nos meios digitais quanto em contextos religiosos. Apesar dos testes terem comprovado a falta de eficácia desses medicamentos no tratamento da Covid-19, eles foram amplamente difundidos em plataformas online, assim como outras formas de curas e tratamentos (De Oliveira et. al, 2023).

Entrevistada Jacira, uma mulher de 33 anos, destaca-se por sua determinação e resiliência em meio a desafios. Mãe solo de duas filhas, sua jornada profissional começou aos quatorze anos, predominantemente em trabalhos domésticos e como cuidadora de idosos. Sua vida é marcada pela constante busca por sustento e segurança para suas filhas, ao mesmo tempo em que as incentiva a seguir uma trajetória educacional e profissional digna. Enfrentando as dificuldades do cotidiano, a entrevistada compartilha suas preocupações financeiras, especialmente relacionadas ao pagamento do financiamento de sua casa própria. O medo de não conseguir cumprir as parcelas em dia é uma sombra constante, evidenciando a vulnerabilidade econômica que muitas vezes permeia a vida de trabalhadores.

A entrevistada revela a importância das pequenas rendas extras, como as provenientes do trabalho como diarista, que foram canceladas em determinado momento. Essas atividades representavam uma fonte adicional de sustento, contribuindo para a estabilidade financeira de sua família. O depoimento reflete não apenas as preocupações econômicas, mas também a angústia em relação ao futuro e à incerteza que paira sobre a segurança de emprego. A decisão de sair do atual emprego é vista como um dilema, levando-a a questionar o que seria delas caso tomasse tal decisão, evidenciando a falta de redes de suporte sólidas em sua vida.

A história da entrevistada é um testemunho poderoso das complexidades enfrentadas por muitas mulheres que, apesar das adversidades, persistem em garantir o bem-estar de suas famílias e o desenvolvimento educacional de seus filhos.

Destacam-se as histórias fascinantes de mulheres notáveis como Sebastiana, de 49 anos, que se define com encanto e simplicidade como uma mulher sertaneja, orgulhosa de suas raízes nordestinas. Além de ser avó de duas netas adoráveis, revela-se uma entusiasta do mar, da natureza e das novelas. Em contrapartida, Maria Geni, aos 54 anos, dedica-se aos estudos e é apaixonada por atividades físicas, sendo mãe de um belo menino e alimentando o sonho de tornar-se enfermeira.

Outras narrativas igualmente inspiradoras incluem a história de Claudina, aos 36 anos, uma mulher separada que, apesar dos desafios, mantém uma atitude positiva em relação à vida. Gosta de sair, reunir amigos e explorar novos

lugares. E, por fim, temos Edinalva, aos 40 anos, uma guerreira que superou um câncer e a depressão. Corajosamente, não se deixou intimidar pela pandemia, mostrando uma determinação admirável em garantir seu sustento. Cada uma destas mulheres, mesmo enfrentando circunstâncias desafiadoras, carrega consigo uma história única para ser compartilhada.

5.2 OS IMPACTOS VIVENCIADOS PELAS TERCEIRIZADAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

A pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo sobre os trabalhadores terceirizados, criando novos desafios às condições complexas que enfrentavam. Muitas vezes responsáveis por serviços essenciais, estes profissionais encontraram-se na linha da frente das crises sanitária, desempenhando a manutenção de ambientes seguros e funcionais durante um período de incerteza.

Quando se trata de segurança no local de trabalho, os terceirizados correram o risco de exposição ao vírus, especialmente aqueles que continuam a realizar tarefas presenciais, como serviços de limpeza e manutenção. Em alguns casos, a falta de proteção adequada agravou esta exposição, aumentando a vulnerabilidade destes trabalhadores.

As restrições causadas pela pandemia também afetaram as condições de trabalho, incluindo mudanças nas rotinas de trabalho, infraestruturas instáveis e conflitos interpessoais. Estas mudanças podem levar a um ambiente de trabalho mais instável e incerto, afetando não só a subsistência dos trabalhadores, mas também a sua segurança emocional e psicológica.

A falta de remuneração adequada, o stress enfrentado por estes trabalhadores e as dificuldades de acesso aos recursos de saúde e ao apoio social também podem ter sido agravados durante a pandemia. Além disso, pode ter exacerbado as disparidades existentes entre os trabalhadores terceirizados e outros servidores da instituição. As questões relacionadas com a falta de reconhecimento, respeito e inclusão social podem ter aumentado, criando um ambiente de trabalho mais desafiante.

Para mitigar estes impactos, o ideal seria tomar medidas para garantir a segurança, o bem-estar dos trabalhadores. Isto inclui a implementação de

protocolos de segurança rigorosos, o fornecimento de equipamento de proteção adequado, apoio emocional e a promoção de uma cultura organizacional mais inclusiva e equitativa.

5.2.1 Reflexos emocionais, físicos e psicológicos

Pela necessidade de realizar a limpeza de espaços vazios, houve o desafio de sair de casa para enfrentar uma pandemia, expondo-se a um vírus mortal. Isso ocorre simplesmente porque se apresentou como a única alternativa disponível. Surge, assim, o paradoxo entre sair, arriscando se infectar, e permanecer em casa, sujeito à espera angustiante pela garantia do sustento. A incerteza em todos os aspectos da vida associada a dimensão de finitude, marcada pelo peso da responsabilidade de lutar pela sobrevivência, pode causar sintomas de sofrimento.

Diversos estudos científicos evidenciam a associação entre a insegurança em relação ao trabalho e à renda e o adoecimento mental, sendo que aqueles que se encontram em situação ainda incerta sobre a manutenção dos seus empregos e a garantia de renda tendem a apresentar maior risco para o desenvolvimento de transtornos mentais, como estresse, ansiedade e depressão (Duarte et. al, 2020, p. 3407).

Raimunda, 27 anos, descreve esse momento:

O sentimento era de insegurança. Passaram semanas do início da pandemia e a empresa nos convocou novamente, estávamos saindo do primeiro pico que tinha sido bem complicado porque o número de mortes era muito alto (Raimunda, 27 anos, Negra).

Vivênia, 34 anos, acrescentou “a gente se sentia um pouco com medo de pegar o vírus e vir a adoecer né, mas tem que trabalhar de todo jeito”. Questionada se teve temor de ser infectada, ela afirma “claro que sim, todo dia meu filho a gente via a quantidade de mortes pela televisão e rádio. Foi horrível porque só aumentava”. O medo estabelece uma atmosfera e “a população apresenta reações de quem está sendo invadido por sentimento de impotência, insegurança, desamparo e pelo medo do futuro” (Zweelewski et. al, 2020, p.32).

Para Marinete, 45 anos,

Tinha a insegurança de cada dia pegar esse vírus, uns diziam que ele saía sozinho, outros que tomava um remédio recomendado pelo presidente e curava, mas todo dia era uma leva de morte. Todo mundo tinha a preocupação aonde isso ia nos levar (Marinete, 45 anos, Negra).

Quando a realidade é invadida pelo desconhecido, ela se torna irreal e o medo pode nos fazer pura e simplesmente negá-la. A negação é a máscara retirada do rosto e posta, como um poderoso véu, no mundo; uma forma de escapar de uma verdade desconfortável, dolorosa ou mesmo insuportável. Ela é o índice oculto do desespero desencadeado pela constatação da extrema precariedade a que a humanidade pode ser lançada subitamente (Jorge et. al, 2020, p. 588-589).

A invisibilidade do vírus esvanece o objeto que se teme e ao mesmo tempo o torna onipresente, produzindo o sufocamento característico da angústia. Quando medo e angústia se homogeneizam, prestando-se a uma inédita confusão afetiva, os sujeitos reagem de formas diferentes: com perplexidade, negacionismo ou aturdimento (Jorge et. al, 2020, p. 586).

Mas a realidade dos sujeitos é atingida simultaneamente por outra via, igualmente virulenta: o negacionismo instituído, desde o império de fake news produzidas pela máquina estatal até a negação da gravidade da pandemia, considerada desde o início uma virose banal (Jorge et. al, 2020, p. 589).

Estressores como preocupação excessiva e ansiedade somatizaram os impactos sofridos pelas trabalhadoras, como afirma Edinalva, 40 anos:

Estava muita gente apreensiva, com medo e ansiosa. Ninguém de nós sabia o que iria acontecer com a gente, era tudo muito indefinido, a gente apendeu a viver um dia de cada vez. Muitos diziam que vinham pra cá forçado porque não tinha outra alternativa para sobreviver, tinham família grande pra sustentar. Eu ouvi muita história das colegas, tinha idosos e crianças esperando elas em casa. Teve casos de doenças na família. Muitas viviam preocupadas (Edinalva, 40, Negra).

Segundo Luzia, 48 anos, “foi um cenário triste né, o vazio dessa UFPB que estava sempre cheia né, um deserto, um silêncio. Uma tristeza. Os trabalhadores passaram muito tempo solitários por aqui”. A entrevistada Zefinha, 33 anos, narrou um episódio que presenciou no cotidiano que expressa o contexto pesaroso

Eu naquele ritmo todo dia, levantava e ia trabalhar, fazer minhas coisas, olhava e via na cara das pessoas no ônibus o medo e a tristeza. Teve um dia que uma moça teve uma crise de choro sozinha no coletivo. As ruas estavam vazias, parecia um estado de alerta constante (Zefinha, 33 anos, Negra).

Segundo Barros et al. (2020, p. 8), os resultados de sua investigação demonstram “o maior impacto psicológico da quarentena nas mulheres, em relação aos homens. Além do relato de maior frequência de sentimentos de depressão/tristeza e de ansiedade/nervosismo”. Sobre o ambiente de trabalho, Zefinha, 33 anos, complementou “eu ficava muito tempo sozinha em alguns espaços limpando e sem poder falar com ninguém, eu me sentia angustiada. Foram momentos solitários”.

Na obra *“Mulher negra: afetividade e solidão”* de Ana Claudia Lemos Pacheco sintetiza sobre a solidão intrínseca à mulher negra, enraizada historicamente nas dimensões culturais e sociais de uma comunidade profundamente impregnada por elementos de racismo, preconceito e disparidades. É no âmago dessas estruturas que se forjam e renovam as identidades, quer estejam já solucionadas ou ainda por desvendar, engendradas e perpetuadas pela dinâmica social (Pacheco, 2013).

Durante a pandemia o campus I da UFPB se manteve esvaziado, como revela Severina, 59 anos,

Sim, ela estava vazia. Não passava ninguém, meu filho, às vezes umas pessoas estranhas e a gente que é mulher ficava era com medo. A gente tentava ficar tudo juntas, mas como revessava muito os horários, tinha vez que eu ficava era sozinha mesmo no meu setor, morria de medo (Severina, 59 anos, Negra).

A funcionária afirmou que algumas diretrizes da empresa tornavam desafiante se manter segura no ambiente, gerando contradições, conforme alega: eles mandavam a gente fazer o distanciamento, mas a gente tinha que ficar tudo junta para fazer nossas tarefas, o nosso serviço, e também com medo de ficar sozinhas com isso tudo vazio. Então, não tinha como ter esse distanciamento que eles queriam. (Severina, 59 anos). Para Schmidt B, Crepaldi MA, Bolze DAS, et al. (2020) é importante destacar que as medidas de distanciamento social podem resultar em repercussões psicológicas, como ansiedade, tristeza e depressão. O receio de contrair um vírus potencialmente

fatal, aliado às inquietações relacionadas a perdas financeiras, tem o potencial de impactar o bem-estar psicológico de muitos indivíduos.

Ao recordar o contexto, Isvanilza, 47 anos, garante,

Foi muito complicado, muito difícil porque mexeu demais com a mente da gente, muitas pessoas até hoje estão fazendo tratamento psicológico. Eu conheço duas companheiras que dizem que nunca mais a vida voltou ao normal (Isvanilza, 47 anos, Negra).

Sebastiana afirma, “tinha um cansaço na mente, porque nos cobravam diariamente por resultados” (Sebastiana, 49 anos, Negra). Sobre a dinâmica diária estando sob o estado de alerta, Amélia, 39 anos expõem o cenário enfrentado

Sim, sim, ficou bem deserto. Eu tinha medo no fim de tarde para noite porque tinha que andar sozinha e a pé do setor que eu estava de serviço até onde ficava o escritório da empresa e local reservado aos funcionários do outro lado da universidade (Amélia, 39 anos, Negra).

Questionamos sobre se houve algum caso de assédio ou violências, Vivênia, 34 anos, relata

Não soube do caso de violência, mas me sentia às vezes sozinha e deprimida porque era um silêncio, a gente estava acostumada com barulhos de carros e alunos. Eu ficava preocupada com meus familiares, sempre estava apreensiva. Queria voltar para casa quanto antes (Vivênia, 34 anos, Negra).

Vanessa Marx no artigo “A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia” debate sobre como o engajamento do ativismo feminista nas áreas urbanas que tem desempenhado um papel significativo

Uma das questões centrais é a reivindicação por cidades seguras para as mulheres e que se tornem possíveis os deslocamentos a pé ou em transportes públicos sem sofrer violência ou assédio sexual. A mobilidade tem sido um tema muito presente nos debates sobre a temática, assim como a moradia, o acesso aos serviços e os equipamentos públicos. Em termos mais gerais, o acesso ao espaço público tem sido considerado fundamental para a sociabilidade e a construção de redes de solidariedade e apoio entre as mulheres (Marx, 2022, p. 254)

Carmelita, 30 anos, expôs outra realidade que narra os perigos quando se desloca para o trabalho

Foi uma luta diária, mas o que eu podia fazer, se eu tinha que vir trabalhar né. Tinha dias que eu saía e o sol tava nascendo, eu sozinha na parada de ônibus, eu moro num bairro bem complicado, tem muito assalto. Lá onde moro aumentou muito o arrombamento de casas, tinha vez que passava dois numa moto e eu escondia a minha bolsa atrás de uma lata de lixo que tinha na parada de ônibus. Imagina se levassem meus documentos, celular e meu passe de ônibus. Aqui eu me sentia um pouco mais segura porque eu tava com meus colegas (Carmelita, 30 anos, Negra).

Para Almeida (2021) as políticas voltadas para mobilidade e transporte visam garantir o direito à cidade. Quando esses objetivos não são atingidos, os efeitos negativos na saúde podem surgir, embora muitas vezes passem despercebidos ou não sejam devidamente reconhecidos.

Nestas vias de caminhos ainda não explícitos e tortuosos, as correlações de força se escondem em “detalhes” que percorrem a oferta, distribuição e preço final dos transportes, a segurança viária e do modal, iluminação das ruas e apresentação do ponto de ônibus, acessibilidade nas vias e nos transportes públicos, planejamento do sistema considerando as reais necessidades e condições de mobilidade feminina, incluindo períodos como gestação, amamentação, luto, a histórica divisão sociosexual do trabalho, a economia do cuidado, itens que quando não observados podem ter como consequência a violação de direitos reconhecidos ao deixarem de ser efetivamente garantidos, como o caso da Saúde Mental das mulheres (Almeida, 2021, p. 51-52).

Aspectos físicos também foram evidenciados pelas entrevistadas devido à grande demanda de trabalho. A respeito se identificaram alguma alteração durante a rotina laboral, Luzia, 48 anos, narra

Coisa que eu sinto mais é a respiração. Quando me movimento demais eu ainda tenho uma falta de ar e dificuldade para levantar algum móvel ou quando me agito muito tenho que parar um pouco de fazer o que o fazendo. Fico meio sem disposição (Luzia, 48 anos, Negra).

A trabalhadora Claudina, 36 anos, justifica que “foi muito pesado, principalmente para a saúde da gente. Tinha acúmulo de pó, sujeira pelos corredores, estou com dores na coluna ainda hoje”. Para Antunes e Praun

(2015, p. 410) “as manifestações de adoecimento com nexos laborais não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho às diferentes formas de exploração”.

Conforme Yazbek (2021), em face de períodos de desmantelamento do trabalho, tornam-se evidentes as expressões da questão social, abrangendo a exploração. A situação agravou-se durante a pandemia, entretanto, está vinculada a medidas precedentes que têm delineado o progresso do capitalismo ultraneoliberal.

As relações que se estabelecem entre as classes sociais sob o domínio do capital financeiro, considerando as mediações de gênero e a questão étnico-racial, evidencia a ampliação das desigualdades, com suas inúmeras faces. Assim, classe, gênero e raça são eixos estruturantes da dominação, processo que é atravessado pela luta de classes, em que os capitalistas pressionam permanentemente por uma maior extração possível de trabalho (Yazbek, 2021, p. 24).

Para Severina, 59 anos explica

Mudou tanta coisa, comecei a ter insônia, principalmente no início. Tentava dormir cedo e não conseguia, acordava cedo e já ia cansada, quando chegava em casa ainda tinha que lavar as roupas, tudo, os calçados, tudo, porque tinha medo de ficar com contaminação. Minha mão começou a desenvolver uma dor nas articulações. E tudo isso era mais gasto em remédio, que até remédio para dormir precisei tomar (Severina, 59 anos, Negra).

Uma pesquisa identificou indicadores de distúrbios do sono entre os adultos brasileiros no contexto da pandemia de COVID-19. A análise dos dados foi realizada utilizando um intervalo de confiança (IC), um método estatístico que avalia estimativas confiáveis da população em relação a um fenômeno específico. A quantidade de mulheres revelou-se superior à dos homens entre aqueles que passaram a enfrentar dificuldades de sono ou notaram o agravamento de seus problemas de sono (Barros et al., 2020). “Passaram a ter problema de sono durante a pandemia 37,1% (IC95% 34,2;40,2) dos homens e 49,8% (IC95% 47,9;51,8) das mulheres” (Barros et al., 2020, p. 04).

A entrevistada Jacira, 30 anos, declara

Me sentia mais exausta quando saia daqui, sentia dor nas pernas de ficar muito tempo de pé, as minhas costas quando eu deitava na cama a noite eu tinha que passar um creme para aliviar tensões, meus pulsos de pegar vassoura e rodo doíam para fazer movimentos. Agora você imagina sair daqui cansada e chegar em casa e fazer todo serviço lá também, comida, ajeitar as roupas, limpar meu quintal e tratar meus cachorros, eu saia daqui 17h, chegava em casa 18:30h, mas parava mesmo só quase meia-noite (Jacira, 30 anos, Negra).

Sobre a dupla jornada, é possível discutir

O quanto a realidade da pandemia foi consideravelmente estressante para essas mulheres, que estavam vivenciando, para além de uma sobrecarga de trabalho, o desafio de administrar de forma totalmente interposta, e por vezes simultaneamente, o trabalho reprodutivo e o produtivo (Monticelli, 2021, p. 92).

Apesar dos progressos consideráveis, as mulheres ainda enfrentam uma dupla jornada. Além do tempo dedicado ao trabalho remunerado, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos entes queridos, resultando em trabalho não remunerado na esfera privada. A dupla jornada de trabalho das mulheres reflete-se no fato de que, apesar de se envolverem em atividades remuneradas e de venderem o seu trabalho para garantir a sobrevivência, no final das contas, o fardo do trabalho doméstico ainda recai sobre os seus ombros mesmo depois de um longo dia fora de casa (Souza, 2022).

5.2.2 Os desdobramentos de precárias estruturas

Necessitamos ponderar sobre as extensões do trabalho remunerado, que não se delimita, nem inicia ou conclui estritamente dentro do intervalo de horas estipulado para sua execução. No entanto, ao longo do processo, surgiram informações adicionais que se revelaram fundamentais para compreender a extensão do sistema em que estávamos imersos.

Esses dados inicialmente considerados secundários adquiriram relevância à medida que foram analisados. Embora fosse conveniente direcionar as entrevistas para atender especificamente ao objetivo central da pesquisa, percebemos que ao excluir os fatores externos ao trabalho, o compromisso ético e social estabelecido com o grupo pesquisado seria comprometido. Isso

ocorreria porque questões profundamente sensíveis relacionadas a pertencimento, lutas e vulnerabilidades seriam negligenciadas. Os desdobramentos do trabalho foram, assim, ressignificados e transformados em componentes indispensáveis.

Ao ser indagado sobre o transporte destinado às entrevistadas, esse aspecto revelou-se problemático, evidenciando algumas questões adicionais. Benedita, 42 anos, alegou que logo que retornaram ao trabalho alguns benefícios foram retirados: “eu achava que vindo pouco aqui descontariam do meu salário. Só tiraram nosso vale-alimentação e vale-transporte. O salário ficou sendo pago normal com o desconto do INSS”. E afirmou “a universidade disponibilizou marmitas feitas pelo restaurante universitário e um ônibus fretado para nos levar em casa. Quem não quisesse comer a marmita e ir no ônibus, teriam que pagar almoço e transporte por si”. Quando indagada sobre sua experiência com o ônibus fornecido pela universidade para o deslocamento dos funcionários, Benedita expressou-se de maneira enfática:

Não dá para dizer que não teve ajuda para os funcionários, mas o jeito que era organizado parecia que era cada um por si e Deus por todos. Tinha colega que não respeitava os outros, não usavam máscara até descer do transporte. E ninguém falava para os encarregados que isso ocorria, porque não queria prejudicar do outro, levar advertência ou ser demitido. Eu colocava duas máscaras e ia orando a Deus, já imaginou eu levar o vírus para meus familiares. A maioria das pessoas aqui não tinha consciência de cuidar de si e dos outros (Benedita, 42 anos, Negra).

Os obstáculos de deslocamento foram evidenciados para Luzia, que descreveu sua rotina da seguinte forma:

No início, sim, eu pegava dois ônibus para chegar aqui, porque moro num bairro bem distante, o governo diminui as linhas, mas a população que pegava o transporte público não parou de trabalhar, então lotava. Graças a Deus, depois de alguns meses no risco de infectar com o vírus, e a gente reclamando, a empresa com a universidade disponibilizou um ônibus para nos levar e nos trazer para o serviço, porém foi quase a mesma coisa, não mudou muito porque ia lotado levar os funcionários para casa com os vidros tudo fechado, até ir esvaziando o ônibus ficamos respirando o mesmo ar (Luzia, 48 anos, Negra).

Ao questionar sobre a empresa ceder as medidas de proteção disponíveis nesse trajeto, ela respondeu “às vezes sim e às vezes não, quando a gente ia

embora não tinha ninguém para dar máscara para gente, uns iam com a que tinham usado todo dia e outros tiravam as máscaras porque estavam cansados do serviço”. (Luzia, 48 anos). Em relação à distribuição de equipamentos de proteção, Amélia, com 39 anos, afirma

A universidade disponibilizou um ônibus para os terceirizados e distribuíam as máscaras antes dos funcionários entrarem, mas não era com frequência esse auxílio, muitas vezes contamos com máscaras trazidas de casa mesmo. Depois os ônibus normais foram voltando e o transporte foi retirado (Amélia, 48 anos, Negra).

Carmelita, 30 anos, diz:

E o ônibus que a empresa alocou para nos levar para casa no final do ano passado, tinha uma colega que ria brincando e dizendo que não entraria no ônibus da morte, porque quando saía todo mundo daqui cansado, não usavam mais máscara no caminho para casa e ia lotado. Ela dizia que usava duas máscaras quando pegava o ônibus para não se infectar. A empresa fazia o que podia, como todo lugar teve suas falhas, mas tinha interesse em fazer certo (Carmelita, 30 anos, Negra).

As afirmações acima, denotam a falta de proteção social ao trabalhador, um indicador da precarização do trabalho. A deterioração das condições de trabalho e seu efeito sobre o direito à saúde dos trabalhadores já se manifestava no aumento dos problemas físicos e mentais resultantes da fragilidade do controle social para ajustar as condições laborais e prevenir doenças e acidentes (krein, 2019). Dessa perspectiva, torna-se viável considerar a avaliação de riscos e a compreensão das vulnerabilidades nas distintas categorias profissionais, sendo a ausência de registro dessas ocorrências um agravante (Santos et. al, 2020).

Entretanto, em condições de pandemia, em que a tomada de decisão deve considerar a proteção de trabalhadoras(es) para a manutenção de serviços essenciais, prevenindo novos casos e ao mesmo tempo a redução da progressão da doença, a subnotificação e sub-registro das ocupações podem comprometer estratégias de enfrentamento e demarcar iniquidades em saúde (Santos et, al, 2020, p. 6-7).

Outra pauta que surgiu nas entrevistas trazida pelas trabalhadoras foi a preocupação com o bem-estar da família. Nitidamente, a estabilidade e

segurança desse núcleo deixava o caminho menos pedregoso para elas ao estarem trabalhando na pandemia. A terceirizada Severina, 59 anos, menciona “tive muito medo de pegar Covid, não por mim mesmo, mas pela minha família. Meus filhos estavam tudo por casa e tinha medo de levar pra eles essa doença”. Amélia, 39 anos, conta “eu ficava muito nervosa, quando estava no serviço, se eles estavam bem e quando chegava em casa, se não tinha levado junto o vírus”. Ouvimos o desabado de Jacira, 30 anos, “eu não tinha outra alternativa, sendo assim, eu tinha que sobreviver, as contas não param né e a alimentação da minha família. Por isso, eu tive que seguir aqui”.

Também presenciamos a narrativa sobre autocuidado expandido e sororidade

Eu lidava com as meninas da limpeza todo dia, cada uma tinha sua família, mas como íamos saber se todos estavam se protegendo em casa ou na rua, nós fizemos o possível para nos manter protegidas. O medo era levar pra casa algo ruim e também trazer de lá pra cá (Vivênia, 34 anos, Negra).

Ouvimos relatos limites e dolorosos que circulavam pelas vivências das trabalhadoras

Teve uma colega que me relatou momentos que teve que escolher se comia ou pagava o aluguel, porque o salário que pagavam aqui não dava pra pagar tudo, porque tinha família grande. Eu mesma tive medo porque tenho pessoas com comodidades em casa, minha mãe, e se eu levasse o vírus pra ela (Carmelita, 30 anos, Negra).

Necessitamos ressaltar que a terceirização de serviços constitui uma categoria social de trabalhadores. De acordo com Costa (2020), esse grupo é caracterizado por

Baixas remunerações e baixas qualificações. Muitos deles, com situações contratuais precárias ou mesmo na economia informal, eram à partida os mais mal situados na escala das desigualdades sociais, e estão agora a ser dos mais atingidos, quer pelos impactos diretos da crise pandémica, em termos de propagação da infeção, quer por impactos económicos que decorreram das respostas imediatas de contenção à pandemia, respostas indispensáveis do ponto de vista da saúde pública, mas com consequências económicas muito negativas, e que provavelmente se irão prolongar bastante (Costa, 2020, p. 06).

Na crise pandémica, e perante as suas consequências económicas e sociais, eles têm vindo a ser atingidos pelo agravamento das

desigualdades. Aliás, de forma paradoxal: muitos deles são afetados fortemente por desemprego, subemprego, trabalho temporário, precariedade, risco de pobreza; e muitos deles prosseguem atividades que asseguram o funcionamento de estruturas, abastecimentos e cuidados de base – sem recurso ao teletrabalho, por razões inerentes a essas atividades. Tem sido usada, a respeito deles, a categoria de “trabalhadores essenciais”, e eles têm sido dos mais expostos à infecção e à doença, tendo ao mesmo tempo baixas remunerações e baixas garantias contratuais no emprego (Costa, 2020, p. 06-07).

Os efeitos dessas relações de força contrárias à classe trabalhadora permearam diversas narrativas desta pesquisa, especialmente quando as trabalhadoras expressaram o receio do desemprego em meio à crise. As entrevistadas manifestaram a apreensão sobre o assunto, Raimunda, 27 anos, revelou

Meu marido ficou desempregado assim que começou a pandemia, e eu tive o mesmo receio. A empresa não se manifestava sobre o que ia fazer, se eu perdesse o emprego ficaria os dois em casa, desempregados e com as contas tudo acumulando. Tive medo de não ter comida para meus filhos. Cortarem minha energia. Olha o medo foi de perder a estrutura básica. Tive muita insônia por preocupação (Raimunda, 27 anos, Negra).

Severina, 59 anos, também compartilhava dessa inquietude “foi complicado, a gente agradece porque vimos muitas pessoas perdendo o emprego, mas eu não posso dizer que foi fácil também porque estaria mentindo. O meu marido foi mandado embora da firma”.

Os desdobramentos desse momento de pandemia, que já são sentidos de diversos modos na vida social (objetiva e subjetivamente), tornam-se ainda mais acentuados com o crescimento do desemprego, da queda na renda das famílias, do empobrecimento das famílias e da ausência de políticas públicas de caráter universalista para o atendimento das necessidades sociais (Ghiraldelli, 2021, p. 03).

Estefânia, 33 anos, sinalizou a reflexão coletiva que se instaurou “ficaram pensando que fecharia as portas da instituição e todos ficariam desempregados por conta da pandemia”. Isvanilza, 47 anos, detalha

Como existiu aquela história do isolamento no começo, e ficou os ônibus tudo parado, quer dizer parou tudo né? Eu cheguei a pensar meu Deus do céu, será que a empresa vai fechar? Passa tantas coisas na cabeça da gente, fica sem nem o que pensar direito. Mas como a gente continuou trabalhando, a esperança sempre renasce

dentro de mim. Eu pensava vai dar tudo certo, tudo vai passar em nome de Jesus” (Isvanilza, 47 anos, Negra).

A atenção ficou redobrada sobre questões básicas, “com os preços dos alimentos altos, contas e aluguel para pagar se ficasse sem trabalho, como eu iria me virar? É minha única fonte de renda” (Claudina, 36 anos). É que a gente precisa do emprego né para dar as coisas para nossos filhos e sempre bate esse medo (Vivênia, 34 anos). Foi só por isso que me arrisquei a vir trabalhar, se eu tivesse outros ganhos eu tinha ficado em casa (Carmelita, 30 anos).

Esse cenário é ainda mais impactado no contexto de crise sanitária, econômica, social e política, que por um lado, gerou o aumento dos níveis de desemprego, precarização do trabalho, do custo de vida (da cesta básica, do aluguel, das contas de luz) e, por outro lado, aprofundou as privatizações de serviços públicos essenciais. Quadro que agravou a pobreza, o déficit habitacional (com o aumento de despejos), a insegurança alimentar e a fome de inúmeras famílias, majoritariamente chefiadas por mulheres negras (Quintans, Mariana Trotta et al. 2021, p. 291-292).

As exigências da auto-reprodução do capital, na atual fase do neoliberalismo, fizeram com que, para que não ocorresse a redução do lucro dos mais ricos, a parcela da humanidade que vive do seu trabalho, especialmente as mulheres negras mais vulnerabilizadas, pagassem pela crise (Quintans, Mariana Trotta et al. 2021, p. 296).

A colaboradora Zefinha, 33 anos, ficou muito apreensiva retratando sua realidade:

Como tinha ficado sem as minhas diárias aos sábados. Eu acordava e olhava para um lado e pra outro e dizia o que vou fazer? Pra onde eu vou? Ia para lugar nenhum né? Aí eu ficava dentro de casa vendo televisão e toda hora notícia ruim. No fim do mês sabe quando começam a faltar as coisas dentro de casa e o salário tá longe de se receber, eram as diárias que eu fazia que me ajudava. Quando você vê que não tinha dinheiro pra comprar pão e as crianças e pedem iogurte, e doces, eu começo a me desesperar me perguntando porque acontece isso comigo. Esse serviço, se eu perder, eu fico absolutamente na rua, porque até o meu aluguel eu pago daqui (Zefinha, 33 anos, Negra).

Diferentes perspectivas foram surgindo, Sebastiana, 49 anos, se atentou a sua faixa etária “imagina uma velha de 49 anos, se desempregar ninguém dá serviço (risos)”. Edinalva, 40 anos, de maneira sincera e surpreendente após a sua luta para superar um câncer, disse

Eu vim de insistente, como te disse, a pandemia me deixaria em casa por mais tanto tempo, quando fui liberada pelo médico do resguardo do meu tratamento pra mim eu estava recomeçando a vida. Com a pandemia isso seria adiado. Eu fui corajosa. E outra coisa, moço, gastamos muito com meu tratamento, meu marido levou tudo nas coisas por três anos. Eu me pressionada em conseguir um serviço e ajudar ele com as contas de casa, com a comida, e aluguel. Não que ele me cobrasse, jamais, mas é de mim mesmo, a consciência sabe (Edinalva, 40 anos, Negra).

Luzia, 48 anos, revelou o medo de ficar desempregada na crise e assumindo os riscos, confidenciou uma estratégia arriscada de alguns colegas de trabalho

Quando alguém tinha suspeita de ter pegado o vírus, sabia que poderia ser afastado como eu fui e até nem voltar mais, os funcionários com sintomas fingiam estar bem, mas espirraram muito e tossiam também. Medo do desemprego né meu filho (Luzia, 48 anos, Negra).

Foram tantos desafios enfrentados sob frações de uma mesma conjuntura, a “chegada da pandemia de COVID-19 contribui para a ampliação do processo de precarização do trabalho no país, atingindo toda a classe trabalhadora e de forma mais profunda, aos trabalhadores informais e com vínculos fragilizados” (Nicoli, 2022, p. 20).

O advento da pandemia potencializou os níveis de desigualdade social de toda a ordem, seja de renda, de bens, a de condições de moradia, de trabalho, de alimentação, entre outras. Em última instância, dá ênfase a precarização do trabalho e a intensificação do empobrecimento da classe trabalhadora, revelando a face mais cruel da realidade (Nicoli, 2022, p. 21).

As emergentes diegeses na dinâmica laboral contribuem para a formação do perfil social, cultural e econômico das trabalhadoras terceirizadas que enfrentaram a pandemia. Essas interações possibilitam tornar a compreensão mais abrangente, revelando as contradições ao mesmo tempo, em que oferecem espaço para novas interpretações da realidade, mesmo que o avanço seja resultado de um período devastador.

5.2.3 As condições laborais e organizacionais

O trabalho concebido como um sistema estruturado por elementos físicos, psicológicos e organizacionais que englobam os indivíduos na atuação profissional, se tornou um ambiente potencial para a disseminação do novo Coronavírus. Isso permite que o risco agravado, passe a integrar o espaço laboral dos trabalhadores (Feliciano e Ebert, 2020). Para Lazaretti et. al (2020, p. 1388) “o dever das empresas de garantir condições de trabalho que preservem a saúde do trabalhador configura um direito humano e fundamental, na medida em que o empregador deve responder pelos riscos da atividade”.

Isso significa adaptar, às necessidades e às condições labor-ambientais concretas, as orientações voltadas para o público em geral, uma vez que os riscos gerais de contaminação (= risco geral da vida) incrementam-se nos espaços coletivos de trabalho, onde os indivíduos partilham da mesma geografia e se valem de equipamentos e de insumos coletivos durante longos períodos (Feliciano e Ebert, 2020, p. 210).

A precarização do trabalho cria uma nova condição de vulnerabilidade social, o que a torna essencial para a nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo. Essa condição, que está se tornando cada vez mais prevalente, leva o indivíduo a submeter-se a condições precárias. Isso ocorre devido à flexibilização dos contratos que impõe aos trabalhadores uma jornada de trabalho extenuante e não oferece proteção aos direitos dos trabalhadores. A terceirização também contribui para essa dinâmica, que se apresenta com condições de baixo salário e instabilidade nas relações de trabalho. A terceirização também tem levado ao esvaziamento de empregos estáveis com remuneração e benefícios sociais (Araújo et, al, 2021).

Durante a pandemia de COVID-19 um grande número de pessoas em todo o mundo precisou trabalhar em locais físicos. Embora as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde tenham sido amplamente conhecidas, os funcionários de outros setores também tiveram que se deslocar até o local de trabalho, ocasionalmente em meios de transporte congestionados, interagindo frequentemente com outras pessoas e correndo riscos significativos para sua saúde (OIT, 2021).

Na Universidade Federal da Paraíba, as funcionárias responsáveis pelos serviços gerais enfrentaram consideráveis desafios ao desempenhar suas funções presencialmente durante a pandemia. Os efeitos, abrangendo aspectos emocionais, físicos, psicológicos e sociais, estiveram diretamente ligados ao ambiente de trabalho. Quando perguntado como tinha sido a experiência de trabalhar na pandemia, as entrevistadas respondem:

Quando a gente foi avisada que tudo iria parar, realmente foi um susto bem grande. Aí, a empresa começou a se organizar para ver como iria ficar o nosso trabalho, fez uma reunião explicando o que tava acontecendo, que ia nos liberar por uma semana para ficar em casa e depois repassar as recomendações de como ficaria a nossa situação. Depois a gente foi sendo chamado aos poucos, a empresa separou os grupos para a gente realizar o serviço de limpeza, os funcionários vinham três dias na semana e depois foi todos os dias. No início foi bem puxado e cansativo, porque aumentou a demanda de serviço para ser realizado por poucos. Numa semana vinha alguns grupos e na seguinte outros, cada semana eram grupos diferentes, e assim fomos indo (Benedita, 42 anos, Negra).

Ficamos só os terceirizados e alguns diretores de centro. Porque a princípio achamos que ia ser dois meses no máximo, depois vimos que se estendeu por um ano (Amélia, 39 anos, Negra).

Foi um processo um pouco complicado, porque a gente ficou naquela situação difícil. As pessoas com medo né, de se aproximar uma das outras teve aquele cuidado de usar sempre a máscara, de andar sempre com álcool e gel. A gente teve sempre esse cuidado, apesar de não estar trabalhando com estudantes e funcionários (Isvanilza, 47 anos, Negra).

Mais de 2 mil trabalhadores tiveram a necessidade de se ausentar oficialmente do ambiente de trabalho devido ao contato próximo com pessoas que contraíram doenças contagiosas, principalmente a COVID-19. Dos aproximadamente 21,3 mil afastamentos registrados, seja por infecção direta ou contato com indivíduos doentes, 15,8 mil eram mulheres (74%) e 5,4 mil eram homens (26%). A idade média desses trabalhadores é de 39 anos. No Brasil, as empresas são legalmente obrigadas a registrar e comunicar à Previdência Social todos os casos de doenças relacionadas ao trabalho e acidentes envolvendo seus funcionários durante o exercício das funções ou no trajeto. Contudo, com a pandemia, surgiu um problema complexo que tem gerado disputas judiciais: como estabelecer a ligação da doença com o ambiente de trabalho? Em outras

palavras, como determinar com certeza se um trabalhador contraiu o Coronavírus durante o expediente? (Magenta, 2021).

Em relação às medidas de biossegurança adotadas no trabalho durante a pandemia na UFPB, as restrições, limitações controle no acesso e disponibilidade de produtos de limpeza, disparidade e falta no fornecimento de materiais e equipamentos de proteção e segurança, foram algumas das percepções relatadas pelas trabalhadoras.

Na empresa eles enviam a quantidade exata e as vezes precisamos diluir para limpar em grande quantidade, eu senti muitas vezes poucos produtos de limpeza, não ficava com aspecto de limpo, principalmente banheiro que fica muito encardido. A empresa ofertava uma máscara por dia, luvas, álcool gel ofereceram desde o início da pandemia, mas depois foi diminuindo (Carmelita, 30 anos, Negra).

De boca tinha tudo, mas a realidade do dia-dia era diferente, as vezes nós que tínhamos que trazer máscara de casa e o álcool gel faltava demais. Os repositores dos espaços sempre estava tudo vazio de álcool. A empresa até procurou cumprir com as normas a universidade também falava isso de dar essa assistência, mas era meia boca. Procuraram fazer uma comissão de segurança e repassando para todos os encarregados que orientavam o pessoal, na medida do possível o que estava sendo dito naquele momento era que a gente estava tudo orientado e protegido porque era algo novo que todos estavam se adaptando, mas quem viveu aqui sabe que teve muita desorganização (Amélia, 39 anos, Negra).

Questionamos também sobre a presença de representantes dos trabalhadores terceirizados na comissão de biossegurança, e as funcionárias afirmaram não ter conhecimento para responder. Quanto à eficácia do uso de máscara facial, álcool em gel e materiais apropriados para lavar as mãos, Estefânia, 33 anos, declarou “as vezes eles ofereciam, assim como comprávamos por conta própria. Eles exigiam o distanciamento também”. Isvanilza, 47 anos declara

Às vezes a gente até trazia de casa mesmo o álcool gel, as máscaras também”. Os EPIs (Equipamento de Proteção Individual) a gente teve aqui, a empresa liberou para a gente como bota, luvas, máscaras. Eles sempre exigiam de nós por precaução, cuidado uma com a outra. Quando atrasava alguns materiais nós não tínhamos muito o que fazer. Lembra que nos primeiros meses de pandemia parou tudo, pois a gente continuou vindo, a UFPB que entregavam materiais de limpeza e higienização, como houve o isolamento social, não tinha encarregado para nos repassar os produtos e pediam muito para a nós economizar no uso (Isvanilza, 47 anos, Negra).

No contexto da pandemia, a questão dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é de extrema importância. Existem vários dispositivos no nosso sistema jurídico para proteger a saúde das pessoas. É fundamental que essas normas orientem as práticas no âmbito das relações de trabalho. Conforme estipulado no artigo 166 da CLT e na NR6, o empregador é responsável por fornecer aos empregados equipamentos de proteção individual ou coletivo de forma gratuita. De acordo com a mesma norma regulamentadora, o empregado é responsável por usar todos os EPIs necessários para reduzir ou eliminar os riscos associados à sua atividade. Tanto o empregador quanto o empregado garantem a proteção de todos ao seu redor ao cumprir essa obrigação legal. A saúde e a proteção dos trabalhadores são essenciais, de acordo com a Constituição Federal (Bortoncello, 2020).

Conforme o depoimento, Edinalva exemplifica:

Tinha o básico, mas mais para o início da pandemia. Em alguns momentos tinha muitos de nós que questionavam a secretaria da empresa e as condições de serviço. Teve muitas reuniões para isso. Principalmente sobre confusão na escala de horários e produtos de limpeza que a empresa controlava. Assim, eles nos cobravam higienização de todos os lugares, mas poupavam produtos, como isso? Não tinha como cumprir com as exigências deles. Se a gente ia falar sobre esse problema parecia que estávamos esbanjando os produtos ou usando de forma errada. Tinha essa acusação em cima de nós. Máscaras era uma por dia de serviço, eles davam pra gente e álcool gel pediam pra gente colocar só onde circulavam mais pessoas. Sabonete líquido para lavar as mãos nos banheiros a ordem era colocar só onde tinha mais fluxo, mas como a gente ia saber quem ia no banheiro ou não. O ideal era colocar em todos e não ficar fiscalizando as pessoas nos momentos de precisão dos banheiros. Não tinha como controlar isso. Foi bem estranho os procedimentos. Teve muita reclamação de pessoas que usavam os banheiros aleatoriamente e não tinha sabão para usar. Pediam pra gente conseguir. Eu acho que por ser um órgão grande eles estavam muito despreparados. Onde já se viu poupar algo fundamental para combater o vírus (Edinalva, 40 anos, Negra).

No contexto das condições laborais insatisfatórias, marcadas por infraestrutura inadequada e precariedades, surgiram outras questões, tais como sobrecarga de trabalho, falta de organização na distribuição de tarefas e desafios nas relações com colegas e a gestão. Para Marinete, 45 anos,

O maior desafio eu acho que foi a entrar em certos acordos para não ficar serviço muito pesado para uma só. Às vezes falava uma companheira e a gente tinha que se revezar no serviço para não acumular. A rotina de rondas de limpeza era como se a universidade estivesse aberta (Marinete, 45 anos, Negra).

Na minha visão foi o excesso de trabalho e a sensação de que por mais que limpasse o lugar nunca era o suficiente. Mas como obter resultado com os pedreiros sujando a todo momento. Os encarregados da empresa que nos contratou sempre diziam para fazer algo a mais ou diferente do que já tínhamos feito. Não conseguíamos ficar paradas um minuto, não que a gente quisesse ficar, mas tinha momentos de espera para fazer a limpar, e eles não compreendiam a nossa dinâmica (Sebastiana, 49 anos, Negra).

Raimunda, 27 anos, afirmou que tinha alguns exames agendados para fazer, um dia em que originalmente não estava programada para trabalhar. Já havia agendado a coleta no posto de saúde com antecedência há meses. No entanto, devido à ausência de uma colega, foi convocada para trabalhar e, infelizmente, não conseguiu realizar o exame de rotina. O testemunho da trabalhadora reflete a exigência de estar constantemente disponível para o trabalho.

Segundo Vivênia, 34 anos,

Havia algumas ordens dos superiores que não concordava muito. Essa da economia dos produtos de limpeza era uma delas, outra era esperar por exemplo os professores que vinham estudar por aqui irem embora para deixar o espaço usado higienizado. Teve várias colegas que me contaram que passaram da hora de ir embora esperando. Porque se eles vissem sujo no outro dia reclamavam para o setor ou ouvidoria da UFPB. Para não levarmos advertência da empresa não tinha outra alternativa a não ser esperar (Vivênia, 34 anos, Negra).

Indagada se a orientação não seria para que os professores permanecessem em casa durante o isolamento social? Ela afirma “sim, mas eles vinham muito moço. Igual dia normal” (Edinalva, 40 anos). A entrevistada alegou que eram mais de professores do que professoras assíduas na UFPB durante a pandemia. Luzia, 48 anos verbalizou sobre os horários,

Alterou bastante nossos horários, foi bem difícil a adaptação principalmente quando ocorria uma eventualidade com alguém, faltava funcionário ou algum era demitido da equipe, o colega não queria trocar um turno com outro, isso dificultava a rotatividade do serviço e isso acumulava serviço para só alguns poucos que cumpriam a carga horária. Tivemos muitas reuniões com a empresa para exigir soluções. Porque pesava muito em fazer serviço extra, sobrecarregava a gente (Luzia, 48 anos, Negra).

Os horários dos turnos sem continuidade. Tudo podia mudar sem aviso. Excesso de horas extras sem pagamentos de valor no salário (Maria Geni, 54, anos, Negra).

Os relatos apresentados pelas entrevistadas refletiram a cultura organizacional presente no ambiente de trabalho em que estavam inseridas. Sem subestimar os impactos enfrentados pelas trabalhadoras nos centros de ensino onde desempenhavam suas funções, é importante destacar um caso peculiar relacionado à Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF).

Este foi o único local mantido em funcionamento 24 horas por dia pela UFPB durante a pandemia, servindo como acolhimento para os estudantes residentes. Acompanhamos quatro trabalhadoras que continuaram a desempenhar suas tarefas nesse local. Mesmo enfrentando uma crise sanitária, elas se depararam com uma reforma interminável no ambiente de trabalho (Bloco A e Anexo B) que não respeitou os residentes e as medidas de segurança da OMS. Durante a pandemia ficaram 300 alunos hospedados, a *Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape* junto com a coordenação da Residência Universitária conduziram a mega remodelação do espaço, incluindo a derrubada de estruturas internas como quartos, banheiros e áreas comuns, troca de fiação elétrica, telhado e pisos. A reforma se estendeu ao longo de dois anos de pandemia (2020 a 2022), resultando em inúmeros impactos materiais e imateriais, e um breve vislumbre do processo pode ser observado a seguir:

Figura 05 - Quarto de residente sendo reformado



Fonte: o autor.

Figura 06 - Móveis de residente deteriorados



Fonte: o autor.

Figura 07 - Corredor com poeira da reforma



Fonte: o autor.

A trabalhadora Jacira, 30 anos relata como foi o processo de início da construção,

Começou com a história de que iam construir um muro na frente de toda residência, diferente dos outros locais que ficaram vazios, aqui não aconteceu nada disso, os alunos ficaram aqui no espaço. Aí depois inventaram de reformar esses quartos, a gente vivia limpando porque os pedreiros faziam buracos nas paredes e derrubavam cascalho de construção, subia muita poeira (Jacira, 30 anos, Negra).

Na sequência seguem mais relatos sobre essa difícil experiência,

Em setembro de 2020, a PRAPE e o coordenador da residência anunciaram uma reforma gigantesca. Eles nos disseram que ia aproveitar que o lugar estaria mais vazio do que de costume para realizar as alterações no prédio. A partir daquele mês, passamos a trabalhar abaixo de barulho de furadeira, materiais de construção e sujeira. Essa construção durou até novembro de 2021. Foi por quase toda pandemia. Eu e as meninas da limpeza, o nosso grupo, trabalhamos como nunca, foi extremamente exaustivo (Maria Geni, 54 anos, Negra).

Estávamos ali todos juntos lidando com pessoas em todos os níveis de risco. E sinceramente moço, não era uma máscara ou um álcool nas mãos que enviaria a contaminação. Os produtos de limpeza para o nível de sujeira diária que tínhamos para limpar teria que ser ofertado em mais quantidade, mas pediam para a gente economizar, como isso? Queriam que a gente jogasse apenas água, sem o sabão ou outro desinfetante, onde exigia algo mais forte para remover a sujeira pesada. Meus braços não davam conta de esfregar, foi um momento muito delicado (Maria Geni, 54 anos, Negra).

Isso aqui virou uma dor de cabeça enorme, para nós da limpeza geral e com certeza para os moradores. A universidade atropelou por cima e parecia não se importar muito com a pandemia. Colegas da limpeza chegaram num ponto de adoecimento, cansadas mesmo, tinha dia que era impossível manter tudo organizado (Sebastiana, 49 anos, Negra).

Quando referimos a segurança e proteção dos residentes de trabalhadores, Sebastiana declara,

Para quem trabalhou nesse setor que é a residência universitária durante a pandemia, é muito delicado falar de proteção e segurança. Não acho que foi eficaz as tentativas de manter a gente em segurança contra a Covid, quando não se respeita as pessoas que ali viveram esse tempo. Colocaram a residência abaixo com todos nós aqui dentro (Sebastiana, 49 anos, Negra).

Tinha muita aglomeração, os alunos não paravam nos seus cantos, assim nos quartos né, a gente era obrigada a vir trabalhar na limpeza, os pedreiros estavam construindo, furando as paredes, fazendo argamassa, carregando entulho, então tinha muito movimento aqui. Foram os trabalhadores do restaurante universitário que vinham todo dia trazer alimentação para os alunos residentes (Jacira, 30 anos, Negra).

Ao mencionar a disponibilidade de máscara e álcool gel e qual o protocolo de limpeza realizado, as sujeitas da pesquisa relatam:

No início sim eles davam uma máscara por dia e tinha álcool gel para manter os dispensers dos corredores da residência cheios, mas isso não durou muito, logo pararam de mandar pra gente ir repondo". "A ordem era varrer e lavar os pisos que viviam sujos de pó por causa da reforma, manter as mesas, as cadeiras e as bancadas das cozinhas sempre higienizada com álcool (Jacira, 30 anos, Negra).

A orientação era manterem tudo limpo e arejado, mas na prática estava tudo cheio de poeira, pedaços de lajotas espalhadas, os materiais de construção que deveriam ser descartados para fora ficavam no meio dos corredores entulhados por vários dias (Claudina, 36 anos, Negra).

A recomendação por exemplo de lavarmos as mãos seguidamente era as vezes muito difícil de fazer, pois, com a reforma acontecendo a tubulação deixava a água suja, imprópria e com a cor amarronzada, sem contar a água da caixa d'água que volta e meia morria algum bicho lá dentro e ficava cheirando e com gosto. Os bebedouros da residência foram quebrados com a reforma, a coordenação passou a trazer galões com água para os residentes (Claudina, 36 anos, Negra).

Além desses fatos, indagamos se não havia uma fiscalização efetiva para minimizar os riscos, Sebastiana, 49 anos, destaca que somente era dado ordens de serviço e elas executavam. Sobre se testemunharam casos de pessoas infectadas pelo vírus na residência, Maria Geni, 54 anos, revela:

Sem sombra de dúvidas, nesse período trabalhando na residência tivemos muitos casos de infecção de alunos e funcionários. Os alunos se reuniam nas mesas externas da residência para conversar tudo sem máscara. Os entregadores de comida, esses do lfood circulavam sem máscaras quando vinham deixar produtos comprados por eles, foi um espaço de alto risco. A insegurança era muito presente (Maria Geni, 54 anos, Negra).

A pandemia desvelou o retrocesso nas medidas de segurança e proteção a integridade das trabalhadoras, foram inúmeros os impactos e os desafios enfrentados. Isso reflete a intensificação da precarização do trabalho, agravada

pela crise econômica e sanitária, que submeteu as terceirizadas a contextos dramáticos no epicentro da calamidade, impulsionadas por empresas e instituições. É possível identificar os prejuízos, os sofrimentos, as subordinações, assim como, a resistência e a luta para preservar a autonomia diante das adversidades e dignidade humana. Por fim, ressalta-se a importância de considerar a perspectiva sobre lugares eremíticos, vividos, sentidos e comungados por mulheres negras, conceder-lhes o direito da fala e do registro de vivências que estruturalmente lhes pertencem, da construção de questões que emergem e impactam, em especial, suas próprias vidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta dissertação buscamos desvelar quais os impactos experimentados pelas mulheres negras no exercício do trabalho terceirizado na Universidade Federal da Paraíba no decorrer da pandemia de COVID-19. No cerne dessa discussão, procuramos analisar como ao serem subordinadas, aos serviços essenciais, para atender a demanda da gestão político-administrativa da UFPB, enfrentaram a possibilidade de perderem suas vidas em decorrência do Coronavírus.

Diante deste estudo, alicerçados na teoria feminista materialista e no materialismo histórico, nossas considerações finais são conduzidas pelos elementos que sinalizam a precarização do trabalho na dinâmica entre a terceirização e a exploração do trabalho no serviço público. Dessa forma, intentamos relacionar tais aspectos frente ao contexto pandêmico que fomenta bases de desvalorização das trabalhadoras com ênfase na divisão sociosexual e racial do trabalho e reprodução social.

Assim, buscamos apontar as diretrizes de biossegurança no ambiente de trabalho implementadas para prevenção, proteção e redução dos riscos relacionados ao vírus Coronavírus entre as trabalhadoras terceirizadas. Isso ocorre considerando os atos normativos e contexto de intervenção político-administrativo da universidade como crucial para a compreensão das estratégias de organização da gestão pública. Além disso, procuramos discutir as responsabilidades da administração pública nas relações de trabalho terceirizado, utilizando uma abordagem centrada na teoria do risco. Portanto,

constatamos os prejuízos/riscos enfrentados pelas trabalhadoras terceirizadas durante suas experiências de trabalho na pandemia de COVID-19.

Desse modo, ao analisar o difícil cenário que permeiam os impactos sofridos pelas trabalhadoras negras, nos defrontamos, no período abrangente de 2020 a 2021, com uma dinâmica caracterizada por repercussão emocional, física e psicológica danosa, dificuldades na estrutura ocupacional, assim como condições precárias no ambiente de trabalho remunerado.

Frente a este quadro, a utilização de análise documental conjugado ao estudo descritivo dos dados referentes as medidas de biossegurança adotadas, no contexto do trabalho terceirizado na UFPB, nos levou a indicar as narrativas que possibilitaram inferir o panorama institucional que envolvia o ambiente de trabalho. Tal compreensão se justificou a partir da análise das condições inseguras e falhas que perpassam o planejamento organizacional e ideológico da gestão, visão que representa um elemento central desta pesquisa, considerando a precarização do trabalho associado à atuação das mulheres negras durante a pandemia. Neste cenário, observa-se o apagamento, desvalorização e ineficácia das medidas de preservação das trabalhadoras. Isso ocorre devido à combinação do não cumprimento integral das portarias, a generalização ou ausência de diretrizes específicas para o grupo em questão, e a clara seletividade na segurança de pessoas. Esses elementos configuram um processo de assumir o risco enraizado na organização social do trabalho, normalizado como um princípio não prejudicial à proteção da vida das terceirizadas.

Avistamos no debate sobre a gestão da morte um espaço para argumentar a partir da revisão de literatura sobre as práticas de responsabilidade das organizações que se autocentram sob estruturas racista, machista e classista, transpondo a ética do cuidado. Assim, compreendemos que tal estratégia reuniria potencial para proporcionar orientações de segurança e saúde ocupacional frente à COVID-19 com enfoque na interseccionalidade, haja vista que as precárias das condições de trabalho afetam amplamente mulheres negras e pobres. Essa questão está intrinsecamente relacionada à formação de uma cultura institucional que promova o reconhecimento, a diversidade e a inclusão social das diferentes formas de trabalho contemporâneo. Isso busca reduzir as violências alimentadas de maneira vertical nesses ambientes. Neste

sentido, é imprescindível a construção de uma gestão político-administrativa que objetive a proteção social integral das mulheres ativas dos serviços gerais, assim como das demais profissionais da instituição.

E por fim, a partir da observação direta e aplicação de entrevistas semiestruturadas no local de trabalho das entrevistadas, indicam que as trabalhadoras, se depararam com o desafio de sair de casa, expondo-se ao risco de contrair o vírus. A incerteza em diversos aspectos da vida resultou em sintomas de sofrimento, como ansiedade, preocupação excessiva e medo de infecção. A insegurança nas medidas de segurança e o impacto psicológico foram destacados, assim como, que o ambiente de trabalho afetou tanto o bem-estar emocional quanto físico dessas mulheres. Os relatos incluíram experiências de solidão, perigos no deslocamento, alterações na saúde e a sobrecarga de uma dupla jornada, com as mulheres enfrentando tarefas domésticas além do trabalho remunerado.

A pesquisa evidenciou as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras, contribuindo para a compreensão do perfil social, cultural e econômico dessas mulheres que enfrentaram a pandemia. Apontam que o transporte fornecido pela universidade revelou problemas, com benefícios retirados e falta de organização. As entrevistadas expressaram preocupações com a falta de proteção social, destacando as instabilidades do trabalho. A segurança da família foi uma prioridade, com relatos de medo de transmitir o vírus aos entes queridos. A instabilidade econômica foi uma preocupação constante, com reflexões sobre o desemprego e o impacto da pandemia nas finanças familiares.

Outro destaque é sobre a reorganização do trabalho, aumento da demanda de serviço, falta de medidas eficazes de biossegurança, escassez de equipamentos de proteção e condições inadequadas de trabalho. A sobrecarga, a falta de organização na distribuição de tarefas e os desconfortos nas relações com colegas e gestão também foram mencionados. Um caso peculiar foi observado na Residência Universitária, onde as trabalhadoras enfrentaram uma reforma no ambiente de trabalho, causando desconforto e desrespeito às medidas de segurança. A pesquisa revelou a intensificação da precarização do trabalho, agravada pela crise econômica e sanitária, destacando a resistência e a luta das terceirizadas para preservar sua autonomia e dignidade diante das adversidades.

Para concluir, é viável apontar algumas lacunas que merecem desenvolvimento em futuras pesquisas acadêmicas que buscam aprofundar-se na temática:

- Resgatando a discussão sobre construção da identidade negra, há necessidade de fomentar a pesquisa social sobre como a população negra se identifica do ponto de vista racial e retratar com mais especificidades os espaços ocupados pela negritude e suas vivências, inclusive os laborais;
- No decorrer da pesquisa de campo, surgiu um ponto notável relacionado à maneira como as trabalhadoras se referiam às suas atividades, utilizando o termo “Serviço”. Com o grande número de expressões, consideramos uma nova pergunta que não estava no roteiro original da pesquisa (conforme apêndice), mas que exigiu atenção, pois se sobressaía durante as entrevistas. Nesse sentido, torna-se imperativo explorar o conceito “Serviço” não apenas como uma subcategoria de trabalho, mas defini-la de forma autônoma considerando as características específicas que tem raízes na reprodução social do trabalho doméstico e não remunerado. Quando executado no âmbito do trabalho remunerado, o “Serviço” ganha identificação como trabalho e autoconceito profissional pelas mulheres.
- É essencial direcionar a atenção para as instituições, onde violências muitas vezes ocorrem de forma silenciosa. Destacar com urgência a importância de fortalecer a pesquisa sobre violências de gênero, com o propósito de defender os direitos das vítimas. Apresentar dados e evidências que fundamentem argumentos favoráveis a mudanças legislativas e políticas. Propor ações práticas para dismantelar culturas tóxicas que perpetuam essas violências, contribuindo para transformações culturais que fomentem ambientes mais inclusivos e respeitosos. Essas pesquisas têm o potencial de agir como catalisadoras para a implementação de medidas disciplinares e estruturais.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. SERVIÇO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: DESAFIOS PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE BARBÁRIE. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 19-33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34830>. Acesso em 28 jan. 2023.

ADUFPB. (2023, 18 de janeiro). **UFPB contra a intervenção: Comunidade universitária realiza protesto nesta quarta-feira**. Recuperado de <https://www.adufpb.org.br/site/ufpb-contra-a-intervencao-comunidade-universitaria-realiza-protesto-nesta-quarta-feira-18/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **Estudo revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho.htm>. Acesso em: 07 de jan, 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres são maioria entre trabalhadores com ensino superior. Maioria no mercado de trabalho, elas ganham 41% a menos que eles**. 1 min de leitura. 06 mar. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2020/03/mulheres-sao-maioria-entre-entre-trabalhadores-com-ensino-superior.html>. Acesso em: 07 de jan, 2024.

ALMEIDA, Alessandra Santos de et al. **Movendo-se entre as flores do asfalto: mobilidade urbana e a saúde mental de mulheres negras em Salvador na pandemia da covid-19**. 2021.

ALVES, JOSÉ GERFESON et al. SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS: UMA REFLEXÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 97, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1605>. Acesso em: 7 out. 2023.

ALVES, Laís Trajano. **Alienação das sociedades mercantis e as panacéias contemporâneas: o coaching e sua função social alienante**. 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/297692043.pdf>. Acesso em: 03 de jan, 2024.

AMORAS, MARIA; PONTES, Andrea Mello. Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020. **SER Social**, v. 24, n. 51, p. 385-407, 2022.

AMORIM, Henrique. Valor-Trabalho e trabalho imaterial nas ciências sociais contemporâneas. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 191-202, Jan./Abr. 2010.

ANCILLOTTI, Caio Gracco Lima; SILVA, Priscilla de Oliveira Martins da. Racismo e Construção da Carreira: Estratégias de Enfrentamento Adotadas por

UNIVERSITÁRIOS NEGROS. Psicologia: **Ciência e Profissão**, v. 43, p. e253492, 2023. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pcp/a/p5dHVYkvdJHdWGYFzBrxbSL/>>. Acesso em: 9 de jun. 2023.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, p. 407-427, 2015.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A terceirização como regra**. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo. Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, p. e13840-e13840, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão-2 edição**. BOD GmbH DE, 2020.

ANUNCIAÇÃO, D. **Lugar de saída e lugar de chegada: uma análise dos fluxos migratórios em uma comunidade rural no litoral norte do estado da Bahia**. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 355-377, jun. 2021.

ARAGÃO, Valdenir Cardoso. **"Aspectos da responsabilidade civil objetiva. Âmbito jurídico"** 1.47. 2007. Disponível em: < <https://robertexto.com/>> Acesso em 2 de nov. 2023.

ARAUJO, Eduarda Samanda Reis; DE ALMEIDA CORREIA, Layza Carla Alves; DE SOUZA COSTA, Rebeca. **Questão social, direitos humanos e precarização do trabalho: Uma Análise dos Impactos diante da Pandemia da Covid-19 no Brasil**.

ASSUFRGS. **Reitoria da UFRGS convoca terceirizados ao trabalho no pior momento da pandemia**. Publicado em 30 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2020/06/30/reitoria-da-ufrgs-convoca-terceirizados-ao-trabalho-no-pior-momento-da-pandemia/>. Acesso em: 02 de jan, 2024.

BARBOSA, Leonardo. **Reforma Trabalhista: entenda os impactos para sua empresa**. Cartilha. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). N. 23. 2020.

BARNES, Eduardo. LIMA, Luciana. MARTIN, Allison. **As mulheres indígenas tem um papel essencial para a manutenção dos modos tradicionais de uso dos recursos naturais em suas comunidades**, The Nature Conservancy, 24 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/noticias/menire/>> Acesso em: 12 nov. 2023.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de saúde**, v. 29, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. **"Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022."** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BERGER, Eulalia Maria Franck. **Terceirização os limites da flexibilização das leis trabalhistas** (2017). Disponível em: <<https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/1444>>. Acesso em: 12, set. 2023.

BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; DROPPA, Alisson. A terceirização e as reformas trabalhistas em países da América Latina: a resistência de atores sociais e o papel das instituições do mundo do trabalho. **In: X Jornadas de Sociología de la UNLP 5 al 7 de diciembre de 2018 Ensenada, Argentina. Universidad Nacional de La Plata.** Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, 2018. Disponível em: <<https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev11377>>. Acesso em: 20, jul. 2023.

BISNETO, Cícero Dantas, Romualdo Batista dos Santos, and Caroline Cavet. "RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO E POR INCITAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19." **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco** 13, v. 1 (2021): 27-52. Disponível em: <<https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/223>> Acesso em 9 mar. 2023.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORTONCELLO, Matias. **A Obrigatoriedade de Fornecimento e Uso de EPI's em Tempo de Pandemia.** Jusbrasil, 27 de junho de 2020. Disponível em: <A Obrigatoriedade de Fornecimento e Uso de EPI's em Tempo de Pandemia | Jusbrasil>. Acesso em: 7 de abril. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Limitações do estado social capitalista contemporâneo: expropriações, acumulação, exploração e violência.** J Manag Prim Health Care, 2020;12:e14.

Brasil de Fato Paraíba. (2020, 16 de dezembro). **STF mantém nomeação de Valdiney Gouveia para reitor da UFPB.** Recuperado de <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/12/16/stf-mantem-nomeacao-de-valdiney-gouveia-para-reitor-da-ufpb> Acesso em: 3 ago. 2023.

BRASIL DE FATO PARAÍBA. **Terezinha e Mônica da Chapa 2 vencem eleições para a reitoria da UFPB.** Publicado em: 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/08/27/terezinha-e-monica-da-chapa-2-vencem-eleicoes-para-a-reitoria-da-ufpb>. Acesso em: 08 mai. 2023.

BRASIL. **82,5% das famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil são chefiadas por mulheres,** 08 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil>> Acesso em: 3 de mar. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. **Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.** Brasília, DF: Senado Federal, 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. **Altera dispositivos das Constituições Federal e do Estado (se aplicável) para reforma do sistema de previdência social.** Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Decreto Nº 9.794, de 14 de maio de 2019. Diário Oficial da União, Brasília– DF. 14 de maio de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <file:///C:/Users/lucas/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/REFERENCIAS%20USADAS/DEL5452.pdf>. Acesso em: 7 jul 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Nomeação de Valdiney Veloso Gouveia como reitor da Universidade Federal da Paraíba.** 5 de novembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que **dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em: 4, jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que **dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <L13429 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 21, abr. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 729, de 30 de junho de 2017. **Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP), dispõe sobre a remuneração dos depósitos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº 922, de 2 de março de 2020. **Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal civil pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nas hipóteses de emergência e de calamidade pública**, de que trata o inciso VI do caput do art. 37 da Constituição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 mar. 2020. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal. Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME n.º 90, de 28 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. MTP/MS Nº 14, de 20 de janeiro de 2022. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial. Brasília – DF. 7 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria nº 20, de 18 de junho de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de junho de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.023**, de 8 de julho de 2020.

BRASIL. **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**. Disponível em: <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-centro-oeste/hc-ufg/ensino-e-pesquisa/pesquisa/elaboracao-de-tcle-ou-tale.pdf>> Acesso em: 19 de nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 331. **Dispõe sobre a responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas de empresa prestadora de serviços**. Brasília, DF, 27 de setembro de 2012.

BRIDI, Maria Aparecida et, al. **O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19**. 2020. Universidade Federal do Paraná.

BRUNKHORST. Hauke. Marxismo e evolução: alegações para a retomada de um programa de pesquisa. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 27, n. 2. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/tgRrcrGtgVyjfTnty8RYDsj/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CALDAS, Josiane; DA FROTA CARLEIAL, Liana Maria. A Economia compartilhada e a uberização do trabalho: utopias do nosso tempo?. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 27, n. 2, p. 381-406, 2022.

CAMPOS, André Gambier. A terceirização no Brasil e as distintas propostas de regulação. 2018. In: **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate** / organizador: André Gambier Campos. – Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8258> >. Acesso em: 11, abr. 2023.

CAMPOS, Clara Soares de. **Terceirização no Brasil e as alterações pela Lei nº 13.429/2017**. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**, v. 13, p. 20-28, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rk/a/fmXdwG7SdXBggJTcVVHjqVp/> > Acesso em: 20 de jul. 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, p. 247-272, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rec/a/R3DpCGtLmtpBvjDx63vPD6f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 29 set. 2023.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; ARTUR, Karen; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. O trabalho nas plataformas digitais: narrativas contrapostas de autonomia, subordinação, liberdade e dependência. **Revista Valore**, v. 5, p. 206-230, 2020.

CARVALHO, Mônica Gurjão. Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: Interseccionando Raça, Gênero e Classe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e249090, 2023.

CARVALHO, Polliany Aparecida de; VIEGO, Valentina. Evolução do emprego feminino no mercado de trabalho brasileiro: uma análise shift-share entre 2003 e 2018. **Economia e Sociedade**, v. 32, p. 207-224, 2023. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/gXGwwxpL8pxByjMf9gnSdHn/?lang=pt>> Acesso em 3 de mai. 2023.

CASTRO, Hector Ferreira de. **Os efeitos da lei de terceirização irrestrita em sua possível aplicação na administração pública direta**. TCC - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

CAVALLINI, M. **Auxílio Brasil: 2,8 milhões de famílias estavam na fila de espera em abril, diz estudo da CNM. O salto da demanda reprimida foi de 113% em relação a março**. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/20/auxilio-brasil-28-milhoes-de-familias-estavam-na-fila-de-espera-em-abril-diz-estudo-da-cnm.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CEPAL. **América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: efectos económicos y sociales**. CEPAL. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em 26 ago. 2022.

CEPÊDA, Vera Alves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 135-155, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/YB7DQ6HTQfjXtF9bDJZGB8N/>. Acesso em: 17 set. 2023.

CLICKPB. **Laboratório da UFPB entrega 240 protetores faciais e materiais para intubação para Paraíba**. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/covid-19-laboratorio-da-ufpb-entrega-240-protetores-faciais-e-materiais-para-intubacao-para-paraiba-283360.html>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CLICKPB. **Observatório da UFPB prevê recuo da COVID-19 na Paraíba**. Publicado em: 29 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/saude/observatorio-da-ufpb-preve-recuo-da-covid-19-na-paraiba-290588.html>. Acesso em: 5 mai. 2023.

CLICKPB. **UFPB anuncia novas medidas para conter Covid-19.** Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/ufpb-anuncia-novas-medidas-para-conter-covid-19-280174.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CLICKPB. **UFPB oferecerá testes de COVID-19 para professores, funcionários e alunos a partir de janeiro.** Publicado em: 24 de dezembro de 2020 Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/saude/ufpb-oferecera-testes-de-covid-19-para-professores-funcionarios-e-alunos-partir-de-janeiro-298402.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

COELHO, Sara Miranda de Abreu. **"Classe trabalhadora sob a égide neoliberal: a interface entre trabalho e sua ideologia nas ocorrências entre os anos de 1990 às eleições de 2018 para o esvaziamento da dimensão das lutas de classes."** (2023). Disponível em: < <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/46492> > Acesso em 10 mar. 2023.

COGGIOLA, Osvaldo. As crises econômicas e a teoria marxista. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 7, n. 3, p. 96-180, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/OsvaldoCoggiola/publication/287205298_Crisis_Economicas_e_Teoria_Marxista/links/5673161a08aedbbb3f9f7f9f/Cris-es-Economicas-e-Teoria-Marxista.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

CONGRESSO EM FOCO. **Decreto de Bolsonaro viola autonomia de reitores para nomear equipes, acusa oposição.** Publicado em: 16 de maio de 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/decreto-de-bolsonaro-viola-autonomia-de-reitores-para-nomear-equipes-acusa-oposicao/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CONSOLI, Anelícia Verônica Bombana; PALLAORO, Tammy Aira. Reflexões acerca da terceirização face as inovações trazidas pela Lei Nº 13.429/17. **Revista Jurídica**, v. 2, n. 4, p. 21-44, 2018. Disponível em: <https://periodicosunidep.emnuvens.com.br/rjfd/article/view/91>. Acesso em: 03 de jan, 2024.

CONTRA O PODER. **Intervenção na UFPB: mais um semestre de destruição bolsonarista.** Publicado em 10 agosto de 2021. Disponível em: [Intervenção na UFPB: mais um semestre de destruição bolsonarista - Contrapoder](#). Acesso em: 2 jun. 2023.

CORGOSINHO, Anna Victoria Medeiros. **O trabalho e a invisibilidade dos terceirizados do serviço de limpeza em uma universidade.** Trabalho final de graduação. Engenharia de Produção da Universidade Federal de Ouro Preto. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. **Decreto de Bolsonaro tira autonomia de reitores para fazer nomeações.** Publicado em: 16 mai. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/05/16/ensino_ensinosuperior_interna,755363/decreto-de-bolsonaro-tira-autonomia-de-reitores-para-fazer-nomeacoes.shtml. Acesso em: 30 jul. 2023.

COSTA, EA. Conceitos e área de abrangência. In: **ROZENFELD, S., org. Fundamentos da Vigilância Sanitária**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, pp. 41-48. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 23 mai. 2023.

COSTA, Hilton et al. **Perspectivas da Sociologia no Brasil: Volume 2**. Máquina de Escrever, 2021.

COSTA, AF da. Desigualdades sociais e pandemia. **Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19**, 2020.

COUTINHO, Renata. **Terceirização tem 'cara': é preta e feminina**. CARTACAPITAL, Publicado em 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/terceirizacao-tem-cara-e-preta-e-feminina/>. Acesso em: 21 de dez, 2023.

CRUZ NETO, Manoel Pereira da et al. **Através do espelho: o reconhecimento das mulheridades transgêneras**. 2018.

DA COSTA LIMA, Gustavo Ferreira; TOMAZ, Lucas Passos. A Pandemia, o antropoceno e a educação ambiental: Reflexões para um cenário de policrises. **Ambiente & Educação**, v. 26, n. 2, p. 47-71, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/13348>> Acesso em: 01 mai. 2023.

DA FONSECA, Bárbara Guimarães; JORGE, Camila; SALIBA, Graciane Rafisa. Da sobrecarga de trabalho ao desemprego: os impactos da pandemia sobre a mulher que trabalha. **Cadernos de Direito**, v. 20, n. 38, p. 141-155, 2021.

DA ROCHA, André Luis Guimarães. Análise discursiva dos silenciamentos nas propostas do governo Bolsonaro em relação aos direitos trabalhistas. **Revista Interfaces**, v. 10, n. 3, p. 105-118, 2019. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6163>. Acesso em: 8, fev. 2023.

DA SILVA SOUZA, Helton; DE SOUZA MORAES, Carlos Antonio. Serviço Social e processos de adoecimento do trabalho: contribuições da produção acadêmico-científica. **Open Science Research XI** - ISBN 978-65-5360-350-9 - Volume 11 - Ano 2023 - Editora Científica Digital - www.editoracientifica.com.br

DA SILVA, Inês Amaro. DE VARGAS, Juliana Nascimento. Trabalho, RABALHO, Terceirização e Intervenção em Serviço Social na Pandemia: impactos na vida do trabalho. In **Atravessamentos do Neoliberalismo nas Políticas no Contexto Pandêmico**. Org. Maria Isabel Barros Bellini et al. Edipucrs. Porto Alegre. 2022.

DA SILVA, Patrícia Cipriano Barcellos; DA SILVA, Aline Rocha Santana. **Reflexões Acerca da Vulnerabilidade do Trabalho Frente à Pandemia da Covid-19**.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

DCO. (2021, 18 de outubro. **Interventor bolsonarista ataca comunidade acadêmica na UFPB**. Disponível em: Interventor bolsonarista ataca comunidade acadêmica na UFPB • Diário Causa Operária (causaoperaria.org.br). Acesso em: 7 abr. 2023.

DE CASTRO, Elaine; DE OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos**, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022.

DE FREITAS, Ana Paula. Desafios éticos frente à necropolítica governamental na pandemia da COVID-19: reflexões de uma acompanhante terapêutica. **Perspectivas em Psicologia, Uberlândia**, v. 26, n. 2, e67940, p. 1-13, jul - dez. 2022.

DE MELO, Cecy Bezerra. A Teoria do Valor-Trabalho Marxista e a Teoria da Reprodução Social: uma reflexão a partir da Epistemologia Feminista. **Laborare**, v. 6, n. 11, p. 91-103, 2023.

DE MELO, Hildete Pereira; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Anais**, p. 1-21, 2016.

DE MOURA, Julia Lobato Pinto; DOS SANTOS, Daniela Souza. O Brasil e a Pandemia de COVID-19: Religião e Política no governo do mito. **Revista Espirales**, 2021.

DE OLIVEIRA ARRUDA, Dyego; SANTOS, Caroline Oliveira. As políticas públicas e os corpos subalternizados em tempos de pandemia: reflexões a partir da implementação do auxílio emergencial no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 2, p. 143-154, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/938/93868583004/html/>> acesso em 15 de nov. 2023.

DE OLIVEIRA, I. (2021, 7 de outubro). **4 anos depois, reforma trabalhista não gerou 'boom' de empregos prometido**. UOL. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/10/07/reforma-trabalhista-michel-temer-empregos-4-anos.htm>. Acesso em: 03 de jan, 2024.

DE OLIVEIRA, Luciani; JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira Magalhães; DARLINGTON, Emily. **NEGACIONISMO DA CIÊNCIA E A PANDEMIA DE COVID 19**. Texto & Contexto editora. 2023.

DE SOUZA JÚNIOR, Paulo Roberto Borges. **Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19**.

DE VARGAS, Tuany Baron. Planos de desligamento voluntário na administração pública: entre o mito do contingenciamento e a fábula da terceirização eficiente. **Intl. J. Dig. Law**, 2018.

DEBASTIANE, Mary Hellen de Itoz. **Inter-relações de Mulheres, Trabalho e Pandemia**. Dissertação de mestrado. Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). 2023.

DELGADO, Gabriela Neves. ROCHA, Luísa Gonçalves. Um Retrato do Mundo do Trabalho na Pandemia em Cinco Paradoxos. **Revista Direito.UnB** | maio – agosto, 2020, V. 04, N. 02 | ISSN 2357-8009 | p. 16-34.

DELPHY, Christine. “**Pour un féminisme matérialiste**”. L’Arc, n. 61, p. 61-67, 1975.

DIEESE. **Trabalho Doméstico no Brasil - Infográfico 2023**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.pdf>. Acesso em: 07 de jan, 2024.

DINIZ, Bárbara Sabatella Ferreira. **Responsabilidade Civil do Estado e a aplicação da teoria do risco integral**. Monografia. Direito. Uni-Evangélica. 2019. Disponível em: <<http://45.4.96.19/handle/aee/1340>>. Acesso em: 26 de out. 2023.

DOS SANTOS, Flávia Alcassa. A lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) e a exposição de dados sensíveis nas relações de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, v. 24, n. 2, p. 145-151, 2020. Disponível em: < <https://revista.trt10.jus.br/index.php/revista10/article/view/419> > Acesso em 5 jul. 2023.

DOS SANTOS MATOS, Silvio César. Os invisíveis (Vulneráveis) Revelados pela pandemia COVID-19: O Cadastro do Auxílio Emergencial e a Denegação aos Direitos Sociais Garantidos Pela Constituição Federal de 1988. **Revista de Direito-Trabalho, Sociedade e Cidadania**, v. 11, n. 11, p. 29-43, 2021.

DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores. **Saúde e segurança do trabalho no Brasil**, p. 183-204, 2017.

DUARTE, Michael de Quadros et al. COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3401-3411, 2020.

DUTRA, Renata; COUTINHO, Raianne. Aceleração social, uberização e pandemia: quem precisa do direito do trabalho? Direito. **UnB-Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 4, n. 2, p. 198-223, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32353> >. Acesso em: 17 set 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo. 2010.

FAGNANI, Eduardo. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil** (1988-2015). Texto para discussão, v. 308, p. 1-20, 2017.

FAÍSCA - UFRN. **Reitoria da UFRN mantém terceirizados trabalhando em meio à crise do Coronavírus**. Publicado em 18 de março de 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Reitoria-da-UFRN-mantem-terceirizados-trabalhando-em-meio-a-crise-do-Coronavirus>. Acesso em: 02 de jan, 2024.

FARIAS, Ana Tharoell. Terceirização: uma análise jurídica e social da lei n 13.429/2017. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)- Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.**

FEDERICI, Sílvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 83-111, 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10922>. Acesso em 16 set. 2023. MARX, Karl. O capital, Vol. 1. Boitempo. 2013.

FEDERICI, Sílvia. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEIJÓ, Janaína. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. Publicado 26 jul. 2022. Disponível em: < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho> >. Acesso em: 15 de dez, 2023.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. **Coronavírus e meio ambiente de trabalho: de pandemias, pantomimas e panaceias**. 2020.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13-38, 2017. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FERNANDES, Viviane Barboza. SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano. Identidade Negra entre exclusão e liberdade [Black Identity between exclusion and freedom. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** • n. 63 • abr. 2016 (p. 103-120).

FERREIRA, CLÁUDIA APARECIDA AVELAR; NUNES, S. Mulheres negras no mercado de trabalho: interseccionalidade entre gênero, raça e classe social. **XLIII ENCONTRO DA ANPAD**, 2019.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. **Psicologia & Sociedade**; 14 (1): 69-86; jan./jun.2002.

FONSECA, Rhaysa. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões. Marx e o Marxismo-**Revista do NIEP-Marx**, v. 7, n. 13, 2019.

FONSECA, Vanessa Patriota da. **Terceirizar atividade-fim é alugar trabalhador. 2018.** In: **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate** / organizador: André Gambier Campos. – Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8258> >. Acesso em: 7, mar. 2023.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista.** Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, n. 17, p. 844-856, ago. 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/76936>. Acesso em: 07 Mar. 2023.

G1. **Auxílio Brasil: se eu conseguir um emprego, vou perder o benefício? Aumento da renda familiar e falta de atualização de cadastro podem levar ao bloqueio dos pagamentos.** Publicado em: 26 out. 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/26/auxilio-brasil-se-eu-conseguir-um-emprego-vou-perder-o-beneficio.ghtml> >. Acesso em: 30 de dez, 2023.

G1 Paraíba. **Bolsonaro nomeia Valdíney Veloso como reitor da Universidade Federal da Paraíba.** Publicado em: 05 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/11/05/bolsonaro-nomeia-valdiney-veloso-como-reitor-da-universidade-federal-da-paraiba.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2023.

G1 Paraíba. **Estudo da UFPB prevê fim da pandemia na Paraíba para fim de setembro de 2020.** Publicado em: 15 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/07/15/coronavirus-estudo-da-ufpb-preve-fim-da-pandemia-na-paraiba-para-fim-de-setembro-de-2020.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.

G1 Paraíba. **Laboratórios da UFPB são preparados para realizar teste de COVID-19.** Publicado em: 23 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/23/laboratorios-da-ufpb-sao-preparados-para-realizar-teste-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2023.

G1 Paraíba. **Pesquisadores da UFPB dizem não haver evidências de nova onda de COVID-19 na Paraíba.** Publicado em: 09 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/10/09/pesquisadores-da-ufpb-dizem-nao-haver-evidencias-de-nova-onda-de-covid-19-na-paraiba.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2023.

G1 Paraíba. **Pesquisadores da UFPB têm projeto aprovado para produção de testes rápidos que custarão R\$ 50.** Publicado em: 11 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/05/11/coronavirus-pesquisadores-da-ufpb-tem-projeto-aprovado-para-producao-de-testes-rapidos-que-custarao-r-50.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2023.

G1 Paraíba. **Segundo laboratório da UFPB para testes do coronavírus analisa 390 amostras em duas semanas.** Publicado em: 01 jun. 2020.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/06/01/segundo-laboratorio-da-ufpb-para-testes-do-coronavirus-analisa-390-amostras-em-duas-semanas.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2023.

G1 Paraíba. **UFPB deve funcionar como posto de vacinação contra COVID-19 em João Pessoa.** Publicado em: 24 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/04/24/ufpb-deve-funcionar-como-posto-de-vacinacao-contracovid-19-em-joao-pessoa.ghtml>. Acesso em: 6 fev. 2023.

G1 Paraíba. **UFPB entrega primeiro laboratório de análise dos testes para o coronavírus.** Publicado em: 13 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/04/13/ufpb-entrega-primeiro-laboratorio-de-analise-dos-testes-para-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2023.

G1 Paraíba. **UFPB entrega segundo laboratório de análise para testes de detecção do coronavírus.** Publicado em: 06 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/05/06/ufpb-entrega-segundo-laboratorio-de-analise-para-testes-de-deteccao-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2023.

G1 Paraíba. **UFPB inicia testagem de COVID-19 nesta terça-feira, 26.** Publicado em: 26 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/01/26/ufpb-inicia-testagem-de-covid-19-nesta-terca-feira-26.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2023.

G1 Paraíba. **UFPB produz álcool em gel para comunidade universitária como prevenção do coronavírus.** Publicado em: 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/20/ufpb-produz-alcool-em-gel-para-comunidade-universitaria-como-prevencao-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2023.

G1 PB. **UFPB cria comissão de prevenção ao coronavírus e suspende intercâmbio.** 13 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/13/ufpb-cria-comissao-de-prevencao-ao-coronavirus-e-suspende-intercambio.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

G1 PB. **UFPB suspende aulas presenciais para evitar contaminação com o novo coronavírus.** 16 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/03/16/ufpb-suspende-aulas-presenciais-para-evitar-contaminacao-com-o-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2023.

G1. **Professor nomeado reitor da UFPB diz que processo encerra-se com a nomeação do presidente.** Globo. Recuperado de <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/11/05/professor-nomeado-reitor-da-ufpb-diz-que-processo-encerra-se-com-a-nomeacao-do-presidente.ghtml>. 5 de novembro de 2020. Acesso em: 17 mar. 2023.

G1. **Valdiney Gouveia toma posse como reitor da UFPB após ser atacado com ovos por manifestantes.** Globo. Recuperado de <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/11/12/valdiney-gouveia-toma-posse-como-reitor-da-ufpb-apos-ser-atacado-com-ovos-por-manifestantes.ghtml>. 12 de novembro de 2020. Acesso em: 10 ago. 2023.

GARCIA, Lucia dos Santos; CONFORTO, Ecléia. A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar. **Saúde em Debate**, v. 36, n. 95, p. 523-532, 2012.

GENTILE, Barbara Lunardelli. **O novo sindicalismo brasileiro: ideologia, atuação e mudanças de paradigma sindical (1980-2002)**. 2014.

GUIMARÃES, Ligia. "Coronavírus no Brasil: 39% dos patrões dispensaram diaristas sem pagamento durante pandemia, aponta pesquisa." **BBC News Brasil**, 22 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52375292>> Acesso em: 23 de nov. 2023.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. - **Métodos em Pesquisa Social**. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. Trabalho, **Educação e Saúde**, v. 18, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/d9H84fQxchkfhdbwzHpmR9L/?lang=pt>> Acesso em: 20 out. 2023.

GONÇALVES, Renata. **Quando as mulheres se levantam contra a nova máscara da velha exploração de classe.** **Lutas Sociais**, São Paulo, n.25/26, p.297-300, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18613>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GONZALES Lélia. "A categoria político-cultural da amefricanidade". In: **Rios, F.; Lima, M. (orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, p. p. 127-138. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GRILLO, Sayonara; ARTUR, Karen; CASTELI, Nunzia. Direito Do Trabalho e Configurações Institucionais: Um Balanço Sobre Normas, Práticas e Concepções em Disputa. **Direito Público**, v. 20, n. 107, 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo G. CASTRO, Nádyra Araújo. Espaços Regionais de Construção da Identidade a classe Trabalhadora no Brasil Pós-77. Espaços regionais e construção da identidade. **XI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS** (Águas de S. Pedro, 1987).

GHIRALDELLI, Reginaldo. **Trabalho, contrarreformas e (des) proteção social no Brasil**. GHIRALDELLI, Reginaldo, et al. Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2021.

GHIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise. Trabalho, **Educação e Saúde**, v. 19, p. e00325158, 2021.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão social" no Brasil: relações sociais e desigualdades. **ConCiencia Social**, v. 2, n. 3, p. 27-44, 2018.

IBGE. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades; Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil; Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. IBGE Educa, <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 4 de nov. 2023.

IPEA. **Mulheres ganham 76% da remuneração dos homens**. 2022. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34627:mulheres-ganham-76-da-remuneracao-dos-homens&catid=10:disoc&directory=1#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20de%20g%C3%AAnero%20%C3%A9,dos%20sal%C3%A1rios%20dos%20homens%20brancos. Acesso em: 20 ago. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 16-30, 2021.

IKUTA, Camila Yuri Santana et al. As negociações coletivas na Pandemia da Covid-19. OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN. **A devastação do trabalho: A crise do labor na crise da pandemia**. Brasília: Editora Positiva, p. 83-99, 2020.

JACOBY, Márcia; CARLOS, Sergio Antonio. O eu e o outro em Jean Paul Sartre: pressupostos de uma antropologia filosófica na construção do ser social. **Latin-american journal of fundamental psychopathology online**, v. 5, n. 1, p. 47-60, 2005. Disponível em: < https://www.fundamentalpsychopathology.org.br/wp-content/uploads/2019/10/o_eu_e_o_outro_em_jean_paul_sartre-1.pdf > Acesso em 2 nov. de 2023.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo

ambiental. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e180519, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n2/e180519>> Acesso em: 30 jan. 2023.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; MELLO, Denise Maurano; NUNES, Macla Ribeiro. Medo, perplexidade, negacionismo, aturdimento-e luto: afetos do sujeito da pandemia. **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**, v. 23, p. 583-596, 2020.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. GUEDES, Valéria Pero Graciele. FERRARIO, Marcela Nogueira. Características do emprego em serviços sociais públicos no Brasil. **IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: KERSTENETZKY; PERO; GUEDES; FERRARIO, TD 012 - 2023**.

KHALATBARI-SOLTANI, Saman et al. Importance of collecting data on socioeconomic determinants from the early stage of the COVID-19 outbreak onwards. **J Epidemiol Community Health**, v. 74, n. 8, p. 620-623, 2020

KON, Anita. **Economia de Serviço - Teoria e Evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KREIN JD, Oliveira RV, Filgueiras VA. As re - formas trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno CRH** 2019; 32:225-9

LAGOM DATA. lagomdata.com.br. 2021. **Mortes de trabalhadores: o impacto de uma análise**. Disponível em: <https://lagomdata.com.br/2021/04/14/el-pais-as-ocupacoesmais-atingidas/>. Acesso em 30 ago .2023.

LAZARETTI, Isadora Kauana; BONISSONI, Lucas Dalmora; MAISONNETT, Luiz Henrique. O TRABALHO DECENTE EM MEIO À CRISE: um olhar sobre o trabalho alienado no contexto da pandemia da Covid-19. **LOS DESAFÍOS DE LA GLOBALIZACIÓN: RESPUESTAS DESDE AMÉRICA LATINA Y LA UNIÓN EUROPEA**, 2020.

LEEG, William Oliveira. **Empreendedorismo de baixa renda em Porto Alegre e o impacto da pandemia de COVID-19**. 2020.

LIBORIO, B.; SANTANA, J. **Onde estão os negros no serviço público?** Rio de Janeiro. Disponível em: <República.org>. 2020. Acesso em: 16 de mai. 2023.

LIMA, Jacob Carlos. **A globalização periférica e a ressignificação dos lugares**. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 35, Número 3, setembro/dezembro 2020.

LLORY, M., & MONTMAYEU, R. **O acidente e a organização**. [L'accidente et l'organisation (francês)]. Tradução de Marlene Machado Zica Vianna, Organização de Francisco de Paula Antunes Lima e Rodrigo Ribeiro. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014.

LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURO, Guacira Lopes (org.). Pedagogias da sexualidade. In: _____. O corpo educado: **pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Zahar Editores, 1970.

MAGENTA, Matheus. **Covid gerou quase 20 mil registros de doença e acidente de trabalho no Brasil em 2020**. BBC News Brasil, 24 maio 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57026232>>. Acesso em: 03 de mai. 2023.

MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine F.; BOEHS, Carlos Gabriel Eggerts. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. **Revista da FAE**, v. 11, n. 1, 2008. SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

MARASCIULO, Marília; MONTEIRO, Luiza (Edição). Como (e por que) a pandemia afetou de forma desproporcional as mulheres. **Revista GALILEU**, 08 Mar 2021. Disponível em: <Como (e por que) a pandemia afetou de forma desproporcional as mulheres - Revista Galileu | Sociedade (globo.com)>. Acesso em: 30 de dez, 2023.

MARIANO, Silvana Aparecida; FERREIRA, Lina Penati; DE SOUZA, Márcio Ferreira. Metodologia e ética feministas em pesquisa social com mulheres em situação de pobreza. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 10, n. 24, p. 192-212, 2022.

MARINS, Mani Tebet. **Auxílio emergencial em tempos de pandemia**. Revista Sociedade e Estado – Volume 36, Número 2, Maio/Agosto 2021.

MARQUES, Fabiola. ABUD, Claudia José. **Direito do Trabalho**. 3ed. São Paulo. Atlas. 2007.

MARQUES, Léa et al. **Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2018.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **O capital**, Vol. 3. Boitempo. 2013.

MARX, Vanessa. A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia Vanessa Marx. **El apoyo mutuo en tiempos de crisis: la solidaridad ciudadana durante la pandemia Covid-19**. Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 251-273, 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. Boitempo, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 1ª edição. 2003. São Paulo: N-1, 2018a.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo, Malheiros. 2006.

MIGUÉLEZ, Begoña Abad. Investigación social cualitativa y dilemas éticos: de la ética vacía a la ética situada. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. N.º34, mayo-agosto, 2016, pp. 101-120.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.p. 7-80 Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf >. Acesso em: 13 abr. 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **UFPB produz máscaras para combate à pandemia de coronavírus**. Publicado em: 4 de novembro de 2022 Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/ufpb-produz-mascaras-para-combate-a-pandemia-de-coronavirus. Acesso em: 16 jun. 2023.

MIRANDA, Jorge. Os novos paradigmas do Estado social. In: **XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado**. 2011. p. 1-18.

MONTICELLI, Thays. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 83-107, 2021.

MOTA, Daniela Cristina Belchior. PIOBELO, Felipe Peixoto. A precarização do trabalho no conexo neoliberal: impactos na saúde mental. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 107-125, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483.

MOTLOCH, Martin. **Essência**. 2014.

MOURA, C. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia**. s. v., n. 14, pp. 124-137, 1983.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

MUNIZ, Jakson Leandro Batista; DINIZ, Priscila Ribeiro Jerônimo. Transexuais: Uma análise da retificação do registro civil, os impactos no acesso à educação e ao mercado de trabalho no Brasil. **COR LGBTQIA+**, v. 1, n. 5, p. 70-84, 2023.

NACIF, Cynthia Mara Lacerda. Reflexões sobre a aplicação do trabalho intermitente no trabalho doméstico. 2018. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte**, v. 64, n. 97, p. 251-268, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/40477>>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003

NEVES, Magda de Almeida. PEDROSA, Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007.

NICOLI, Vitoria Schmitz et al. Condições de trabalho na pandemia da covid-19 no Brasil. 2022.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno crh**, v. 33, p. e020029, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZWKHNKp9Jyxmjngm4SFZsRq/>> Acesso em: 10 de jan. 2023.

NUNES, João Horta. **Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação. Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no35, jan/abr 2014, p. 238-273.

OIT. **COVID-19 e o mundo do trabalho**. 2020. Disponível em: < COVID-19 e o mundo do trabalho (OIT Brasília) (ilo.org)> Acesso em: 21 de out. 2023.

(OIT). **COVID-19 impõe novos desafios à segurança no trabalho**. 04 maio 2021. Disponível em: < OIT: COVID-19 impõe novos desafios à segurança no trabalho | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

OLIVEIRA, Fatima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados**.18 (50), 2004.

OLIVEIRA, Machado Oliveira. Pejotização e a precarização das relações de emprego. **In: -Construindo Oportunidades. Revista Atitude - Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre · Ano VII · Número 14 · julho - dezembro de 2013. p. 25.**

OLIVEIRA, TMV. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e cotas. **Rev Adm On Line** 2001 jul/ago/set.

OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice; BAETA, Fernanda. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista. **TD Instituto de Economia**, v. 21, 2021.

ONU MULHERES. **“Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19”**. In: Informe v.2 15.10.2020.

ONU MULHERES. **Mulheres indígenas se desdobram entre cuidados de saúde e gestão de informação para comunidades na pandemia Covid-19**, 06 de setembro de 2021. Disponível em: < <https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-se-desdobram-entre-cuidados-de-saude-e-gestao-de-informacao-para-comunidades-na-pandemia-covid-19/>> Acesso em: 26 de abr. 2023.

ORSO, Paulino José. O novo coronavírus, a pedagogia histórico-crítica, a sociedade de classes e o internacionalismo proletário. **Revista Exitus**, v. 10, 2020. Disponível em: < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602020000100011&script=sci_arttext> Acesso em 12 jan. 2023.

OXFAM. **Olhe para a fome.** Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/>> Acesso em: 22 de mai. 2023.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão.** Edufba, 2013.

PARAÍBA. Estado. **Decreto nº 40.289**, de 30 de maio de 2020.

PARAÍBA. Estado. **Decreto nº 40.304**, de 12 de junho de 2020.

PARAÍBA, **Governo do Estado da. Governo e UFPB firmam parceria para ampliar diagnóstico da COVID-19.** Publicado em: 9 de abril de 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-e-ufpb-firmam-parceria-para-ampliar-diagnostico-da-covid-19>. Acesso em: 19 mai. 2023.

PED, Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos.** <https://www.dieese.org.br/>. 2021. Acesso em 3 fev. 2023.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Situação da mulher e população negra no mercado de trabalho.** 2018. Disponível em: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Acesso em 23 mai. 2022.

PEREIRA, R. N., & Mussi, R. F. F. (2020). **Acesso e utilização dos serviços de saúde da população negra quilombola: uma análise bibliográfica. Relações Étnicas: Identidades, Raízes e Reconhecimento**, 5(10), 280-303. <https://doi.org/10.22481/odeere.v5i10.6938>.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A questão social e as transformações das políticas sociais:: respostas do Estado e da sociedade civil. **Ser Social**, n. 6, p. 119-132, 2000.

PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; CABRAL, José Pedro Cabrera. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, p. 92-102, 2019.

PNAD COVID19. ibge.gov.br. 2021. **Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho.** Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 24 ago. 2023.

POLESE, Pablo. **A ofensiva contra o capital: política radical e definimento do Estado na transição socialista.** Gramma, 2017. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009, p. 39.

Portal Correio. **Pesquisadores da UFPB desenvolvem vacina contra a COVID-19.** Publicado em: 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/pesquisadores-vacina-covid-19-ufpb/>. Acesso em: 10 out. 2023.

PORTO, Ana Carla Vaz. A terceirização e as mulheres. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 43419-43434, 2021. Disponível em: <

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29048>
Acesso em: 20 de jul. 2023.

QUINTANS, Mariana Trotta et al. Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres no contexto brasileiro: sob a perspectiva de raça, classe e gênero. **Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 7, n. 2, p. 287-308, 2021.

RAGO, Elisabeth. Trabalho e Sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil. Org. Mary Del Priore**. Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Késsia Batista et al. **Pandemia e pobreza de gênero: reflexões a partir dos benefícios assistenciais de emergência no período inicial da Covid-19 no Brasil e no Amazonas**. 2023.

REBELO, André Marques et al. **Terceirização: o que os dados revelam sobre remuneração, jornada e acidentes de trabalho**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8700> >. Acesso em: 20, jul. 2023.

REBUÁ, Eduardo. Educação e fascismo sob o governo Bolsonaro. Neofascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: **Mórula Editorial**, p. 169-185, 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO (2018-2020). **Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu)**. Org. Tatyane Guimarães Oliveira, Lis Carolinne Lemos e Joseane da Silva Leite. Pró-Reitoria de Exensão. João Pessoa – PB. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO (2021-2022). **Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu)**. Org. Valéria Machado Rufino, Lis Carolinne Lemos e Joseane da Silva Leite. Pró-Reitoria de Exensão. João Pessoa – PB. Universidade Federal da Paraíba, 2022.

RESOLUÇÃO Nº 26/2018. **Dispõe sobre a criação e a regulamentação do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na UFPB (CoMu)**, órgão assessor da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC. João Pessoa - PB, Universidade Federal da Paraíba, 2018.

RITZEL, Guilherme Sebalhos. EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM AMBIENTE INSALUBRE: UMA ANÁLISE SOBRE A PRORROGAÇÃO LABORAL EM CONVENÇÕES COLETIVAS VIGENTES EM PERÍODO DE PANDEMIA. In: **I Congresso Internacional de Meio Ambiente do Trabalho, Saúde e Sustentabilidade**. p. 15. Revista Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ, V. 7, n. 12, p. 86-112 jan./jun. 2021

RH Nossa. **Mais de 80% das grandes empresas mundiais terceirizam um ou mais serviços**. <https://www.rhnossa.com.br/mais-de-80-das-grandes-empresas-mundiais-terceirizam-um-ou-mais-servicos/>. Acesso em: 31 de out. 2023.

ROCHA, Bruno Augusto Barros. LIMA Fernando Rister de Sousa. WALDMAN, Ricardo Libel. Mudanças no papel do indivíduo pós-revolução industrial e o mercado de trabalho na sociedade da informação. **Revista Pensamento Jurídico** – São Paulo – Vol. 14, Nº 1, jan./jul. 2020.

RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. **(Contra) mestiçagem negra: pele clara, anti-colorismo e comissões de heteroidentificação racial**. 2021.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 379-415, 2021.

SAAD-DINIZ, Eduardo. A sociologia da decisão: a econômica, a política, a jurídica. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 102, p. 953-965, 2007.

SANCHES, Solange. GEBRIM, Vera Lucia Mattar. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. **Estudos avançados**.17 (49), 2023.

SANTOS, Lays Gonçalves et al. As relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: a inserção da mulher negra no mercado. **Humanidades em Perspectivas**, v. 7, n. 3, 2019. Disponível em: < <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1016> > Acesso em: 7 de mai. 2023.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes et al. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos; CAMPOS, Daniel de Souza. A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2511-2517, 2023. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/sFDfnydHkyXcQLbLLPyjLkz/> > acesso em: Acesso em: 10 de nov. 2023.

SCHALL, Brunah et al. Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4145-4154, 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/W4SVQYKZYHtHnpqggXXhWMm/?lang=pt> > Acesso em: 22 de fev. 2023.

SCHMIDT B. Crepaldi MA, Bolze DAS, et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estud psicol**. 2020; 37:e200063.

SECURITY SEGURANÇA E SERVIÇOS. **Crescimento do mercado de terceirização no Brasil**. G1, 31 de março de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/security-seguranca-e-servicos/noticia/2023/03/31/crescimento-do-mercado-de-terceirizacao-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 2 de nov. 2023.

SEMBLANO, C.; Albuquerque, D. **A precarização dos terceirizados em universidades na pandemia.** Publicado em 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.todapalavra.info/single-post/a-precara%C3%A7%C3%A3o-dos-terceirizados-em-universidades-na-pandemia>. Acesso em: 02 de jan, 2024.

SILVA, Ana Maria da. **Terceirização da mão de obra-avanços e retrocessos.** 2018. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/handle/11077/1776>. Acesso em 03 de jan, 2024.

SILVA, Débora Caroline Pereira da. ZAPATA, Daniela Lage Mejia. A cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade no atual direito brasileiro. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva** 1/2013 - n 20 - ISSN 1678 8729.

SILVA, Flávio Vinicius Hesketh Oliveira. **A legitimidade das decisões judiciais que estabelecem obrigações ao poder executivo no Brasil: exame de decisões exaradas em autos maranhenses.** 2023.

SILVA, G. O. (2020, 18 de abril). **As não Brancas- Identidade Racial e Colorismo no Brasil.** Fala Universidades. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-nao-brancas-identidade-racial-e-colorismo-no-brasil/> Acesso em: 09 de jan, 2024.

SILVA, Marcos Antônio da; VENDRAMINI, Célia Regina. As contrarreformas e a reprodução social na pandemia da Covid-19. **Revista Katálysis**, v. 26, p. 77-88, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bXwHHGy6ftRhnwCM639HbPt/?lang=pt>. Acesso em 27 de mar. 2023.

SIMÕES, Nataly. **Número de mulheres brancas com ensino superior é três vezes maior que o de negras. Boletim inédito revela que o processo histórico educacional brasileiro é pautado na exclusão até quando há a intenção de incluir.** Terra, 16 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/numero-de-mulheres-brancas-com-ensino-superior-e-tres-vezes-maior-que-o-de-negras,022c177cf6dd03cf1f3ce632ac4fc365ij7ougyu.html>. Acesso em: 07 de jan, 2024.

SINTUFRJ. **Pandemia aumenta o drama dos terceirizados.** Postado em 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://sintufrj.org.br/2020/04/pandemia-aumenta-o-drama-dos-terceirizados-na-ufrj/>. Acesso em: 02 de jan, 2024.

SOARES, Carla Fernanda Zanata. Gênero, Trabalho, Interseccionalidades e atravessamentos. **Laborare.** Ano VI, Número 11, Jul-Dez/2023, pp. 233-257. ISSN 2595-847X. Disponível em: <https://revistalaborare.org/> Acesso em 19 ago. 2023.

SORDI, Bernardo. LÉON DUGUIT E A ITÁLIA. **Revista Eletrônica do Curso de Direito** da UFSM, v. 15, n. 2, p. e64339-e64339, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/64339> Acesso em 14 nov. de2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 14 de jun. 2023.

SOUZA, Camila Fernanda de. **Pandemia Divisão Sexual do Trabalho**. 2022.

TEIXEIRA, Camila Cristina Azevedo Castro. A responsabilidade civil ambiental e a aplicação da teoria do risco integral. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p.206-213, fev. 2013.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996

TERRA. **48% dos lares brasileiros têm mulheres como chefes de família**. Disponível em: **48% dos lares brasileiros têm mulheres como chefes de família**. Publicado em 8 de março de 2023. Disponível em<<https://www.terra.com.br/economia/48-dos-lares-brasileiros-tem-mulheres-como-chefes-de-familia,e47ac91413d122f61f51b9b859a1d8c7audwnzz8.html>> Acesso em 6 nov. 2023.

TORRES, Geanne Maria Costa. Et, al. Acesso e integralidade na atenção à saúde de mulheres quilombolas: desafios à equidade e à garantia do direito à saúde. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, e57011932158, 2022.

UFPB. **UFPB escolhe novos reitor e vice-reitor**. Publicado em: 25/08/2020. Disponível em: <https://www.ce.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-escolhe-novos-reitor-e-vice-reitor-nesta-quarta-feira-26> Acesso em: 04 jan, 2024.

UFPB. **Professor Valdiney Gouveia é nomeado reitor da UFPB**. Publicado em: 05 de novembro 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/professor-valdiney-gouveia-e-nomeado-reitor-da-ufpb>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UFPB. **UFPB recomenda medidas de proteção para terceirizados**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-recomenda-medidas-de-protecao-para-terceirizados>. Acesso em: 18 fev. 2023.

UFPB. **UFPB treina 20 profissionais para laboratórios de testes da COVID-19**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-treina-20-profissionais-para-laboratorios-de-testes-da-covid-19>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNIVERSIDADE À ESQUERDA. **Paralisação docente e ocupação contra a intervenção na UFPB**. Recuperado de <https://universidadeaesquerda.com.br/paralisacao-docente-e-ocupacao-contra-a-intervencao-na-ufpb/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Portaria n 119, de 04 de maio de 2020. Diário Oficial da União. João Pessoa-PB.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Portaria n.º 1.061, de 15 de outubro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Reitoria. Portaria n.º 090/GR/REITORIA/UFPB, de 17 de março de 2020.

Universidade Federal DA Paraíba (UFPB). Reitoria. Portaria n.º 231/GR/REITORIA/UFPB, de 22 julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Reitoria. Portaria N° 329/GR/REITORIA/UFPB, em 03 de agosto de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Reitoria. Portaria n.º 323/GR/REITORIA/UFPB, 26 em outubro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução N° 04/2020. João pessoa, 14 de julho de 2020.

VERONESE, Osmar; ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de. O descaso com o direito fundamental à saúde dos povos indígenas no enfrentamento da pandemia de Covid-19: a consolidação de uma necropolítica no Brasil. **Pensar-Rev Ciênc. Juríd**, v. 26, n. 3, p. 1-17, 2021.

ZWIELEWSKI, Grazielle et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. **Debates em psiquiatria**, v. 10, n. 2, p. 30-37, 2020.

WICKE, Jennifer. **Celebrity Material: Materialist Feminism and the Culture of Celebrity**. South Atlantic Quarterly, v. 93, n. 4, 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus disease (Covid-19) advice for the public**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 18 mar. 2023.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

10 – PERGUNTA EXTRA

Pesquisador: Durante a entrevista percebi que você sempre se referiu as suas atividades aqui na universidade como serviço, porque?

Entrevistada E10: Sim, eu trabalho com o serviço de limpeza, então é por isso.

Entrevistada E11: Sério? E tem alguma diferença ou problema eu chamar assim? eu não percebi, mas é como vejo minhas atividades como um serviço.

Entrevista E01: É o que eu sei fazer na vida, lavar, passar, cozinhar, limpar. Por isso eu me referi assim. É o que desempenho.

Entrevista E02: Pra mim serviço é tudo o que eu sei fazer, antigamente na roça o serviço era a lida diária, na casa da minha tia que me criou tinha o dia da limpeza na semana e era igual quando fazia no sítio as donas de casa ficavam no lar e os homens iam para a roça, a gente fazia a lida doméstica. Depois quando eu empreguei na primeira casa de família a dona me chamou e me corrigiu, ela disse: aqui na capital a gente fala serviço. Ela me ensinou assim e até hoje eu chamo.

Entrevistada E12: Porque é um serviço mesmo né, é uma rotina de prestação de serviço, eu limpo, mantenho tudo organizado, passo vassoura nos cantos, lavo janelas, desinfeto banheiros, tiro as teias de aranha, deixo tudo cheirosinho.

Entrevistada E16: Por que é o que desempenho. Meu serviço é esse. Limpar, desinfetar, jogar água em tudo, varrer. (risos).

Entrevistada E04: Tudo é serviço né moço, eu limpo, lavo piso, tiro poeira, arranco teia de aranha dos tetos, até pintar parede se me deixar eu faço. A minha casa fui eu quem construiu todinha. Serviço pesado é comigo mesma.

Entrevistada E03: Porque é como está no meu contrato né eu sou auxiliar de serviços gerais. Eu desempenho o serviço da limpeza, então chamo assim mesmo.

Entrevistada E07: É serviço porque tudo que eu faço em casa, eu faço aqui. Não tem diferença, eu chego aqui limpando e quando vou pra casa limpo lá de novo.

Entrevistada E06: É um jeito de falar mesmo, a gente presta o serviço que sabe fazer né. Que aprendeu com a vida, fui criada ajudando a minha mãe nas casas que ela trabalhava, eu ia junto, e ela me acordava e dizia levanta vamos pro serviço com a mãe hoje, principalmente quando não tinha aula na escola. Hoje faço o meu dinheiro do que aprendi com ela, vendo ela fazer. Me orgulho disso.

Entrevistada E09: Tem alguma diferença de trabalho e serviço? Para mim era tudo a mesma coisa (risos).

ANEXOS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: BIO(NECRO)POLÍTICA DA TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA DURANTE A PANDEMIA (2020/2021)

Pesquisador: FABRICIO FONTES DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56515822.1.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHLA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.428.269

Apresentação do Projeto:

A presente investigação ajudará o campo das relações do trabalho no serviço social a refletir sobre a operacionalidade das formas de gerenciamento e organização do trabalho terceirizado no setor público. Possibilitar novas abordagens sobre os impactos sofridos pelas trabalhadoras negras em relação aos desequilíbrios do capitalismo na crise da COVID-19, é um desafio a ser enfrentado, hoje, por aqueles profissionais que desejam de fato concretizar o projeto Ético-Político da profissão. Portanto, este estudo estimula os profissionais do serviço social a terem uma visão crítica sobre o seu trabalho na construção de novas realidades trazidas pela pandemia diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Hipótese: Por fim, dada essa conexão, é defensável que o exercício da Necropolítica tenha sido executado no interior dos órgãos públicos durante a pandemia como resultado da gestão político-administrativa das organizações públicas.

Critério de Inclusão: O público alvo dessa pesquisa são as trabalhadoras responsáveis pelos serviços gerais, com enfoque nas mulheres negras, cisgêneras e transexuais como critério de inclusão dos participantes.

Critério de Exclusão: Os critérios de exclusão são trabalhadores do sexo masculino de diferentes grupos étnicos e trabalhadoras cis e trans que não se identifiquem com os grupos étnicos pardos/negros.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 1.428.369

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a relação entre os riscos emergenciais, no trabalho terceirizado desempenhado por mulheres negras, e as medidas de biossegurança para o enfrentamento ao Coronavírus na Universidade Federal da Paraíba.

Objetivo Secundário: Aportar, através de dados secundários, os critérios de biossegurança do trabalho utilizados pela Universidade Federal da Paraíba na prevenção, proteção e minimização dos riscos causados pelo Coronavírus; Especificar os danos/riscos experienciados pelas trabalhadoras terceirizadas nas vivências laborais na pandemia de COVID-19, no período de 2020 a 2021; Discutir as contradições do contexto de gestão institucional que justifique a indispensabilidade do trabalho terceirizado durante o enfrentamento da crise da COVID-19.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Ao longo do processo de investigação, as questões éticas propostas pela pesquisa serão consideradas. A pesquisa garantirá a cada participante o anonimato e confiabilidade dos resultados obtidos. Permitindo que o (a) participante obtenha pleno conhecimento dos objetivos e métodos utilizados. Instruirá que o (a) participante tem o direito de desistir da colaboração, em qualquer fase da pesquisa. Nesse sentido, demonstrando que buscará ao máximo não expor os participantes à risco, desconforto ou qualquer procedimento que possa causar danos físicos ou econômicos.

Benefícios: A execução estudo busca proporcionar um aprofundamento teórico-metodológico, compromisso ético-político e, por conseguinte a reflexão técnicooperativa sobre os impactos causados a trabalhadoras negras da terceirização pelo setor público, fortalecendo a ideia de que é preciso elaborar protocolos permanentes, diferenciados e humanizados de proteção para esse grupo social nesse espaço.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A coleta de dados ocorrerá na Universidade Federal da Paraíba, uma instituição de ensino de grande porte institucional localizada em um bairro da zona-sul de João Pessoa, que atende cerca de 42 mil pessoas, entre estudantes matriculados, servidores públicos e trabalhadores terceirizados. As trabalhadoras terceirizadas que atuam na Universidade Federal da Paraíba – Campus I serão convidadas a participar voluntariamente deste estudo. Serão realizadas 30 entrevistas semiestruturadas, com questões a serem definidas a partir de um roteiro e a utilização da técnica de relatos orais, nos setores que desempenham suas funções laborais. Também será utilizado a observação não participante com o grupo de colaboradoras que será estudado. Além do

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.428.268

mais, como ferramenta secundária utilizaremos a pesquisa documental

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Anexadas.

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou pendências ou Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendência 1: Falta anexar a carta de anuência.

Análise 1: Carta anexada.

Parecer 1: Pendência atendida.

Pendência 2: TCLE

O pesquisador não informa o grau de instrução dos participantes da pesquisa. Solicita-se esclarecimento sobre este bem como, se necessário, ajustar o TCLE com espaço para impressão dactiloscópica e assinatura de testemunha.

Análise 2: O grau de instrução das participantes da pesquisa foi atualizado, assim como, o campo para rubricas do pesquisador responsável e das participantes da pesquisa na primeira página do documento.

Parecer 2: Pendência atendida.

Pendência 3: Cronograma.

Solicita-se atualização do cronograma visto que a coleta de dados só pode ser iniciada após aprovação de um comitê.

Análise 3: O cronograma de execução da coleta de dados foi atualizado no projeto de pesquisa e também diretamente na Plataforma Brasil.

Parecer 3: Pendência atendida.

Pendência 4: Projeto de pesquisa - Questões norteadoras/roteiro:

O pesquisador informa que haverá um entrevista com duração de 20 minutos e questões semi-estruturadas a serem definidas a partir de um roteiro e a utilização da técnica de relatos orais, tendo com enfoque os danos/riscos experienciados pelas trabalhadoras terceirizadas nas vivências laborais na pandemia de COVID-19, no período de 2020 a 2021. Entretanto não localizamos as questões norteadoras da entrevista. Solicita-se inclusão das mesmas.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitadesa@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.426.369

Análise 4: O documento com as questões norteadoras da pesquisa solicitadas pela parecerista encontra-se anexado na Plataforma Brasil.

Parecer 4: Pendência atendida.

Pendência 5: Projeto de pesquisa - Aspectos éticos.

O pesquisador informa cita o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (CEP-CCM/UFPB) entretanto foi enviado para o CEP/CCS. Solicita-se atualização desta informação.

Análise 5: A informação sobre o Comitê de Ética está atualizada no projeto de pesquisa

Parecer 5: Pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1867009.pdf	05/05/2022 16:43:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	VERSÃOFINALDOPROJETO.docx	05/05/2022 16:42:16	FABRICIO FONTES DE SOUZA	Aceito
Outros	RESPOSTASDASINADEQUACOES.docx	05/05/2022 16:40:39	FABRICIO FONTES DE SOUZA	Aceito
Outros	ROTEIRODEENTREVISTA.docx	05/05/2022 16:34:25	FABRICIO FONTES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	05/05/2022 16:31:05	FABRICIO FONTES DE SOUZA	Aceito
Outros	CARTEANUJENCIA.pdf	05/05/2022 16:30:31	FABRICIO FONTES DE SOUZA	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UEPB**



Continuação do Parecer: 1-426/2022

Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	08/03/2022 10:18:40	FABRICIO FONTES DE SOUZA	Aceito
Outros	PARECEROPPGSS.docx	19/03/2022 00:14:47	FABRICIO FONTES DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 25 de Maio de 2022

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada BIO (NECRO)POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS NA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA DURANTE A PANDEMIA (2020/2021), sob a responsabilidade de FABRÍCIO FONTES DE SOUZA.

1. Este estudo tem por objetivo analisar a relação entre os riscos emergenciais, no trabalho terceirizado desempenhado por mulheres negras, e as medidas de biossegurança para o enfrentamento ao Coronavírus na Universidade Federal da Paraíba.
2. Você foi selecionado (a) por fazer parte do público alvo dessa pesquisa que são as trabalhadoras terceirizadas responsáveis pelos Serviços Gerais da Universidade Federal da Paraíba, maiores de 18 anos, que se autodeclaram negras, com escolaridade incluindo ensino fundamental completo/incompleto e ensino médio completo/incompleto, que se identifique como cisgêneros, transexuais e travestis.
3. A minha participação nesta pesquisa tem como objetivo/contribuirá para um aprofundamento teórico-metodológico, compromisso ético-político e, por conseguinte a reflexão técnico-operativa sobre os impactos causados às trabalhadoras negras da terceirização no/pelo setor público, fortalecendo a ideia de que é preciso elaborar protocolos permanentes, diferenciados e humanizados de proteção para esse grupo social nesses espaços.
4. A minha participação é isenta de despesas, entretanto tenho ciência de que não serei remunerado (a) pela minha participação na pesquisa.
5. A minha participação não é obrigatória. A qualquer momento, poderei desistir de participar e retirar o meu consentimento. Minha recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.
6. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Nesse sentido, demonstra que buscará não expor os participantes a riscos, desconfortos ou quaisquer procedimentos que possam causar danos físicos ou econômicos em todas as fases da pesquisa.

Rubrica do participante

Rubrica do Pesquisador

7. O pesquisador responsável obriga-se a suspender a pesquisa imediatamente quando tiver conhecimento de quaisquer riscos ou danos à saúde dos participantes do estudo, assim o mesmo vale para situações não previstas no termo de consentimento.
8. O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos [ou instituições] participantes.
9. A sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista diretamente com o pesquisador responsável pelo estudo, a ser realizada na Universidade Federal da Paraíba – Campus I, com duração de 20 minutos. Com questões semiestruturadas a serem definidas a partir de um roteiro e a utilização da técnica de relatos orais, tendo com enfoque os danos/riscos experienciados pelas trabalhadoras terceirizadas nas vivências laborais na pandemia de COVID-19, no período de 2020 a 2021. Durante a coleta de dados será utilizado pelo pesquisador o registro de áudios e anotações do conteúdo da entrevista.
10. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável/coordenador da pesquisa.

Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Fabrício Fontes de Souza, Mestrando em Serviço Social. Endereço: Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n° xxx., bairro xxxxxxxxxxx, João Pessoa - PB. E-mail: fabricaoso.ufpb@gmail.com. Contato: (xx) 0000-0000.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde – CEP/CCS/UFPB. Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Cidade Universitária CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB. Tel. (83) 3216 7791. E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br. Horário de Funcionamento: 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 hs.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

João Pessoa, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) [imprescindível]: _____

Rubrica do participante

Rubrica do Pesquisador



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS

Pesquisador: Fabrício Fontes de Souza
Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses
Coorientadora: Prof.^a. Dra. Valeria Machado Rufino

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome Civil ou Social da

Participante: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Identidade de Gênero:

- () Mulher Cis
() Mulher Trans
() Travesti

Você se autodeclara negra? () Sim () Não

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto ()
Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

QUESTÕES DA PESQUISA

01 - Como foi trabalhar durante a pandemia da Covid-19?

02 – Como você avalia as medidas de biossegurança adotadas no trabalho durante a pandemia?

03 – Você sentiu em algum momento insegurança por estar trabalhando durante a pandemia da Covid-19?

04 – Quais foram os principais desafios nessa nova dinâmica de trabalho diante da pandemia?

05 – Quais mudanças na sua rotina de trabalho mais lhe impactaram no decorrer da pandemia?

06 – Você lidou em algum momento com o medo do desemprego em meio à crise econômica e sanitária da Covid-19?

07 – Quais estratégias foram adaptadas para a manutenção de sua integridade no desenvolvimento do seu trabalho durante a pandemia?

08 – O que mudou na sua jornada de trabalho durante a pandemia da Covid-19?

09 – O que você considerou mais difícil nessas novas relações de trabalho impostas pela pandemia?